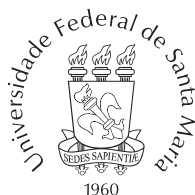


Maria Medianeira Padoin e Ana Frega Novales
(Organizadoras)

História: Poder, Cultura e Fronteiras

SANTA MARIA
FACOS-UFSM
2017



ISBN: 978-85-8384-048-0

H673 História : poder, cultura e fronteiras / Maria Medianeira Padoin e Ana Frega Novales (organizadoras). – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2017. 193 : il.

1. História 2. Fronteiras 3. Cultura 4. Migrações
5. Patrimônio I. Padoin, Maria Medianeira II. Novales, Ana Frega

CDU 316.7
94(100)

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central - UFSM

SANTA MARIA
FACOS-UFSM
2017

*Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-Compartilha Igual 4.0 Internacional.
Para ver uma cópia desta licença, visite:
<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>.*

SUMÁRIO

- 05 Apresentação
- 07 Do Património ao Território: agendas para um futuro incerto
Luiz Oosterbeek
(*Instituto Politécnico de Tomar, Portugal*)
- 21 Las fronteras construidas y el proceso de independencia en Charcas-Bolivia
María Luisa Soux
(*Universidad de San Andrés, Bolivia*)
- 43 Fronteiras Invisíveis? História Ambiental e Imigrações
Eunice Sueli Nodari
(*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*)
- 67 La conmemoración centenaria de independencia en Argentina: memoria(s), estrategias y controversias en perspectiva comparada
Sonia Rosa Tedeschi
(*Universidade Nacional do Litoral, Argentina*)
- 87 Imigração europeia, política e religião na região fronteira do sul do Brasil no século XIX
Maria Medianeira Padoin, Monica Rossato e Naiani Machado da Silva
(*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*)
- 107 Fronteiras, História e Literatura: notas para um estudo
Susana Bleil de Souza
(*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*)
- 127 El legado de Hobsbawm
José Carlos Chiaramonte
(*Instituto Dr. Emilio Ravignani, Argentina*)
- 147 Caio Prado Júnior: uma ideia de Revolução Brasileira ou a evolução em luta com a Dialética
Diorge Alceno Konrad
(*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*)
- 173 Considerações acerca do pan-americanismo e do Estado Novo no Brasil (1937-1945)
Bruna Lima, Renata Baldin Maciel e Maria Medianeira Padoin
(*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*)



APRESENTAÇÃO

A partir da temática proposta que envolve discussões acerca *do poder, da cultura e das fronteiras*, nos seus mais diversos âmbitos e níveis de manifestações e preocupações, busca-se apresentar neste livro um conjunto de textos resultantes das reflexões proporcionadas pelo I Congresso Internacional de História da Universidade Federal de Santa Maria, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História, *em Santa Maria, RS, Brasil em 2016*, que contou com o importante apoio da CAPES e da FAPERGS, e que se inseriu nas atividades de preparação para o Ano do Entendimento Global e Revalorização das Humanidades promovido pela Unesco.

Nesse livro, pretende-se contemplar discussões relevantes, diversificadas e de qualidade que possam contribuir para a construção de novas perspectivas para a área das Ciências Humanas e Sociais, e em especial para a História, integrando pesquisadores em um espaço construído que visa à cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural a partir de um diálogo de caráter internacional.

Ao discutir temas como: patrimônio, memória, territorialidade, meio ambiente, formação do Estado e da nação, processos migratórios, História e historiografia, mundo do *trabalho*, entre outros, percebe-se o desafio e a importância *de estudos sob o viés do poder, da cultura e das fronteiras*.

Este livro traz trabalhos de pesquisadores *do Brasil, de Portugal, da Argentina, do Uruguai e da Bolívia* que possuem uma tradição de preocuparem-se com problemáticas que envolvem, direta ou indiretamente, *os temas centrais desta publicação, proporcionando o diálogo, a divulgação e discussão da produção acadêmica; bem como a integração do meio acadêmico-científico, especialmente da pós-graduação em nível nacional e internacional e de docentes da rede básica de ensino*.

Por fim, gostaríamos de registrar e agradecer o *apoio financeiro* recebido da CAPES, que viabilizou a publicação deste livro.

Maria Medianeira Padoin e Ana Frega



**DO PATRIMÓNIO AO TERRITÓRIO:
AGENDAS PARA UM FUTURO INCERTO**

Luiz Oosterbeek

PhD em Arqueologia pelo University College London (1994) com equivalência ao grau de Doutor em Pré-História e Arqueologia pela Universidade do Porto (1995). Dirige trabalhos em gestão do património e em gestão do território em Portugal, Itália, Senegal, Angola, Namíbia, Brasil. Membro correspondente do Deutschen Archäologischen Institut (Römische Germanische Kommission Frankfurt, DE), do Centro Universitario Europeo per i Beni Culturali (Ravello, IT), entre outras sociedades científicas. Coordenador de projectos europeus de arqueologia, arte rupestre e gestão do património cultural. Investigador Principal do Grupo de Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências (unidade 73 da rede da FCT em Portugal). Membro da direcção do CEIPHAR-Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo e Presidente do Instituto Terra e Memória. Membro Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH, associado da Unesco). Membro do comité científico da organização do International Year for Global Understanding, a convite da União Geográfica Internacional. É membro da comissão de aconselhamento da Conferência Internacional sobre as Humanidades na sociedade actual (2012). Professor coordenador do Instituto Politécnico de Tomar; Professor convidado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (onde dirige o curso de Doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas), Professor Tutor convidado da Universidade de Siena, Professor Ordinário convidado da Universidade de Ferrara, e Professor convidado de diversas outras universidades da Europa e do Brasil. Regente de diversas disciplinas de Arqueologia, Pré-História, Gestão do Património e Gestão do Território leccionadas no Instituto Politécnico de Tomar, no qual integrou o Conselho Científico da Escola Superior de Tecnologia e é Pró-Presidente para as Relações Internacionais e a Cooperação. Director do Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre ministrado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e pelo Instituto Politécnico de Tomar. Director científico do Museu de Mação e Vice-Presidente da ONG HERITY (Heritage and Quality), sediada em Roma.

DO PATRIMÓNIO AO TERRITÓRIO: AGENDAS PARA UM FUTURO INCERTO

Luiz Oosterbeek

A natureza da crise global e o lugar do património

Entre cada um de nós e tudo o que nos rodeia há uma continuidade substancial, na verdade uma continuidade caótica, que nos impõe a tarefa de classificar, de ordenar, esse “tudo o resto”.

Esse olhar classificatório sobre o que nos rodeia é o que define as culturas, desde a definição de fronteiras entre “grupos de coisas” (as casas são diferentes das ruas, as roupas são diferentes dos automóveis, a minha família é diferente das outras famílias...) até á definição de associações que atravessam essas fronteiras (as casas e as ruas são urbanismo, as roupas e os automóveis são conforto, a minha e as outras famílias são humanos,...).

O que é substancial na realidade não são esses agrupamentos nem essas fronteiras, pois dependem do nosso olhar cultural, mas a cada momento não é possível sobreviver sem uma certa coerência entre o que agrupamos e o que excluímos. Os insetos não são comida, para muitos de nós, mas são para outros e talvez venham a ser para todos daqui a uns anos, por força das circunstâncias.

Vivemos tempos de grande indefinição. O que há pouco tempo se dava por garantido (a unidade europeia, a divisão entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo, a família nuclear heterossexual, a condenação da pena de morte, a perenidade da paz, o perigo de sobrepopulação,...) deu lugar a um mar de incerteza, que não estruturou alternativas, apenas desestruturou convicções.

Qual o caminho a seguir? Uns, mais prudentes, procuram no passado o que pode restar de alguma estabilidade, conscientes que estão de que as mudanças precipitam hoje mais angústias que progressos, mais sofrimentos do que benefícios, de que são indicadores globais o envelhecimento, a pobreza ou a violência crescentes. Outros, mais temerários, procuram construir novas divisões e novos

agrupamentos classificatórios, da família à economia e à política, conscientes que estão da insuficiências, e muitas vezes, injustiça, das soluções do passado. Uns e outros, não conseguindo ver o futuro, constataam que o presente muda, e encontram certezas de substituição, mais parecidas entre si do que aparentam.

Talvez este seja o tempo de compreender não apenas que a mudança ocorre, mas também que não podemos antecipar o sentido de futuro dessa mudança. Os episódios de um momento (a queda do muro de Berlim, o alargamento dos direitos humanos, etc.) podem ser apenas isso, episódios sem sequência (como o republicanismo inicial em França, ou os ideais comunistas utópicos de meados do século XIX), ou talvez não. Vivemos, em larga medida, um tempo dominado pela serendipidade e é para um ciclo de acaso (MONOD 1972) que importa definir estratégias.

Em tempos de grande mudança substancial, talvez que o primado do fazer sobre o antever, construindo coisas que ofereçam mais estabilidade a quem está hoje vivo sem demasiada projecção nos “amanhãs que cantam”, possa ser um caminho. Foi, sem dúvida, o caminho que em momentos no passado se revelou útil, como quando Santo Agostinho selou o fim da angústia pela defesa do Império Romano, centrando a atenção nos vivos e não nas ideias, ainda que fazendo disso mesmo um novo ideal. Ou quando o taoismo propagou a não-acção, num contexto de consolidação da dinastia Zhou oriental.

Na base da estruturação das nossas diferentes formas de pensar estão os nossos gestos e as nossas acções, muitas vezes impensadas. A coerência do nosso passado é muitas vezes um resultado sobretudo de como olhamos retrospectivamente, e não uma coerência de quando esse passado era o presente de outros (AUSTER 2003).

Não se trata de não desenhar projetos ou de não tentar projectar o futuro, mas apenas de não ter a angústia do futuro e de não lhe sacrificar as pessoas do presente, sem as quais ele não existirá.

A crise que atualmente vai entrando e saindo das capas dos jornais desde 2008 não é uma crise idêntica às que a precederam nas décadas anteriores. Ela não é uma mera crise de sobreprodução que obriga a “reajustamentos” nos fatores de custo de produção e da qual se sairá com um crescimento económico gerador de emprego (OOSTERBEEK 2006). Por um lado ela é marcada por um aumento violento do desemprego mundial, acima dos 15% a 20% e por outro

lado o crescimento do PIB, apoiado na inovação tecnológica, tende a agravar o desemprego estrutural. Esta combinação explosiva, que de Marrocos a Ankara, de Lisboa a São Paulo ou de Luanda a Caracas frustra as expectativas dos mais jovens, tende a empobrecer a classe média (o Brasil é uma relativa exceção) e gera tensões socio-culturais crescentes, que decorrem dos limites atuais de expansão dos mercados (LUXEMBURGO 1972). Este tipo de crise ocorreu por duas vezes nos últimos 150 anos: entre 1873 e 1896, e entre 1929 e 1947. Em ambos os casos foi acompanhado de guerras, recomposição de fronteiras dos Estados, redefinição do mercado internacional e, finalmente, de uma reorganização dos equilíbrios geoestratégicos mundiais. Nos dois casos se falou em “Grande Depressão”, e é essa a natureza do que estamos hoje a viver, ainda no seu início.

O património cultural material afirmou-se sempre em momentos de crise prolongada, quer pela dimensão identitária segregadora quer pelo seu potencial ecuménico. Na verdade, o património começa por se socializar com a laicização dos grandes palácios da aristocracia, na sequência da revolução francesa, que cria os Museus em parte na continuidade da noção anterior de formação cultural ampla das elites (as primeiras grandes colecções deste tipo são anteriores à revolução, como o Hermitage ou o Louvre), mas também para afirmar uma base de legitimação simbólica do poder que se contrapõe à Igreja e que é consubstanciada na Escola pública e no Museu cívico. E é no âmbito das grandes depressões que o património ganha maior expressão, numa fase inicial com recortes nacionalistas e segregadores (que aliás o vão prejudicar, justificando saques e “devoluções” em defesa do património das nações) mas no final das depressões (e das guerras) como factor de encontro intercultural e de paz (e é assim que nascerá a noção de património da humanidade, que foi fazendo o seu caminho após a última Grande Guerra, e contra a qual reage, objectivamente, a tendência actual de renacionalização).

Os tempos que vivemos são, ainda, os do ciclo inicial da depressão (KRUGMAN 2013). O crescendo nacionalista (muito visível na Europa e na América do Sul, mas que é acompanhado pelo colapso do Estado do Iraque à Líbia, do Afeganistão à Somália, bem como pela reorganização dos antigos impérios dos séculos XVIII e XIX, da Rússia à Turquia) é acompanhado por conflitos crescentes e

sem fim previsível, num cenário em que as lideranças mais esclarecidas são forçadas a mudar rapidamente as suas alianças (não por acaso os Estados Unidos da América e o Irão se encontram hoje do mesmo lado, face à emergência do radicalismo islâmico sunita) mas em que o seu poder efectivo de controlo sobre o que está “na base” é cada vez mais escasso e marcado por episódios “independentes” que contribuem para agravar a situação (dos separatistas na Ucrânia às decisões de um tribunal americano contra a Argentina e a maioria dos seus credores).

Que património cultural vai emergir deste ciclo depressivo? Parece claro que vivemos ainda o ciclo destrutivo inicial, em que leis proteccionistas e estatizantes se erguem na tentativa de contrariar com papéis o ciclo da história. Mas a verdade é que sobre o século XXI podemos ter apenas duas certezas: haverá uma participação crescente dos cidadãos, expondo interesses antagónicos e muitas vezes incompatíveis no quadro actual (muitos dos quais consideram que grande parte do património cultural deve ser destruído, por ser uma manifestação de idolatria) e as fronteiras geopolíticas vão mudar num quadro em que, em termos ambientais (SANTOS 2007), também os territórios vão mudar (com o desaparecimento total de alguns territórios e mesmo de países, que serão submersos, num processo que afectará de forma significativa também o Brasil).

Insistir numa noção de património universal, não nacionalista e passível de circulação (nas redes museológicas, mas também no mercado, que é o maior gerador de identidades culturais dinâmicas e progressistas) parece-nos um caminho importante¹, ainda que nesta fase esteja a contraciclo das tendências na maior parte dos países.

A expansão do conceito de património e suas implicações nos modelos de gestão

O conceito de património experimentou uma expansão geométrica a partir da década de 1980, acompanhando a decomposição progressiva do sistema político e económico global, o enfraquecimento dos impérios, as tendências centrípetas que se foram reforçando na lógica dos regionalismos e localismo e, enfim, do corolário ideológico que acompanhou esse processo: o pós-modernismo. A arqueologia, e em especial a arqueologia pré-histórica e a arqueologia moderna,

¹ H. Mourão

foram e são pilares fundamentais dessa expansão, que no plano conceptual se apoiou na antropologia da paisagem, ou seja, no reconhecimento teórico da prevalência cognitiva do espaço num quadro de diversidade cultural.

A expansão quantitativa de um património que passou a integrar, potencialmente, tudo o que foi ou é tocado pelo olhar e pelo interesse antrópico, colocou desafios novos à sua gestão. Se o património monumental, que dominava anteriormente, encontrava uma justificação socioeconómica na sua valorização turística e identitária nacional, este novo património, difuso, requer o mesmo tipo de intervenção técnica, com os respectivos custos, mas muitas vezes não tem potencial turístico e valoriza identidades locais e, potencialmente, antinacionais.

A incapacidade dos organismos públicos nacionais dos vários países, financeira mas também matricial, em preservar e estudar de forma adequada este amplo património arqueológico, viria a partir da década de 1990 a generalizar, progressivamente, um sector empresarial, muitas vezes de grande qualidade (ROBHRAN-GONZÁLEZ & ZANETTINI 2003), actuando sob consentimento do poder público mas rompendo, de facto, com a lógica estatizante que dominou a gestão patrimonial após a 2ª grande guerra.

Esta adaptação, criando um sector empresarial sem mercado (uma vez que este foi banido pelas convenções internacionais), foi porém acumulando as tensões resultantes dessa contradição: o impacto financeiro do estudo e conservação desse novo património em permanente expansão, sobre a arrecadação tributária e a economia produtiva, tem permitido grandes avanços no conhecimento em alguns casos, mas não encontra correspondência visível para a sociedade, em termos de rentabilidade cultural e educacional ou de geração de renda.

Esta será uma das razões pela qual as dinâmicas dos Estados, ao mesmo tempo que foram aprofundando os conceitos patrimoniais numa perspectiva de gestão estatal, foram também, em muitos casos, reduzindo os orçamentos públicos para este sector, e transferindo tais recursos para o chamado património imaterial, ou intangível, que é um património vivo. E pese embora o facto de em diversos países, como Portugal ou o Brasil, os orçamentos de arqueologia terem aumentado, tal ocorreu no sector privado, e ao mesmo tempo que foram sendo descapitalizados os institutos públicos, o que torna o contexto estrutural da

arqueologia menos resiliente. Da Itália a Portugal, esse processo é bem visível na Europa, e vai fazendo o seu caminho na América do Sul.

Na verdade, a escolha do caminho empresarial para a arqueologia criou, na primeira década do século XXI, uma pressão enorme: o sector empresarial cresceu geometricamente, mas em rigor ele depende a quase 100% do Estado, ou seja, da tributação de impostos (diretamente ou através de outras empresas), não tendo encontrado uma base sólida que lhe possa assegurar futuro em contexto de depressão, que é a realidade em que vivemos e se vai espalhando pelo planeta.

Na ausência de um mercado de objetos arqueológicos, o investimento privado em arqueologia, que hoje contribui para o PIB de diversos países e gera números postos de trabalho, assemelha-se a uma bolsa especulativa à espera da explosão.

Precisamos, neste contexto, de repensar o modelo de gestão patrimonial criado por André Malraux, e que se revelou extremamente adequado e eficaz na preservação da memória nas décadas desenvolvimentistas de 1950, 1960 e 1970.

Um novo modelo de gestão, adequado ao quadro da globalização actual, deve entender que se deve assumir como uma componente de uma gestão integrada do território, precisamente na medida em que as problemáticas culturais são claramente territoriais (KANT 1999; OOSTERBEEK 2007; SAMASSEKOU 2012).

Uma gestão integrada do território para o desenvolvimento sustentável e a paz

Existe uma desadequação entre a teoria económica clássica dominante e a realidade atual. A teoria estipula que o sistema tende para um equilíbrio entre a oferta e a procura, (a “mão invisível” de Adam SMITH, 1989), com preços regulados com base nos fatores de custo (matérias-primas, solos e salários, segundo Jean-Baptiste SAY, 1983). A razão dessa desadequação é que a teoria clássica corresponde ao momento emergente de um sistema económico (o capitalismo) erigido em complexo cultural dominante contra os modelos anteriores (em particular o feudalismo). Como em todos os processos culturais, a dinâmica do combate uniu interesses diversos, forjando por algum tempo uma identidade comum. Mas este já não é mais esse tempo (JONES, OCAMPO & STIGLITZ, 2010).

De facto, a evolução ulterior dispersou essa unidade sincrética inicial, proliferando culturas diversas, ao mesmo tempo que a crescente financialização da economia anulou um postulado de base da teoria clássica, o de que a moeda é “neutra” no processo. Não é primeira vez que tal acontece, pois em parte foi o que ocorreu na segunda e terceira décadas do século passado, ainda que nessa época num contexto de muito elevada inflação, criando um contexto posterior de tendência recessiva do qual se saiu com estratégias de geração de empregos estímulo ao consumo (KEYNES 1992).

Por isso, o empreendedorismo, na actualidade, mais do que prever e induzir necessidades globais do mercado (que a esse nível se integrou e é comandado pela oferta de base especulativa), precisa de se focar na diversidade de necessidades culturalmente distintas (o que por vezes se designa por “nichos de mercado”), num processo que não é unívoco e sim plural e volátil.

Num tal processo, cuja relevância não parou de crescer depois da 2ª guerra mundial, o património cultural funciona como um potencial estabilizador económico da volatilidade dos mercados, na medida em que convoca um número elevado de processos culturais distintos, que se podem cruzar num mesmo “fóssil memorial”, passível de múltiplas apropriações. Essa é a razão principal do crescimento da importância do património cultural laicizado nas sociedades modernas, e é também a razão pela qual ele é combatido por todos os nacionalismos (seja de forma mais violenta, como no caso dos talibãs, seja de forma mais subtil mas não menos eficiente, como quando se promove o património imaterial acima do material, ou quando se privilegia a repatriação sobre o usufruto universal).

Na economia clássica predomina a fé liberal no mercado autorregulado e na dinamização pela oferta. No quadro da economia clássica, só Thomas MALTHUS (1999) anteviu o peso determinante da procura, designadamente como indutora da inovação (noção que seria desenvolvida por Boserup, mais tarde). Mas Malthus era um pessimista, que não previu a possibilidade de desmultiplicação social e tecnológica da humanidade. Em todo o caso, em toda a economia clássica, como no neoliberalismo contemporâneo, o Estado deve ser supletivo, protegendo a propriedade e facilitando a fluidez da economia pela desregulamentação e pelo estímulo à educação e formação.

Numa visão clássica e liberal, o património cultural era, em grande medida, parte da propriedade individual e da família conjugal da modernidade, um bem transmissível sucessoriamente. Mas esta visão já não se adapta a uma sociedade em que o individualismo se generalizou, em que a própria família conjugal se desestruturou e a proliferação de identidades requereu uma expansão dos respetivos fósseis fundadores: os patrimónios.

Paradoxalmente, a ampliação do património e a sua dimensão plural, retirou valor político e financeiro ao património, que se vê ainda protegido por legislações pensadas para uma realidade mais restrita e unívoca e cujos modelos operacionais estatizantes conflituam com essa nova dimensão a um tempo global e autárquica dos patrimónios.

Essa diminuição de valor absoluto é especialmente visível quando comparada com a valoração das artes. Teoricamente. O património deveria ter uma utilidade marginal (no conceito de Marie-Esprit WALRAS, 1983) maior do que as obras de arte (o produtor morreu pelo que, ao contrário das artes, não é possível produzir mais bens idênticos), mas na realidade são os bens artísticos que possuem uma maior utilidade marginal. A razão desta contradição está na artificial exclusão dos bens patrimoniais móveis dos processos de mercado, que sendo uma medida destinada a protegê-los da pilhagem na verdade, numa sociedade participativa de mercado, acaba por diminuir a sua relevância social e, com isso, o seu valor. A este respeito é de grande importância a pesquisa em curso de Henrique MOURÃO (2009), sobre a relação entre mercado e bens arqueológicos, enquanto bens difusos, numa ótica de preservação do património no contexto das dinâmicas territoriais atuais.

Em recente artigo, Michael PORTER e Mark KRAMER (2011) vieram defender que o sistema empresarial é visto, de forma crescente, como um agressor da sustentabilidade, que prospera à custa da sociedade. Neste contexto, os autores atribuem às empresas a maior responsabilidade, por não assumirem uma postura que parta das necessidades e interesses dos clientes: “Só isso explica que ignorem o bem-estar de clientes, o esgotamento de recursos naturais vitais para sua atividade, a viabilidade de fornecedores cruciais ou problemas econômicos das comunidades nas quais produzem e vendem. Só isso explica que achem que

a mera transferência de atividades para lugares com salários cada vez menores seria uma “solução” sustentável para desafios de concorrência.” E propõem, em alternativa ao atual modelo de “responsabilidade social” (que também orienta as grandes empresas no Brasil ou na Europa, e que é focada sobretudo na criação de boa imagem para as empresas, enquanto o essencial dos cuidados sociais fica a cargo do Estado e das ONGs) uma lógica de “valor compartilhado” que assuma o desenvolvimento social como um activo económico fundamental.

Porter e Kramer defendem que as empresas podem seguir três caminhos para criar riqueza a partir do progresso social: “reconceber produtos e mercados, redefinir a produtividade na cadeia de valor e montar clusters setoriais de apoio nas localidades da empresa”. Este contributo é interessante sobretudo por duas razões. Por um lado porque deita por terra as estratégias assentes na “competitividade por baixo” (baixos salários, baixo preço de matérias-primas, baixa complexidade tecnológica, constantes deslocalizações, divórcio entre a empresa e o seu meio social) e sublinha que o atual modelo capitalista está condenado a soçobrar pela aversão que causa na sociedade (o crescimento dos movimentos extremistas e populistas em todo o mundo é um claro sinal nesse sentido). Por outro lado porque sublinha a importância da logística e da integração multi-setorial, em que as empresas, os grupos sociais, o ensino superior e os demais recursos se podem articular numa lógica de crescimento e não apenas de redistribuição. Uma integração que recoloca as ciências humanas no epicentro dos desafios do século XXI (OOSTERBEEK 2011).

Ora é neste plano que o património, como marcador territorial, assume um lugar central, ainda que não mencionado pelos referidos autores. Porter e Kramer aproximam-se de uma lógica de gestão integrada do território, compreendendo que é no território e não no lucro acionista que se encontra a base resiliente da economia, ainda que continuem a ignorar um aspeto fundamental: não há apenas uma matriz social, e sob as redes sociais persistem visões culturais muito distintas, que tornam ineficientes modelos universalistas.

Ainda Porter e Kramer: “O valor compartilhado faz a empresa se concentrar no lucro certo: o lucro que gera — em vez de reduzir — benefícios para a sociedade. O mercado de capitais sem dúvida seguirá fazendo pressão

para que empresas gerem lucro a curto prazo, e certas empresas certamente seguirão registrando lucro à custa de necessidades da sociedade. Só que esse lucro em geral terá curta duração; oportunidades muito maiores serão perdidas.” Ora, o valor do património só se consolida se for compartilhado e preservado no médio e longo prazo: de outra forma será exaurido rapidamente, pois o seu valor de uso conjuntural é muito baixo, exceto em contexto de conflitos.

Como gerenciar estas contradições entre o interesse imediato, que fundamenta a percepção do valor de uso, e o interesse estratégico, que fundamenta a resiliência e a sustentabilidade?

Creemos que o futuro nos reservará soluções que não podemos antever, precisamente porque vivemos tempos de transição para a incerteza. Mas é muito provável que a geração e socialização de conhecimento estejam no cerne dessas soluções, pois o conhecimento é de facto o único valor do património que não é exaurido pelo seu uso. Uma estratégia focada na criação de conhecimento (DJINDJIAN 2010), o que implica a intervenção do ensino superior e dos centros de pesquisa em todas as etapas do processo, e na sua socialização (BAHIA & OOSTERBEEK 2014; OOSTERBEEK 2013), o que por sua vez implica a intervenção da sociedade.

Bibliografia

- AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas. Ed. Papiru, 1994.
- AUSTER, P. *Experiências com a verdade*. Lisboa: ASA Ed., 2003.
- BAHIA, I. R.; OOSTERBEEK, L. Socialização do Conhecimento na Educação: O Estudo da Pré-História nas Séries Iniciais do Ensino Formal. *Cadernos do LEPAARQ*. v. XI, n. 21, p.140-155, 2014.
- DJINDJIAN, F. Le rôle de l’archéologue dans la société contemporaine. *Revue Diogène*, vol. 229-230, p. 78-90, 2010.
- JONES, S. G., OCAMPO, J. A. E STIGLITZ, J. E. Introduction. In: JONES, S. G., OCAMPO, J. A. E STIGLITZ, J. E. (Orgs.) *Time for a Visible Hand: Lessons from the 2008 World Financial Crisis*. New York: Oxford University Press, 2010, p. 1-17.
- KANT, E. *Géographie*. Paris: Ed. Aubier, 1999 [1802].

- KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1992 [1936].
- KRUGMAN, P. A permanent slum? In: *The New York Times*, New York, nov. 17th, 2013. Disponível em <http://www.nytimes.com/2013/11/18/opinion/krugman-a-permanent-slump.html> .
- LUXEMBURGO, R. The Accumulation of Capital, or What the Epigones Have Made of Marx's Theory Anti-Critique. In: LUXEMBURG, R; BUKHARIN, N. *Imperialism and the Accumulation of Capital*. London: The Penguin Press, 1972 [1921], p.45-150.
- MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre o Princípio da População*. Portugal: Europa-América, 1999 [1798].
- MONOD, J. *O acaso e a necessidade*. Ensaio sobre a filosofia natural da biologia moderna. Lisboa: Pub. Europa-América, 1972 [1970].
- MOURÃO, H. A. *Patrimônio cultural como um bem difuso*. O direito ambiental brasileiro e a defesa dos interesses coletivos por organizações não governamentais. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- OOSTERBEEK, L. A Insustentável Ligeireza do Desenvolvimento. In: TOSTÕES, A.; OLIVEIRA, E. R. A.; PAIXÃO, J. M. P.; MAGALHÃES, P. [et al.]. *Encontro de saberes: três gerações de bolseiros da Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- _____. Arqueologia, património e gestão do território: polémicas. Erechim: Habilis Press Editora, 2007.
- _____. Direito ambiental ou direito ao ambiente? Uma perspectiva de gestão integrada do território. In: ROSSI, F. F. et al. (Org.). In: *Aspectos controvertidos do direito ambiental: tutela material e tutela processual*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p.303-312.
- _____. Is there a role for the humanities in face of the global warming and social crisis?, In: *Journal of Iberian Archaeology*. vol. 14, p. 97-103, 2011.
- _____. Ordenamento cultural de um território. In: PORTUGAL, José, MARQUES, S. (Orgs.). *Gestão cultural do território*. Porto: Setepés, 2007.
- PORTER, M.; KRAMER, M. Creating shared value: how to reinvent capitalism –and unleash a wave of innovation and growth. *Harvard Business Review*, p. 2-17, Jan-Feb, 2011.
- ROBHRAN-GONZÁLEZ, E. ZANETTINI, P. Programa de Pesquisa e Resgate do

Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do RODOANEL, Trecho Oeste / SP. Relatório Técnico. São Paulo, DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia. 2003.

SAMASSEKOU, A. Ambiente global, culturas e Gestão Integrada do Território.

In: SCHEUNEMANN, I. OOSTERBEEK, L. Um novo paradigma da sustentabilidade. Rio de Janeiro: IBIO, 2012. p. 233-238.

SANTOS, F. D. Que futuro? Ciência, tecnologia, desenvolvimento e ambiente. Lisboa: Gradiva, 2007.

SAY, J.B. Tratado de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1803].

SMITH, A. Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 [1776].

WALRAS, L. Compêndio dos elementos de economia política pura. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1898].

LAS FRONTERAS CONSTRUIDAS Y EL PROCESO DE INDEPENDENCIA EN CHARCAS-BOLIVIA

María Luisa Soux

Possui Graduação/Licenciada em História pela Universidad Mayor de San Andrés, Mestrado em História Latinoamericana pela Universidade de Andalucía/Espanã e Doutorado em Ciências Sociais Especialidade em História na Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima. Perú. Trabalha com temas com História Latinoamericana, Direitos Indígenas, História Rural, entre outros. Foi diretora interina do Arquivo Histórico de La Paz e atualmente Universidad Mayor de San Andrés

LAS FRONTERAS CONSTRUIDAS Y EL PROCESO DE INDEPENDENCIA EN CHARCAS-BOLIVIA

María Luisa Soux

Introducción

La lectura nacionalista de la Guerra por la Independencia en los países sudamericanos ha impedido durante muchos años analizar desde una perspectiva territorial diferente el proceso de construcción de los Estado-nación, ya que olvida conscientemente que fue un proceso a todas luces continental. De esta manera, todas las historias nacionales relatan la formación de sus naciones como una lucha en la que el anterior aliado-vecino se convierte en el vecino-enemigo y el proceso por la independencia ha dado lugar a una lucha sin cuartel por límites y fronteras. Esta visión ha dado lugar a estudios recortados por los límites de las fronteras actuales; en el caso boliviano el Desaguadero al norte y Tupiza y la Quiaca al sur. Esta parcelación aparece no solo en la narración de los hechos, sino también en planteamientos de carácter protonacionalista que han querido mostrar que la idea de una independencia “Ni con Lima ni con Buenos Aires” no sólo que fue la que marcó todo el proceso desde 1809, sino que proviene desde siglo XVI, cuando se creó la Audiencia Real de La Plata de los Charcas¹.

A partir de esta postura, la narración histórica nacionalista y patriota nos indica que tanto los ejércitos auxiliares insurgentes procedentes del Río de la Plata, como el ejército virreinal peruano deberían ser considerados ejércitos de ocupación, frente a los cuales se organizaron los grupos guerrilleros como el verdadero germen de la Bolivia independiente. Más allá de su carácter teleológico y de su interés cívico nacionalista, esta posición historiográfica, desde nuestro punto de vista, invisibiliza la complejidad y amplitud de las relaciones y las alianzas entre los diversos actores que actuaron en una diversidad de territorios que no se hallaban marcados por

¹ Utilizo el título del libro de José Luis Roca *Ni con Lima ni con Buenos Aires* (2007) como un ejemplo de la posición protonacionalista, que pretende establecer la existencia de un sentimiento de nación de forma previa a la independencia.

las fronteras que surgirían, precisamente, como resultado del mismo proceso de independencia. Esta visión, que se replica aún en la enseñanza de la historia en las escuelas y colegios así como en las fiestas cívicas, ha recortado de forma artificial el espacio, ciñéndolo a la nación surgida posteriormente.

Frente a ella proponemos la necesidad de establecer nuevas dimensiones de análisis. La primera dimensión es de carácter continental, que aborda el proceso hacia la independencia como una lucha entre los grandes centros del poder como eran las capitales virreinales (Lima, Buenos Aires, Santa Fé de Bogotá y Río de Janeiro), analizando el conflicto desde una perspectiva de luchas hegemónicas por el territorio; la segunda dimensión es de carácter local y regional, que analiza el control del poder local, el mismo que, de una forma estratégica, tomaba posición frente a los proyectos hegemónicos de los virreinos; finalmente, una tercera dimensión que toma en cuenta el territorio étnico y propone la existencia de proyectos estratégicos indígenas que bajo lógicas propias generaron espacios de tensión que estallaron en momentos específicos, ya sea de forma independiente o en alianza con los grupos en pugna.

En el presente artículo trataremos de analizar desde la primera dimensión, la continental, pero ubicándonos en el espacio de Charcas o Alto Perú, abordando algunos temas específicos en las relaciones entre algunos actores locales en un contexto más amplio que desborda las fronteras patrias constituidas posteriormente.

La situación de Charcas entre dos virreinos

El hecho de que el territorio de la Audiencia de Charcas pasara a depender del virreinato del Río de la Plata en 1776, provocó serias tensiones entre los centros de poder de Lima y Buenos Aires. Mientras se fortalecían los lazos comerciales y políticos con la nueva capital, Lima no se resignaba a haber perdido el rico centro minero de Potosí y los tributos que provenían de la gran población indígena de Charcas, que pasó a denominarse Alto Perú. Así, son numerosas las quejas por el impacto económico que implicó para el virreinato del Perú esta desmembración. Por otro lado, los lazos culturales seculares que unían a las poblaciones andinas no se rompieron con un acto jurisdiccional,

hecho que se vio con claridad durante la Sublevación General de Indios de 1780-83, que si bien fue pacificada en Charcas por el ejército de Reseguín enviado desde Buenos Aires, mantuvo en el lado insurgente una constante relación con el movimiento cuzqueño de Túpac Amaru, ubicado en el territorio del virreinato del Perú. De esta manera, durante los treinta años que separan esta sublevación del inicio del proceso de independencia, la posición de Charcas frente a ambos virreinos fue ambigua en muchos aspectos. Al mismo tiempo, la situación no era igual en las diferentes intendencias de la Audiencia, ya que mientras la intendencia de La Paz se inclinaba naturalmente hacia el Perú, las de Potosí y Chuquisaca tenían más relación con el Río de la Plata.

Por este motivo, no es casual que en 1809, cuando se produjo el movimiento de juntas en Chuquisaca y luego en La Paz, el primero fuera reprimido por las tropas enviadas junto a Vicente Nieto desde Buenos Aires, mientras que el segundo lo fuera por los hombres procedentes del sur peruano comandados por Manuel de Goyeneche, aunque dirigidas por el Virrey Fernando de Abascal desde Lima.

Las relaciones entre territorios eran aún más complejas. De acuerdo a lo analizado por Rossana Barragán (2013), lo que se produjo en 1809 fue un enfrentamiento entre posiciones locales; mientras por un lado existió una alianza entre La Paz y Chuquisaca, que las llevó a pronunciarse mediante juntas generando en la primera una audiencia gobernadora, la contrarrevolución fue dirigida por el Intendente de Potosí, Francisco de Paula Sanz, jefe estratégico de la represión de estas primeras juntas quien, conocedor del levantamiento en la ciudad de La Plata marchó inicialmente a esa ciudad para controlar la sublevación de mayo y trató de organizar la contrarrevolución con otras ciudades como Cochabamba y Oruro, pero viendo la imposibilidad de reprimir a La Paz, solicitó al Virrey del Perú, Fernando de Abascal, que enviara tropas para controlar la nueva sublevación de julio en La Paz².

Esto significó que, en estricto seguimiento de los límites virreinales, lo que ocurrió con el ingreso de las tropas de Manuel de Goyeneche a La Paz en 1809 fue una injerencia en territorio ajeno, habiendo cruzado el Desaguadero. En ese momento, la situación no fue preocupante, ya que tanto en Lima como en Buenos

² Rossana Barragán, María Luisa Soux et.al. *Reescrituras de la Independencia. Actores y territorios en tensión*. Coordinadora de Historia, Plural. 2012.

Aires, la posición política oficial frente a la crisis del imperio era la de apoyar a Fernando Séptimo y el reconocimiento de la Junta Central durante su ausencia.

La situación cambió fundamentalmente luego de la Revolución de Mayo en Buenos Aires, que dejó a Charcas en medio de dos posiciones antagónicas: la autonómica de la capital del Río de la Plata y la fidelista de la capital del virreinato peruano. Es dentro de este contexto que se produjo un hecho que, si bien fue ya tratado por Luis Paz en 1919, ha pasado desapercibido por la historiografía boliviana, y que es el punto central de la situación de Charcas durante el proceso de independencia: la ilegal e inconsulta decisión de julio de 1810, promovida en Chuquisaca por el mismo gobernador Paula Sanz y decretada por la Audiencia y el Cabildo de La Plata, de que la Audiencia pasara a depender nuevamente del Virreinato del Perú³. De esta manera, el territorio altoperuano, quedó en medio de un aparente vacío jurídico y se convirtió durante los siguientes años en el centro de la lucha de los ejércitos rioplatenses (insurgentes o patriotas) y peruanos (fidelistas o realistas).

La “media luna” y las estrategias territoriales insurgentes

En líneas generales, la lucha militar entre 1810 y 1816 se dio a lo largo de dos rutas transversales que articulaban el Cuzco con Tucumán: la ruta de los valles interandinos, donde transitaban por lo general más fácilmente las tropas insurgentes y los ejércitos auxiliares rioplatenses, y la ruta del altiplano, con una presencia hegemónica y permanente del ejército virreinal del Perú. Esta ocupación transversal explica el hecho de que la mayor parte de los enfrentamientos se dieran ya sea en los límites de avance de ambos ejércitos –Guaqui al norte y Tucumán y Salta al sur-, en los territorios de intersección de ambas franjas, como las batallas como de Vilcapujio y Ayohuma en el Norte de Potosí, y finalmente, en las regiones estratégicas de los valles y tierras bajas cercanas a las ciudades que trataban de

³ Dice Paz: “Revolucionada la capital del virreinato quedaba por resolverse la situación política de las provincias del Alto Perú que estaban sujetas a la jurisdicción de la Audiencia de Charcas. El presidente Nieto promovió un congreso invitando a los gobernadores de las provincias que enviasen a sus representantes de los que no sabemos que hubiese venido otro que el Conde de la Casa Real de Moneda, con plenos poderes del gobernador de Potosí Paula Sanz. Los dos oidores, el arzobispo, dos canónigos en representación del ayuntamiento, con el indicado comisionado de Potosí, se reunieron bajo la presidencia de Nieto, y resolvieron la incorporación de estas provincias al virreinato del Perú; acto ilegal en la forma y arbitrario en el fondo” en Luis Paz: *Historia General del Alto Perú hoy Bolivia*. Imprenta Bolívar. 1919. p. 113.

ser controladas por el ejército peruano, como las batallas de Florida en Santa Cruz o Sipesipe en el valle de Cochabamba. Así también, este control transversal del territorio permite entender la ubicación posterior de los diversos grupos de guerrilla que se formaron en el territorio de Charcas y que, sin excepción se ubicaron en los espacios verticales de los valles andinos.

Entre 1810 y 1816, la estrategia de ambos ejércitos se mantuvo. De forma regular, las autoridades de Buenos Aires enviaron ejércitos auxiliares hacia las “tierras altas”: el primero bajo la dirección de Balcarce y Castelli, el segundo comandado por Manuel Belgrano y el tercero bajo la dirección de José Rondeau. Estos ejércitos estaban en contante comunicación con los caudillos insurgentes altoperuanos que apoyaban y daban sustento al avance de los ejércitos de línea, sumando muchas veces ejércitos de línea a las mismas, como el caso de cochabambinos y chicheños, así como milicias cívicas. De esta manera, se conformaron grandes ejércitos formados por tropas de línea de infantería, caballería y artillería, milicias cívicas y ejércitos indígenas con sus propios caudillos. A su vez, el ejército del Rey, dependiente del virreinato del Perú y que fue dirigido inicialmente por Manuel de Goyeneche y posteriormente por Joaquín de la Pezuela y José de la Serna, mantenía una presencia más estable y permanente en el territorio de Charcas, con un ejército de línea formado mayormente con soldados provenientes del sur peruano –los batallones de Chumbivilcas, Azángaro, Cusco, etc-, milicias cívicas y tropas indígenas con sus caudillos, como los ejércitos de naturales del Cusco y Azángaro, dirigidas por Pumacagua y Choquehuanca. Las vanguardias de ambos ejércitos se insertaban regularmente en territorio enemigo y debían seguir en esos momentos una estrategia de guerrilla y es por ello que existían grupos guerrilleros tanto entre los insurgentes como en el ejército del Rey. Esto significa que, de forma contraria a Lo Establecido por la historiografía protonacionalista, los grupos guerrilleros, al menos hasta 1817, no eran independientes y, más bien, formaban parte de los grandes ejércitos en lucha.⁴

4 Ver: María Luisa Soux: *El complejo proceso hacia la independencia de Charcas*. IEB, ASDI, IFEA, Plural 2010; Armando Martínez, Manuel Chust, et al: *Una independencia varios caminos: el caso de Bolivia*. Universidad Jaume I Castellón España. 2008.

Esta forma de controlar el territorio implicaba a su vez un sistema de gobierno. La historiografía ha mostrado cómo el territorio militarizado de Charcas fue gobernado por autoridades nombradas desde Lima, como gobernadores intendentes y subdelegados en las ciudades y pueblos controlados por el ejército real, que cobraban los tributos y otros impuestos y llevaban la contabilidad en la Cajas Reales⁵; sin embargo, no ha analizado aún con la misma profundidad la conformación de los gobiernos locales insurgentes en las regiones controladas por éstos y cuyos jefes eran nombrados ya sea por las autoridades de Buenos Aires o por el jefe del ejército auxiliar de turno.

En 1810 y 1811 Castelli llevó a cabo actos de gobierno, nombró autoridades en las ciudades conforme iba avanzando por el territorio de Charcas y convocó a elecciones para nombrar tanto a los gobiernos locales como a los diputados al Congreso que se realizaría en Buenos Aires⁶, por su parte, las autoridades de Buenos Aires nombraron a Martín de Pueyrredón como Presidente de la Audiencia de Charcas. Dos años después Belgrano nombró como Gobernadores de Cochabamba y Santa Cruz a Juan Antonio Álvarez de Arenales y a Ignacio Warnes respectivamente. Sin embargo, se ha asumido que estas autoridades tenían solo un carácter militar y no se ha profundizado aún en sus formas de gobierno. Últimos trabajos de Roger Mamani (2015)⁷ muestran que la autoridad de Álvarez de Arenales cubría también acciones de gobierno, al nombrar autoridades subalternas en las ciudades, villas y pueblos que controlaba.

Todo ello es una muestra de que el territorio de Charcas no sólo fue un espacio de lucha por parte de las fuerzas de ambos virreinos, sino que en su misma forma de organización y gobierno, también se convirtió en un campo de batalla, ya que el control de gobierno implicaba en última instancia dar sustento político y económico a la guerra al organizar las finanzas, recoger el tributo, controlar la producción y asumir acciones de justicia.

5 Sobre este tema es interesante ver que los libros de Cajas Reales del territorio altooperuano hasta 1814 se hallan actualmente en el Archivo Nacional del Perú, en Lima.

6 María Luisa Soux: *El complejo proceso hacia la independencia de Charcas*. 2010.

7 Roger Mamani Siñani. "Juan Antonio Álvarez de Arenales y las guerrillas de Charcas". Ponencia presentada en el Congreso de Estudios Bolivianos. Sucre, julio de 2015. Inédita.

La insurgencia en Charcas y su relación con el Río de la Plata

La historiografía boliviana marcada por las fronteras actuales han considerado que tanto el ejército realista proveniente del Perú como los ejércitos auxiliares provenientes del Río de la Plata eran, en última instancia, ejércitos de ocupación, sin tener en cuenta que se trataba en realidad de un territorio en disputa que no tenía claramente definida su pertenencia desde el punto de vista jurídico, más aún luego de la decisión inconsulta de 1810 de pasar a depender del Virreinato del Perú. Dentro de esta perspectiva de análisis, tanto peruanos como rioplatenses se hallarían luchando en territorio ajeno. Sin embargo, si cambiamos la perspectiva de análisis con una visión continental, vemos que lo que existió fue una serie de alianzas por parte de la población alto peruana que no podían tener en cuenta las fronteras -inexistentes en ese momento-, sino un amplio sentido de pertenencia jerárquica, ya sea a un bando o al otro. Así, se puede decir que parte de las decisiones de esta población tenía más relación con una cultura jurídica que con una posición ideológica, es decir, la de apoyar a la capital que consideraban era la legítima y legal, ya sea Buenos Aires o Lima⁸. Esta actitud permite comprender las razones por las cuales, sin excepción, las ciudades de Charcas dieron su apoyo a la Junta de Buenos Aires en 1810 y las tropas indígenas se sumaron al primer ejército auxiliar en su avance hacia el Desaguadero; y por el otro lado, también permite entender los motivos por los cuales las autoridades nombradas por el Virrey del Perú fueron aceptadas en las ciudades sin poner en duda su legitimidad, como ocurrió con el Intendente Sánchez Lima en la Paz, considerado hasta hoy como un funcionario ejemplar en la memoria de la ciudad, o los argumentos mediante los cuales las comunidades indígenas siguieron pagando el tributo a las autoridades nombradas desde Lima.

8 Sobre la importancia de la cultura jurídica en la toma de decisiones políticas en Charcas ver María Luisa Soux: "Legalidad, legitimidad y lealtad. Apuntes sobre la compleja posición política en Charcas (1808-1811)". En Veronique Hebrard, Genevieve Verdo (ed.): *las Independencias Hispanoamericanas, un objeto de Historia*. Casa de Velázquez. París. 2013.

Salta: lugar de organización y refugio

A lo largo de la guerra en Charcas se establecieron dos lugares de refugio y formación de los dos bandos en pugna: Arequipa para el bando peruano o realista y Salta para el bando insurgente o patriota.

El lugar ocupado por Salta en la Guerra por la Independencia de Charcas es fundamental. Si recorremos las historias de vida de muchos de los actores insurgentes en las tierras altas, veremos que todos ellos estuvieron en Salta, ya sea para entrenarse y organizarse militarmente o como refugiados, lo que significa que esta ciudad se convirtió en el centro estratégico de formación militar, política e ideológica del bando insurgente o patriota.

Al hacer un recuento sobre la relación entre los insurgentes de Charcas y Salta, podemos citar, a modo de ejemplo, a los siguientes:

Andrés Jiménez de León y Mancocápac, ideólogo de la primera conspiración indígena de 1810, quien, cuando la conspiración fue develada escapó hacia Salta donde se unió al Ejército Auxiliar, siendo nombrado por Castelli como capellán. Los pocos datos que se tienen sobre él indican que era tan radical en su posición a favor de crear un imperio neo inca que muchos de los miembros del ejército solicitaron a Castelli que alejara a Mancocápac de su puesto, por lo que parece ser que él se quedó en Salta y no siguió con el ejército hacia el norte⁹.

Otro caudillo que estuvo varias veces en Salta, donde se formó como guerrillero y apoyó constantemente el ingreso de tropas y armas hacia el norte fue el caudillo José Miguel Lanza, de quien se sabe que llegó a esta ciudad en 1812 y luego en 1815. Finalmente, se sabe por el Diario de José Santos Vargas que Lanza llegó a Ayopaya como comandante de la División de los Valles enviado desde Salta por Martín Miguel de Güemes el 13 de febrero 1821¹⁰. Tal parece que Lanza se

9 Sobre Jiménez de Mancocápac ver los trabajos de René Arze Aguirre: *Participación popular en la independencia de Bolivia*. Ed Don Bosco. 1979; María Luisa Soux. *El complejo proceso hacia la independencia de Charcas...* 2010.

10 Dice el Diario de Vargas: “El 13 de febrero repentinamente llegó al pueblo de Ynquisivi sin que haya la más mínima noticia el señor coronel don José Miguel Lanza del punto de Salta, en donde se hallaba el ejército de la Patria ... todos mandados por el señor general Güemes”. (fs. 216). Sobre su relación con Salta indica el mismo Vargas: “Don José Miguel Lanza. Natural de la ciudad de La Paz. Fue teniente de granaderos el año 1809. El año 1812 fue prisionero en la doctrina de Palca, en Pocanchi, de capitán. De Potosí escapó de la cárcel, se fue a Salta al ejército (de la Patria). Volvió 2ª vez de comandante el año de 1815, ganó la acción de Yrupana, entró a él. Regresó al ejército (a Salta), 3ª vez volvió de coronel el año de 1821. (fs. s/n). Edición del Diario del ABNB. P. 420.

hallaba relacionado de forma permanente con las autoridades y los caudillos de las Provincias Unidas del Río de la Plata y se convirtió en una especie de “avanzada” de su presencia en el territorio de Charcas, de tal manera que, luego del fin de la gran mayoría de los grupos guerrilleros se refugió en Salta donde mantuvo una relación estrecha con el caudillo salteño Martín de Güemes quien poco antes de su muerte lo envió como jefe de la única guerrilla que quedaba en Charcas.

Haciendo un seguimiento de la vida de muchos de los combatientes de División de los Valles o la guerrilla de Sicasica y Ayopaya, tenemos que la gran mayoría de los comandantes y miembros de la tropa de criollos e indígenas estuvieron en Salta en algún momento de su vida y muchos de ellos participaron en las batallas de Tucumán y Salta. Este es el caso del Comandante Eusebio Lira, caudillo de la guerrilla y los comandantes indios Andrés Simón y Miguel Mamani, comandante de indios de la Patria y comandante de indios a caballo respectivamente. De acuerdo al Diario de José Santos Vargas, analizado por Roger Mamani, los tres y muchos otros estuvieron en Salta como emigrados. Es muy posible que allá se prepararan militarmente, ya que pudieron ejercer posteriormente la dirección de tropas dentro de la División de los Valles¹¹.

Más conocido es el caso de Manuel Asencio Padilla, el comandante de la guerrilla de La Laguna, quien acompañó al Primer Ejército Auxiliar hasta Guaqui y se retiró hasta Salta junto a sus jefes militares. Se sabe que Padilla participó posteriormente, junto al ejército dirigido por Belgrano, en las batallas de Tucumán y Salta, subiendo a las tierras altas donde, luego de las derrotas de Vilcapujio y Ayohuma, organizó su propio grupo insurgente siguiendo la estrategia guerrillera.

La esposa de Manuel Asencio Padilla, doña Juana Azurduy, estuvo también en Salta, aunque las circunstancias fueron distintas, ya que llegó a la ciudad como refugiada, luego de la muerte de su marido y del debilitamiento definitivo de su grupo guerrillero. Fue recibida en la ciudad por Martín Miguel de Güemes, pero no se conoce que tuviera una participación militar junto al caudillo. En todo caso, sí se conoce que vivió en Salta varios años¹².

11 Roger Mamani Siñani: *La “División de los Valles”* IEB. 2011. Entre los emigrados a Salta que iniciaron la guerrilla con Lira se hallaban, además de Andrés Simón y Manuel Mamani, don Pedro Zerda, Julián Tangara, Pedro Chipa, Pascual Cartagena y don Ciprián Cargajena. (fs. 27v).

12 Son numerosos los libros acerca de los esposos Padilla. Sobre su relación con Salta se puede citar los libros últimos de Norberto Benjamín Torres *Manuel Asencio Padilla (1774-1816), una biografía documentada*, Ciencia

Pero Salta no sólo fue un sitio de preparación y refugio sino también el escenario de lucha de algunos jefes militares altoperuanos. Este es el caso de José María Pérez de Urdininea, quizá el más conocido de los charqueños en Salta. Habiendo sido herido en la batalla de Guaqui, siguió el camino de retirada hacia Salta, donde se unió al segundo ejército auxiliar, combatió en las batallas de Tucumán y Salta y en la campaña en el Alto Perú. También participó en el nuevo avance del Tercer ejército auxiliar y en la batalla de Sipesipe. Luego de la derrota se retiró nuevamente hacia el sur como jefe de la retaguardia. Luego de participar en la batalla de Chacabuco retornó a Salta donde fue nombrado jefe de una división en la guerra defensiva contra el nuevo avance realista desde el Alto Perú en 1817. En 1822, luego de una serie de otras acciones militares y políticas, logró organizar un pequeño ejército con el objetivo de retomar Charcas, sin embargo, tuvo que quedarse en Salta sin poder poner en movimiento en una nueva campaña hacia el norte. Fue recién en 1825 que Pérez de Urdininea fue enviado por el gobernador de Salta Álvarez de Arenales a una última campaña al Alto Perú, con el objetivo de enfrentar al jefe realista Pero Antonio de Olañeta, pero cuando llegó ya éste había muerto en Tumusla. Pérez de Urdininea se quedó definitivamente en su tierra natal donde desempeñó importantes cargos políticos y militares en la ya independizada Bolivia.¹³

El caudillo insurgente Mariano Díaz y el “espacio insurgente occidental”

Otro punto importante de destacar en esta perspectiva de análisis más allá de las fronteras nacionales es la existencia de otro espacio insurgente que cubría las costas del Pacífico y abarcaba territorios que formarían parte posteriormente de varios países. Para ilustrar este tema se analizará la actuación del caudillo Mariano Díaz.

Se sabe que el movimiento insurgente de José Miguel Lanza y Baltasar Cárdenas en 1812 cubrió un amplio espacio del territorio de Charcas, desde Sicasica y Umala, al norte, hasta López, al sur. En este movimiento participó

Editores, Sucre, 2015 y Juana Asurdui de Padilla. *Perspectivas y documentos*- Ciencia Editores, 2015.

¹³ Sobre Pérez de Urdininea y su actuación durante los últimos años de la Guerra por la Independencia ver el libro de Florencia Ballivián de Romero: *José María Pérez de Urdininea, un general de la Independencia 1819-1825*. Casa Municipal de la Cultura. La Paz. 1979.

también un caudillo de origen cinteño (sur de Chuquisaca) llamado Mariano Díaz. Luego de la derrota de Cárdenas en su afán por consolidar un grupo insurgente en el altiplano, Díaz siguió su campaña por otras regiones más al sur, como Atacama y Jujuy, siempre bajo las órdenes finales de Manuel Belgrano, comandante del ejército auxiliar porteño.

De acuerdo a la confesión de Mariano Díaz durante el juicio que se le siguió, éste había iniciado su carrera como caudillo insurgente en el pueblo de San Pablo de Lípez, donde vivía junto a su esposa. Aparentemente fue el propio Baltasar Cárdenas quien lo había convencido a plegarse a su grupo. De acuerdo a su versión, Cárdenas lo había obligado a participar luego de amenazarlo con fusilarlo acusándolo de haber desarmado a los fugitivos que escapaban luego de la derrota de Guaqui¹⁴.

Díaz se plegó a la insurgencia, reuniendo gente en el partido de Lípez, con quienes atacaron varios pueblos de la región. Posteriormente, Mariano Díaz siguió a Cárdenas hacia el norte, pasando por el partido de Chichas e internándose en la región de Oruro donde colaboró en las acciones del caudillo, convenciendo a los indios y convocando gente para que uniese a la insurgencia.

Habiéndose distanciado de Cárdenas por el reparto de lo que habían saqueado en la región, la carrera insurgente de Díaz prosiguió por Lípez y Atacama, lugares donde buscó ampliar su tropa con reclutas indios, sin lograr mayor apoyo. Posteriormente fue nombrado comandante de Atacama por parte del ejército rioplatense con el objetivo de evitar que el ejército real y el avituallamiento desembarquen por sus puertos.

A inicios de 1813 fue apresado en Salta donde se le entabló juicio por insurgente; sin embargo, la derrota de Salta y el retroceso del ejército del rey obligaron a que Díaz fuera llevado a Potosí y luego hasta Oruro, siguiendo el camino de retirada del ejército comandado aún por Goyeneche. Luego de la renuncia del jefe realista, el comandante accidental del ejército real, don Juan Ramírez, condenó a muerte a Díaz; sin embargo, la situación en Oruro era tan frágil que Ramírez decidió no ejecutarlo en esta villa, argumentando que si Belgrano conocía esta situación, ejecutaría de la misma manera a los prisioneros

14 AGI. Diversos 3 A1813 R1 N° 1. Archivo de Abascal. Confesión de Mariano Díaz. Citado en María Luisa Soux: *El complejo proceso hacia la independencia de Charcas*. 2010.

tomados por su bando; más bien lo envió supuestamente preso hasta Lima, aunque con órdenes secretas de ejecutarlo durante el viaje. De esta manera, Mariano Díaz fue ejecutado en el barco que lo transportaba como reo hacia el Callao¹⁵.

El recorrido trazado por Mariano Díaz es un claro ejemplo de la existencia de un otro espacio de insurgencia complementario al de la “media luna insurgente” que articula más bien la región occidental del territorio en espacios estratégicos que cubren Jujuy, Atacama y Lípez y cuyo objetivo estratégico era cortar el posible abastecimiento a las tropas del Rey desde los puertos del Pacífico. Este es a todas luces un espacio insurgente que rompe también las fronteras creadas posteriormente, ya que contempla territorios de las regiones de Potosí, Atacama, Jujuy y Salta.

Álvarez de Arenales y Warnes: dos comandantes rioplatenses en el Alto Perú

Si muchos de los caudillos insurgentes altoperanuanos vivieron en Salta ya sea como refugiados o formándose en estrategias bélicas, otra es la historia de algunos jefes militares rioplatenses que hicieron de Charcas su centro de operaciones bajo la dirección de los jefes porteños.

Juan Antonio Álvarez de Arenales e Ignacio Warnes, el uno español y el otro rioplatense, pero ambos miembros del ejército del Río de la Plata, llegaron a Charcas junto al segundo ejército auxiliar, dirigido por Manuel Belgrano. Arenales fue nombrado Gobernador de Cochabamba y Warnes de Santa Cruz. Luego de las derrotas de Vilcapujio y Ayohuma y de la retirada del ejército de Belgrano, ambos se quedaron defendiendo el territorio ya conquistado hasta la llegada de un nuevo ejército, esta vez el tercero, que sería dirigido por José Rondeau.

La forma de lucha de estos grupos de vanguardia era diferente al de los ejércitos de línea y consistía en formas alternativas de control del territorio. Si las ciudades se hallaban en territorio conquistado, su labor era tanto política como militar, o más de una ciudadanía con armas, esto con el apoyo de las milicias y los

¹⁵ En el informe de la sentencia se acusa a Díaz de “caudillo de insurgentes asesino y sanguinario que en distintas expediciones, cometió los más horribles crímenes de muertes, y latrocinios” (Archivo General de Indias. Diversos 3 A1813 R1 N° 1. Archivo de Abascal. fs. 20r.)

ejércitos locales; por el contrario, si los realistas retomaban las ciudades, el ejército debía cambiar de estrategia, organizando huestes rurales bajo una forma de lucha de guerrillas, una guerra de montaña o de recursos. Esto fue lo que ocurrió hacia 1814, cuando el ejército realista, dirigido ya por Joaquín de la Pezuela, retomó la ciudad de Cochabamba. Fue entonces que Arenales salió hacia Mizque, donde estableció su cuartel general. A partir de ahí, organizó un sistema de guerrillas que englobaba todo el territorio de Charcas bajo la dirección directa de caudillos como Padilla en La Laguna, Lira en Ayopaya o Camargo en Cinti; mientras tanto, Ignacio Warnes, que se mantenía con el control de la ciudad y como gobernador en Santa Cruz mantenía en la región un ejército de línea.

El trabajo de Arenales como jefe del sistema de guerrillas fue fundamental para la organización posterior de la insurgencia, ya que, a través de su comunicación constante con los otros caudillos y coordinando con Warnes, pudo mantener durante esos dos años cruciales de 1814 y 1815 la insurgencia en Charcas¹⁶.

El sistema central de organización de los ejércitos del norte, dirigido nuevamente por Belgrano, nombró a Martín Miguel de Güemes como jefe militar y político de la región entre Salta y Tarija y Juan Antonio Álvarez de Arenales como jefe desde Cinti hasta el Desaguadero. Esto hacía de Arenales el principal responsable de la guerra en los partidos de Cochabamba, Potosí y Chuquisaca, incluyendo también los espacios controlados por los realistas de La Paz, Oruro y Chichas.

El trabajo de Álvarez de Arenales no fue fácil, ya que al mismo tiempo de luchar contra las tropas del rey, mantener la disciplina en su ejército disgregado y gobernar los territorios bajo su mando, debía terciar en los conflictos internos entre los mismos caudillos. En la correspondencia que se ha conservado en el Archivo General de la Nación en Buenos Aires, se ve que Arenales se comunicaba con todos los jefes de guerrillas altoperanuanos, inclusive con el caudillo de Larecaja, Ildefonso de las Muñecas, que había llegado desde el Cusco, dándoles instrucciones y revisando constantemente su accionar, lo que no siempre era aceptado por los caudillos. Con este hecho se puede ver también que el territorio de la insurgencia era más amplio y que abarcaba prácticamente desde el sur peruano hasta Salta y Tucumán.

16 Armando Martínez y Manuel Chust (eds.) *Una independencia, varios caminos. El caso de Bolivia (1808-1826)*. Universidad Jaume I. Castellón, España. 2008. P. 155.

La relación de Arenales con Ignacio Warnes tampoco fue buena. En las cartas se nota la existencia de tensiones entre ambos, ya que Warnes tenía un mejor control de su territorio, aunque el mismo era en gran parte marginal a la lucha. A pesar de estas tensiones y malentendidos, ambos se unieron en determinados momentos para pelear contra el ejército del rey, como ocurrió en la batalla de Florida.

Luego de la derrota de Sipesipe y la salida del ejército de Rondeau de Charcas, el sistema de guerrillas se diluyó y Arenales también tuvo que refugiarse en Salta. El ejército realista fortalecido empezó a presionar a los grupos de guerrilla para avanzar sobre su territorio, provocando la muerte de los principales caudillos: Muñecas, Camargo y Padilla. Warnes, por su parte, murió en la batalla de El Parí, dejando el territorio cruceño en manos de las tropas realistas de Aguilera.

De esta manera, el ejército del rey, que seguía manteniendo una gran mayoría de soldados peruanos con el apoyo de alguna tropa y oficiales llegados de la metrópoli tomó el control del territorio de Charcas, quedando únicamente insurgente el espacio de la División de los Valles de Sica Sica y Ayopaya. A pesar de que hubo un cuarto intento por retomar Charcas por parte del ejército de las Provincias Unidas, su trabajo se mantuvo en el sur, cortando el avance del ejército realista.

El resquebrajamiento del territorio insurgente

Como se dijo más arriba, la relación entre los rioplatenses y Charcas se mantuvo hasta tan avanzada la guerra como 1821, siendo el lazo de unión Martín Miguel de Güemes, quien envió a José Miguel Lanza para dirigir la guerrilla de Ayopaya; sin embargo, ya a partir de 1817 la política rioplatense había cambiado de rumbo hacia Chile y las tierras altas dejaron de ser un objetivo central en la política militar de las Provincias Unidas.

Este cambio de estrategia no solo dejó a Charcas abandonada a sus propias fuerzas –de todos los grupos guerrilleros sólo quedó el de Ayopaya–, sino que quebró el antiguo espacio insurgente. Hasta 1824, las tropas más importantes en toda esa región de Charcas ya no fueron las independentistas sino las realistas dirigidas esta vez por el también salteño Pedro Antonio de Olañeta; por su lado, las tropas independentistas ya no llegaron a Charcas por el sur, sino por el oeste,

desde el Perú, como ocurrió con la Campaña de Puertos Intermedios de 1823. En resumen, los grupos antagónicos se mantenían pero los espacios de lucha habían cambiado.

Para 1825, lo que había sido un solo territorio insurgente se convirtió más bien en un territorio en disputa entre dos naciones que bregaban por conformarse. El último capítulo de esta historia será la llamada Cuestión de Tarija.

La Cuestión de Tarija y la conformación de Bolivia

No profundizaremos aquí todo el tema tan complejo acerca de la dependencia del partido de Tarija del obispado de Salta. Sólo indicaremos que en 1807 se desligó oficialmente de la intendencia y obispado de Potosí para incluirse en el obispado e intendencia de Salta¹⁷. A pesar de que la población tarijeña no estaba de acuerdo con ello, la situación se mantuvo, quedando la situación sin resolver cuando se produjo la crisis del imperio en 1808.

El 18 de agosto de 1810, Tarija fue la primera ciudad de la región cuyo cabildo apoyó a la Junta de Buenos Aires¹⁸ y sus milicias cívicas, junto a las de Chichas fueron importantes en el Primer ejército auxiliar y en el triunfo de Suipacha, aunque posteriormente, desavenencias con Juan José Castelli llevó a que parte de las tropas tarijeñas y su comandante Larrea retornaran a su ciudad.

A lo largo de la guerra, el partido de Tarija estuvo más ligado a Salta a través de su Caudillo Martín Miguel de Güemes. Las montoneras dirigidas por Uriondo y Méndez respondían a la dirección del jefe salteño; así, en el triunfo de La Tablada, el 15 de abril de 1817, las tropas del jefe insurgente Gregorio Araoz de La Madrid y las milicias tarijeñas que seguían las directrices de Güemes, derrotaron al ejército realista, liberando Tarija, sin embargo, unos meses después la ciudad volvió a caer en manos realistas.

Como consecuencia de la muerte de Güemes y de las luchas internas entre las Provincias Unidas, el ejército rioplatense fue incapaz de subir hacia el norte, quedando Tarija férreamente controlada por el ejército realista de Pedro Antonio de Olañeta; esto significa que si bien legalmente Tarija pertenecía a Salta, en

17 Eduardo Trigo: *Tarija en la independencia del virreinato del Río de la Plata*. Plural. 2009. P. 24

18 Historia de Tarija. *Corpus Documental*. Op. T II. Pp 318-320.

la práctica, el control militar de Olañeta constituía una unidad con el territorio alto peruano. Finalmente, ya en 1824, la lucha entre bandos realistas conmovió nuevamente a la ciudad y su situación recién se tranquilizó con la llegada al Alto Perú del ejército libertador colombiano, bajo las órdenes de Antonio José de Sucre.

A inicios de 1825, cuando aún no se había declarado la independencia de Bolivia, Sucre, respondiendo el pedido de algunos vecinos envió a Tarija al coronel de su ejército Francisco Burdett O'Connor, quien cambió al teniente de gobernador Felipe Echazú, que había sido nombrado por el gobernador de Salta, Juan Antonio Álvarez de Arenales, y nombró en su lugar al coronel Bernardo Trigo, como una muestra de que Potosí consideraba a Tarija como parte de su territorio. Álvarez de Arenales protestó por lo que consideraba era una intervención. Sucre aceptó la situación, resultado de lo cual la Asamblea Deliberante convocada por Sucre el 9 de febrero de 1825 no aceptó que los diputados tarijeños, nombrados por parte del vecindario, participaran en la misma que, el 6 de agosto de 1825 declaró la Independencia “ni con Lima ni con Buenos Aires”, creando la república de Bolivia.

La posición de Álvarez de Arenales con respecto a Tarija era difícil, ya que gran parte de las elites de la ciudad comulgaban con su pertenencia a Bolivia. Al mismo tiempo, aprovechando que llegaba la época de lluvias, retornaron a Tarija desde Tupiza las tropas de O'Connor. Esto significaba que, en la práctica, Salta no era capaz de controlar este territorio y cedía frente a las tropas bolivarianas. De forma paralela, el gobierno de las Provincias Unidas desde Buenos Aires envió a Carlos María de Alvear y a José Miguel Díaz Vélez a Chuquisaca, con el objetivo de retomar Tarija a cambio de reconocer la independencia boliviana. Bolívar, que para entonces se hallaba ya en Bolivia, ordenó que se desocupara Tarija e indicó que a cambio, las Provincias Unidas debían devolver Atacama, que se hallaba bajo control de Salta desde 1816. La situación para 1826 era tensa, y en medio de un conflicto por el control de la ciudad, la autoridad de las Provincias Unidas decidió apresar a Eustaquio Méndez, héroe local. En respuesta, sus montoneros se sublevaron, ocuparon la ciudad y el 26 de agosto de 1826 declararon en Cabildo su pertenencia a Bolivia, indicando que al ejército libertador le debían su independencia. Se nombraron diputados que

fueron aceptados por la Asamblea Constituyente boliviana en 23 de septiembre de 1826. Finalmente, Antonio José de Sucre, ya presidente de Bolivia, aprobó la incorporación de Tarija a Bolivia¹⁹.

Conclusiones

La persistencia por tratar de estudiar el proceso de las independencias hispanoamericanas con el tamiz de las naciones que surgieron como resultado de las mismas, impide doscientos años después comprender a cabalidad la complejidad del proceso. Las visiones nacionalistas, que continúan hasta hoy en las propuestas de las historias más oficiales y que se conmemoran en las fiestas cívicas resultan siendo teleológicas al dar un sustento territorial equivocado; así, todas las naciones hispanoamericanas contemplan en su memoria cívica las luchas con las naciones vecinas por la defensa de territorios “nacionales”, sin tener en cuenta que, en la mayoría de los casos, las fronteras fueron construcciones posteriores a su surgimiento como naciones. En Bolivia, esta percepción ha llevado a la elaboración de mapas centrados en las mal llamadas “pérdidas territoriales”, que son, en última instancia, una representación del imaginario territorial de la nación, cuyo origen se halla inevitablemente en la etapa de la independencia.

Este imaginario, que persiste hasta la actualidad, ha llevado a distorsionar la relación existente entre el territorio de Charcas o Alto Perú –nombres coloniales de Bolivia- y sus “vecinos”, que eran para la época en cuestión, las capitales de los virreinos del Perú y del Río de la Plata, de las que dependió Charcas en diferentes momentos. De esta manera, la guerra por la independencia fue asumida como una lucha contra la metrópoli, en la clave de patriotas contra realistas; pero también como una lucha “protonacional”, tanto contra los ejércitos de ocupación del Perú (ejército realista) como contra los ejércitos de ocupación rioplatenses (ejércitos auxiliares).

Releyendo los documentos de la época y la misma historiografía con ojos críticos, podemos decir que no se trató de una lucha de tres: peruanos, altoperuanos y rioplatenses, sino un enfrentamiento entre capitales virreinales

¹⁹ Humberto Vásquez Machicado: “La diplomacia argentina en Bolivia”. En *Obras completas*. Vol III. Ed. Don Bosco 1988. P. 421-623.

en un territorio intermedio, el Alto Perú o Charcas; así, los insurgentes o patriotas de este territorio formaron parte del proyecto rioplatense mientras que los realistas formaron parte del proyecto virreinal peruano.

Situándose en esta perspectiva de análisis, el artículo ha desarrollado la estrecha relación existente entre el proyecto rioplatense, sobre todo a través de Salta, y los insurgentes de Charcas, en un espacio compartido en el cual no existían aún fronteras. Así, se ha analizado la existencia de dos espacios insurgentes que articulaban el norte de la hoy Argentina con el Alto Perú: la “media luna insurgente” de los valles y el “espacio insurgente occidental”; también se ha descrito la presencia de numerosos caudillos criollos e indígenas procedentes de las tierras altas que se formaron en Salta y formaron parte de los mismos ejércitos auxiliares; y se ha estudiado el rol jugado por dos jefes del ejército rioplatense, como Arenales y Warnes, que dirigieron la insurgencia altoperuana entre 1813 y 1816.

A pesar de la existencia de una fluida relación entre insurgentes que subían y bajaban desde las tierras altas; las estrategias políticas y los desastres militares frente al ejército del virreinato del Perú impidieron que esta alianza se mantuviera; mientras el ejército de las Provincias Unidas siguió una nueva ruta para contrarrestar el poder limeño, los patriotas altoperuanos, ya abandonados a su suerte, tuvieron que subsistir bajo una presencia hegemónica realista, lo que fue minando el antiguo espacio insurgente; así, para 1825, cuando se declaró la independencia de Bolivia, se había ya consolidado una separación entre las intendencias coloniales de Salta y Potosí, que se manifestó de forma clara en la llamada cuestión de Tarija; de esta manera, las tensiones acerca de la pertenencia de este territorio intermedio ya sea a Bolivia o a las Provincias Unidas marcó en definitiva el quiebre del antiguo espacio colonial e insurgente.

Referencias

- AGUIRRE, R. A. *Participación popular en la independencia de Bolivia*. La Paz: Ed. Don Bosco, 1979.
- BARRAGÁN, R.; SOUX, M. L., et.al. *Reescrituras de la Independencia*. Actores y territorios en tensión. La paz: Plural. 2012.
- MACHICADO, H. V. La diplomacia argentina en Bolivia. In: *Obras completas*. Vol III. La Paz: Ed. Don Bosco 1988.
- MARTÍNEZ, A.; CHUST, M. (Orgs.). *Una independencia, varios caminos*. El caso de Bolivia (1808-1826). España: Universidad Jaume I. Castellón, 2008.
- PADILLA, J. A. *Perspectivas y documentos*. Sucre: Ciencia Editores, 2015.
- PAZ, L. *Historia General del Alto Perú hoy Bolivia*. Sucre: Imprenta Bolívar. 1919.
- ROMERO, F. B. *José María Pérez de Urdininea, un general de la Independencia 1819-1825*. La Paz: Casa Municipal de la Cultura, 1979.
- SIÑANI, R. M. *La División de los Valles*. La Paz: IEB, 2011.
- SOUX, M. L. *El complejo proceso hacia la independencia de Charcas*. La Paz: IEB, ASDI, IFEA, Plural, 2010.
- _____. Legalidad, legitimidad y lealtad. Apuntes sobre la compleja posición política en Charcas (1808-1811). In: HEBRARD, V.; VERDO, G. (Orgs.). *Las Independencias Hispanoamericanas, un objeto de Historia*. París: Casa de Velázquez, 2013.
- TRIGO, E. *Tarija en la independencia del virreinato del Río de la Plata*. La Paz: Plural, 2009.
- TORRES, N. B. *Manuel Asencio Padilla (1774-1816)*. Una biografía documentada. Sucre: Ciencia Editores, 2015.



**FRONTEIRAS INVISÍVEIS?
HISTÓRIA AMBIENTAL E IMIGRAÇÕES**

Eunice Sueli Nodari

Doutorado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999). Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: História Ambiental, desastres ambientais, práticas socioculturais, migrações, florestas, meio ambiente; natureza; biodiversidade.

FRONTEIRAS INVISÍVEIS? HISTÓRIA AMBIENTAL E IMIGRAÇÕES

Eunice Sueli Nodari

Introdução

A fluidez das fronteiras é um dos aspectos mais interessantes para os historiadores ambientais, assim como os que trabalham com movimentos imigratórios. Raramente as fronteiras políticas coincidem com as ecológicas. Além disso, segundo Jeffrey M. Diefendorf e Kurk Dorsey (2005) existe uma grande interação entre história ambiental por um lado e história da fronteira e história diplomática por outro.¹

A maioria das teorias clássicas sobre imigração tende a ignorar ou deixar em último plano o meio ambiente como sendo um dos propulsores da imigração. Todavia, a imigração de pessoas como resultado de mudanças ambientais não é um fenômeno novo. Fontes históricas tem mostrado que as pessoas têm migrado quando acontecem alterações em seu ambiente, seja de forma sazonal ou permanente por séculos. Entretanto, foi somente nas últimas décadas do século XX, que a comunidade acadêmica começou a reconhecer e discutir, lentamente, as ligações e implicações que as mudanças climáticas e do ambiente tem sobre a mobilidade humana.

E dentro deste contexto, a área de Ciências Humanas, tem um papel importante para que se possa compreender o significado das mudanças ambientais que estão ocorrendo. A importância destes estudos é fundamental, pois a maioria dos problemas ambientais originários da interação humana com a natureza precisam ser pesquisados e discutidos dentro de seus contextos históricos, sociais e culturais. Além disso, de acordo com Mauch e Trischler (2010), apesar da hesitação de pesquisadores das ciências humanas em relação a inclusão das ciências naturais em suas investigações, uma série de recentes estudos tem analisado a participação humana nas mudanças do ambiente natural

1 DIEFENDORF, Jeffrey M.; KURK Dorsey. *City, Country, Empire: Landscapes in Environmental History*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

assim como as consequências culturais destes acontecimentos. Segundo os referidos autores, um dos problemas reside no fato de que muitas das perguntas sobre a interação da natureza e cultura tem sido sub-representada, pois como uma regra geral esses tópicos são discutidos, na sua maioria, em disciplinas específicas e contextos regionais. Desta forma, acabam não levando em consideração disciplinas correlatas e nem examinando comparativamente com práticas de outros países. Assim, ainda de acordo com os referidos autores, o problema central não é a total falta de investigação sobre a interdependência entre as concepções culturais e mudanças ecológicas e sim a falta de diálogo entre diferentes campos disciplinares, e - ainda mais importante - perspectivas comparativas e globais.²

Dentro desta perspectiva, a História Ambiental, com seu viés interdisciplinar, nos fornece as ferramentas para a entendermos a relação entre os valores culturais, as experiências individuais e as decisões humanas por um lado, e por outro, as mudanças ambientais que estão ocorrendo.

Infelizmente, poucas são as discussões na área de história sobre as causas ambientais e seus efeitos nas imigrações em massa. Interessante notar que o que diferencia a imigração ambiental dos demais tipos que estamos acostumados a estudar é o seu alcance e velocidade. Quando os fluxos migratórios são lentos e pequenos, as localidades receptoras podem absorvê-las sem problemas. Entretanto, quando estes movimentos são gerados por mudanças drásticas no meio ambiente podem forçar grupos maiores a migrem em um tempo bastante curto. Isto acontece, principalmente, quando estas pessoas dependem do meio para a sua sobrevivência.

O número de refugiados seja por questões étnicas, políticas, religiosas ou ambientais tem aumentado gradativamente, sendo que no século XXI estão superando qualquer previsão. A mídia internacional tem dado maior atenção aos refugiados de guerra, de perseguições religiosas e políticas, deixando de lado as questões ligadas aos refugiados ambientais ou não os identificando como problemas ambientais. As secas no Brasil, mais especificamente no Nordeste, que no século XX, fizeram com que milhões de pessoas se deslocassem para o Sudeste,

2 MAUCH, Christof; TRISCHLER, Helmut. *International Environmental History: Nature as a Cultural Challenge*. Munique: Ludwig-Maximilians-Universität, 2010. p. 4-5.

geralmente são abordados como problemas socioeconômicos, desconectados com os problemas ambientais. Os terremotos recentes em diferentes partes do mundo, como por exemplo no Haiti, são exemplos à serem mencionados.³

Nos noticiários televisivos quando catástrofes são anunciadas é comum mostrarem pessoas ao lado dos escombros de suas casas, após um terremoto, como por exemplo, o último que atingiu a Itália em outubro de 2016, ou do furacão Catarina, que aconteceu no Sul do estado de Santa Catarina em março de 2004.⁴ E é interessante que milhões de pessoas que tiveram que deixar suas casas devido as secas ou desertificação, raramente aparecem em notícias nacionais e internacionais. O mesmo se aplica aos deslocamentos forçados quando da construção de barragens.

Além de casos visíveis em que mudanças ambientais repentinas acontecem, como as resultantes de terremotos ou inundações, levam ao deslocamento forçado, o problema é que a migração ambiental comumente se apresenta onde há um processo de degradação ou mudança ambiental de início mais lento como, por exemplo, a desertificação que afeta pessoas que dependem diretamente do meio ambiente para sua subsistência e causam problemas para o sustento da família. Aqui se apresenta um outro problema para os casos em que a degradação ambiental é uma das causas, mas não a principal, fazendo com que críticos questionam se a mesma pode ser denominada ambiental. Um dos argumentos utilizados pelos órgãos governamentais é que não existem dados estatísticos suficientes, para que se faça uma análise da situação. Isto se deve ao fato de que não existe a preocupação em coletar estes dados e quando os mesmos existem são pequenos e muitas vezes incompletos. Aliás este é um problema constante para quem trabalha com história ambiental.

3 GEMENNE, François; BRÜCKER, Pauline; GLASSER, Joshua (Eds.). *The State of Environmental Migration*. Genebra: IOM, 2010. Disponível em: http://www.iddri.org/Publications/Collections/Analyses/STUDY0711_SEM%202010_web.pdf. Acesso em: 15 fev. 2017.

4 Sobre o furacão Catarina ver: LOPES, A. R. S. *Desastres socioambientais e memória no Sul de Santa Catarina (1974-2004)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015. 347 p.

Imigrações ambientais: definições, causas e impactos

O conceito de imigração ambiental tem sido discutido por pesquisadores de diferentes países e áreas do conhecimento e sem chegar a um consenso. Olivia Dun e François Gemenne, argumentam sobre a dificuldade de se chegar a um consenso em definir alguns conceitos relacionados ao tema de imigrações ambientais, vejamos:

Termos e conceitos como imigração ambiental, imigração induzida pelas mudanças climáticas, refugiados ecológicos ou ambientais, imigrantes de mudanças climáticas e imigrantes forçados induzidos pelo ambiente são amplamente encontrados na literatura. A principal razão para a falta de definição relacionada à imigração causada pela degradação ou mudança ambiental está ligada à dificuldade de isolar fatores ambientais de outros fatores de imigração.⁵

Ainda de acordo com os referidos autores, um outro obstáculo reside na confusão entre imigração forçada e imigração voluntária. A imigração ambiental é inerentemente uma forma de deslocamento forçado? Pode assumir a forma de realocação voluntária? A distinção entre migração forçada ou voluntária é importante? Essas questões têm impacto nas tipologias de migração ambiental e não podem ser facilmente contornadas.

O termo refugiado ambiental apareceu pela primeira vez na década de 1970 e foi atribuído a Lester Brown do Worldwatch Institute. Entretanto, a definição que mais chamou atenção foi a dos pesquisadores Essam El-Hinnawi e Jodi Jacobson. El-Hinnawi define em 1985 no relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, da seguinte forma:

As pessoas que foram forçadas a sair de seu habitat natural, temporária ou permanentemente, por conta de uma ruptura ambiental marcante (natural e/ou causada pelo homem) ameaçando suas existências e/ou afetando seriamente a qualidade de vida. Por 'ruptura ambiental' entende-se qualquer mudança física, química e/ou biológica no ecossistema (ou na

5 DUN, O. & GEMENNE, F. Defining 'environmental migration'. *Forced Migration Review*, Wollongong, p. 10-11, 31 october 2008. Disponível em: <http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=2406&context=ss-papers>. Acesso em: 15 fev. 2017.

base de recursos) que o faz, temporária ou permanentemente, insustentável para suportar a vida humana.⁶

Perante estes cenários, muitas vezes, catastróficos essas pessoas sentem que não têm outra alternativa a não ser migrar para outros lugares por mais perigosos que sejam as tentativas. Estas são cenas que se repetem diariamente em várias partes do mundo. Evidente, que nem todos acabam saindo de seus países, muitos acabam sendo alocados internamente. Mas todos os que abandonaram suas terras têm poucas esperanças de um retorno previsível.

No ano de 2007, a International Organisation for Migration (IOM) adotou uma definição para migrações induzidas pelo meio ambiente e que está sendo usada como ponto de referencia para os que trabalham com o assunto. A IOM descreve os migrantes ambientais como:

Pessoas ou grupos de pessoas que, por razões imperiosas de mudança súbita ou progressiva do meio-ambiente que afetam negativamente as suas vidas ou suas condições de vida, são obrigadas a abandonar as suas residências habituais ou a escolherem fazê-lo, temporária ou permanentemente, e que se deslocam tanto dentro do seu país quanto para o exterior.⁷

Desde a definição da IOM, o debate sobre a definição do termo parece ter sido interrompido pois não foram feitos avanços subsequentes sobre uma definição internacionalmente reconhecida, perpetuando assim a confusão em torno do termo. O que é observado por inúmeros autores é que os projetos de pesquisa que foram implementados desde então concentraram-se mais na coleta de dados necessários do que contribuir para o estabelecimento de uma definição reconhecida.

Como este é um tema recente de estudos, diferentes autores estabelecem classificações/ tipologias distintas. Todavia, de uma forma geral diferentes autores concordam que os deslocamentos podem ser classificados em 3 tipos.

6 EL-HINNAWI, E. *Environmental Refugees*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 1985.

7 IOM (International Organization for Migration). Discussion Note: Migration and the Environment. p. 1-2, 1 nov. 2007. Disponível em: https://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/about_iom/en/council/94/MC_INF_288.pdf. Acesso em: 1 set. 2016.

1. Deslocados temporariamente em razão de desastres naturais ou antropogênicos; neste tipo as pessoas podem retornar ao seu local de moradia, recomeçar a sua vida e reconstruir suas casas. Como exemplos podem ser citados: enchentes, terremotos e erupções vulcânicas.
2. Deslocados permanentemente – ocasionados por desastres, como por exemplo os efeitos de grandes “projetos de desenvolvimento” (como por exemplo construção de barragens, industriais, mineradoras; No futuro poderão ser incluídos os refugiados que serão atingidos pela elevação do mar, devido as mudanças climáticas).
3. Deslocados de forma permanente ou temporária – devido a deterioração ambiental – como por exemplo – após um período de seca, as pessoas podem retornar ao seu local de moradia, mas de forma incerta.⁸

As imigrações acabam gerando incertezas e problemas tanto nos locais de origem, quanto de recepção dos imigrantes, sendo que nas últimas décadas houve um aumento drástico de incertezas e conflitos devido a estes movimentos. Grande parte destes deslocamentos estão relacionados às questões socioambientais. Entre os principais causadores dos deslocamentos ambientalmente induzidos podem ser citados: 1) a degradação da terra agricultável; 2) os desastres ambientais; 3) a destruição ou modificação abrupta do ambiente por obras de infraestrutura ou pela guerra; 4) o deslocamento involuntário na forma de reassentamento e 5) as mudanças climáticas.⁹ Desalojados por estas interferências sobre o ambiente com o qual costumeiramente se relacionavam, os refugiados ambientais perdem, não só, seus territórios de origem e legalidade jurídica, mas também os seus laços de afetividade e identidade, gerando um desenraizamento de seu passado e gerando poucas perspectivas futuras.

Desta forma, quando os fatores ambientais predominam, ou possivelmente desempenham um papel-chave no processo de imigração, ela pode ser denominada como ambiental. E é partir destas discussões que trato o presente texto.

⁸ BATES, D.C. Environmental refugees? Classifying human migrations caused by environmental change. In: BATES, D.C. *Population and Environment*. vol. 23, n. 5, p. 465-477.

⁹ Idem.

Uma bacia em disputa: Bacia do rio Uruguai e as barragens

Entre a população que foi e virá a ser deslocada involuntariamente, conforme esses prognósticos encontram-se as comunidades vitimadas por reassentamentos induzidos pelos empreendimentos hidrelétricos para geração de energia. A Comissão Mundial de Barragens - CMB (2000) em seus relatórios estimou que o número de pessoas deslocadas em função destes empreendimentos girava em torno de 40 a 80 milhões em todo mundo.¹⁰ Sendo que a maior parte das barragens se encontram na Ásia, África e América Latina. A realocação, na maioria dos casos, está mais focada no assentamento físico das pessoas em vez de um desenvolvimento socioeconômico dos reassentados e de outros grupos afetados de forma negativa. Como uma das consequências ocorre o empobrecimento da maioria dos reassentados.

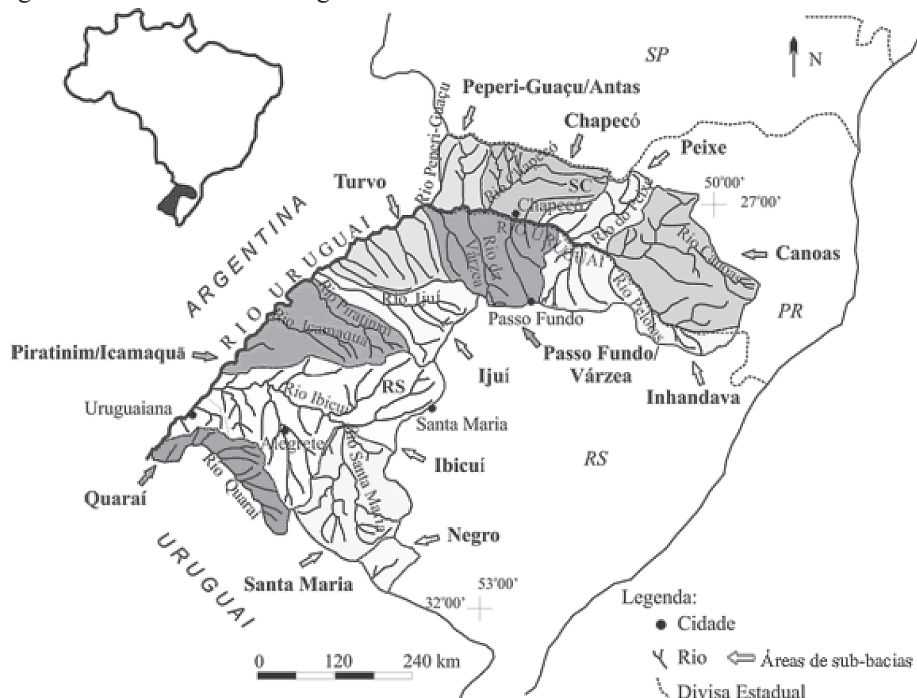
No Brasil, ainda de acordo, com o relatório da CMB, a situação no mesmo período não diferia daquela existente na maioria dos países. Assim, no Brasil estes empreendimentos desterritorializaram compulsoriamente mais de 1 milhão de pessoas causando impactos ambientais como a inundação de mais de 34 mil km² de terras férteis, eliminação de florestas e regiões ribeirinhas, destruindo paisagens únicas, culturas e espécies raras da nossa biodiversidade.¹¹

Uma das regiões mais críticas devido a construção de inúmeras hidrelétricas nas últimas décadas é a Bacia do Rio Uruguai, localizada na Região Sul do Brasil, como pode ser observado na Figura 1. A Bacia tem uma área de aproximadamente 384.000 km², sendo 174.494 km² pertencentes ao Brasil, o que equivale a cerca de 2% do território brasileiro. Deste total 27% estão localizados no Estado de Santa Catarina e 73%, se localizam no Estado do Rio Grande do Sul. A Bacia é delimitada, ao norte e a nordeste, pela Serra Geral, ao sul pela fronteira com a República Oriental do Uruguai, a leste pela Depressão Central Rio-grandense e a oeste pela República Argentina. A Bacia abrange parcialmente dois dos Biomas com elevado grau de antropização e fragmentação: o Bioma Mata Atlântica e o Bioma Pampa.

10 WCD (World Commission on Dams). *Dams and development: A new framework for decision- making*. London, UK: Earthscan, 2000. Disponível em: <https://www.internationalrivers.org/pt-br/node/3939>. Acesso em: 1 jul. 2016.

11 Idem.

Figura 1 – O Bacia do rio Uruguai e tributários



Fonte: Termo de Referência da avaliação ambiental integrada dos aproveitamentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai. Disponível em: http://www.epe.gov.br/MeioAmbiente/Documents/MeioAmbiente_2/AAI%20Rio%20Uruguai%20-%20Termo%20de%20Refer%C3%Aancia.pdf. Acesso em: 15 fev. 2017.

O curso do rio Uruguai conta com 2.200 km² de extensão, e pode ser dividido em três partes, sendo as duas primeiras no Bioma Mata Atlântica: alto rio Uruguai, onde se caracteriza por uma forte declividade, com grande potencial para geração de energia elétrica; médio rio Uruguai, área fronteira, onde a economia é baseada na suinocultura e agricultura de soja e milho e o médio baixo rio Uruguai, localizado no Bioma Pampa, onde as águas do rio são aproveitadas para a irrigação da rizicultura.

O trecho do rio Uruguai que faz a fronteira entre o Brasil e a Argentina tem cerca de 725 Km² iniciando no rio Peperi-Guaçu até o rio Quaraí (Quareim), fronteira entre o Brasil e o Uruguai, quando o rio Uruguai se torna fronteira entre Argentina e Uruguai.

No final da década de 1960 o governo federal brasileiro planejou para a Bacia do Rio Uruguai a instalação de 25 pontos de aproveitamento de suas águas para a geração de energia elétrica, como parte das preocupações governamentais com o aumento, real e projetado, do consumo de energia no país. Esses 25 pontos, dos quais dois se classificam como binacionais, estão gerando ou gerarão espelhos d'água artificiais que vêm cobrindo territórios que constituem, ou constituíram, núcleos urbanos e coletividades rurais, além de meios naturais.

A região banhada pelo Alto Rio Uruguai e seus afluentes tem a sua história marcada por conflitos agrários, expansão de fronteiras agropecuárias, violência de corporações capitalistas, interferência do Estado em favor dos interesses destas corporações e dos latifundiários do planalto. A região passou pelas fases de crescimento e decadência da indústria madeireira, crescimento da agroindústria capitalista, poluição e desapropriações.¹²

A construção de sete usinas hidrelétricas de médio e grande porte expulsou, em torno de 12.800 famílias, correspondente ao redor de 60 mil pessoas de suas terras, com o alagamento de uma área equivalente a 58.436 hectares de terras agricultáveis e de mata primária. Além disso atingiram o território de 50 municípios. As barragens construídas até o momento são: Passo Fundo (1971), Itá (2000), Machadinho (2001), Barra Grande (2005), Campos Novos (2005), Monjolinho (2009) e Foz do Chapecó (2010).

Algumas destas barragens receberam maior atenção em estudos realizados devido aos seus impactos socioambientais e econômicos.

O caso da Usina Hidrelétrica de Barra Grande é emblemática e mostra uma das facetas negativas da construção de grandes hidrelétricas e barragens no Brasil, e mais especificamente no Vale da Bacia do Rio Uruguai: a dos crimes contra a humanidade com fraudes em relatórios técnicos e ambientais geradoras de consequências funestas ao meio ambiente e em consequência à sociedade.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) encomendado pela Energética Barra Grande S.A. (BAESA) à empresa ENGEVIX, realizado entre 1997 e 1998, base para o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que permitiu a emissão da

12 ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. *Tecnização da natureza: o desastre ambiental da Usina Hidrelétrica de Barra Grande (SC)*. In: NODARI, Eunice S.; ESPÍNDOLA, Marcos A. SILVA LOPES, Alfredo R. *Desastres socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 158.

Licença de Operação (LP), no ano seguinte, acabou omitindo a presença, na área do alagamento, de 5.636 hectares de florestas primárias ou em fase avançada de regeneração, compostas pelas Floresta Ombrófila Mista (FOM) (Figura 2) e Floresta Estacional Decidual (FED) assim como 2.686 hectares com vegetação secundária.¹³

Figura 2 – Floresta de Araucária alagada pela Barragem de Barra Grande



Fonte: Apremavi Site: Dossiê Barra Grande. Fotografia de Marcio Repenning. Disponível em: <http://www.apremavi.org.br/mobilizacao/barra-grande/>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Outra barragem que causou grande impacto foi a Usina Hidrelétrica de Itá, onde 2.714 propriedades foram atingidas pelo reservatório. Segundo dados da Eletrosul, 5.700 pessoas foram afetadas na zona rural, e 1.450 na zona urbana. Estes dados são contestados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) cujos cálculos mostram que em torno de 12.700 pessoas foram diretamente atingidas, o que compreende em torno de 3.550 famílias, e foram inundados 10.260 hectares de solo com potencial agrícola. As atividades econômicas da região foram atingidas de forma negativa, devido, entre outros fatores, à produção renunciada em decorrência do alagamento das áreas

13 CAMPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam. (Orgs). *Mata Atlântica: uma rede pela floresta*. Brasília: RMA, 2006. p. 217.

produtivas. O aspecto mais marcante desta barragem foi a relocação da sede do município de Itá, no Estado de Santa Catarina.¹⁴

Foram citados dois exemplos que consideramos emblemáticos, mas sem dúvida as demais apresentaram problemas idênticos.

Inúmeros são os conflitos travados entre os atingidos pela construção de barragens no rio Uruguai, sendo que alguns acabaram atravessando as fronteiras brasileiras como é o caso das hidrelétricas de Garabi e Panambi.

Um rio que separa e que une? Conflitos e incertezas sobre Garabi-Panambi

A construção do complexo Hidrelétrico Binacional Garabi-Panambi, atualmente é uma das maiores ameaças e preocupações no rio Uruguai. A localização das mesmas é na fronteira entre o Brasil, no estado do Rio Grande do Sul e a Argentina, nas províncias de Misiones e Corrientes.

Importante mostrar um pouco do histórico deste processo, que se inicia ainda na década de 1970, através de acordos binacionais para a exploração do potencial energético do rio Uruguai e com o planejamento dos primeiros projetos de geração de energia. No mês de março de 1972 foi assinado o primeiro convênio entre as empresas Agua y Energía Eléctrica (Argentina) e Eletrobrás (Brasil), para o Estudo de Inventario Hidrelétrico do Trecho Limítrofe do rio Uruguai e seu afluente o Peperi-Guaçu. Em 1980, os governos do Brasil e da Argentina, firmaram o Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do rio Uruguai e de seu afluente o rio Peperi-Guaçu. Em 2006 foram retomadas as negociações binacionais, com a recomendação de novos estudos.¹⁵

No ano de 2008, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e da Argentina Cristina Fernández de Kirchner, confirmaram interesse nos aproveitamentos hidrelétricos. Ambos instruíram, respectivamente a Eletrobrás e a Ebisa para fazerem

14 Para maiores detalhes ver: ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. *O fim da Coletividade: a reterritorialização de Itá*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988. 143 p.

15 GESEL (Grupo de Estudos do Setor Elétrico – UFRJ). Relatório quadrimestral de acompanhamento dos processos de Internacionalização e Integração Energética da Eletrobras. Dezembro 2012 a Março de 2013. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/publicacoes/conjuntura/RQuad-InternElet-Dez12-Mar-13.pdf> Acesso em: 2 mar. 2017.

uma reavaliação do potencial hidrelétrico.¹⁶ Desta forma, o projeto foi retomado, com a assinatura de um Convênio de Cooperação visando a execução conjunta de estudos de inventário do rio Uruguai e o estudo de viabilidade de um aproveitamento hidrelétrico, escolhido de comum acordo. Em 2009, um segundo convênio foi assinado para elaborar um segundo aproveitamento no rio Uruguai.

De acordo com a Eletrobrás, a mesma, em parceria com a empresa Argentina Emprendimientos Energéticos Binacionales S.A (Ebisa) foram as responsáveis pela contratação de empresas para os estudos e projetos de engenharia e socioambientais, para a obtenção de licenças para a construção das duas usinas hidrelétricas. Assim em março de 2009, a Ebisa e a Eletrobrás, após a Licitação Pública Internacional n. 1/2008 concederam a realização de novos Estudos de Inventário Hidrelétrico ao consórcio formado pela empresa brasileira CNEC¹⁷ em parceria com as empresas argentina ESIN e PROA.

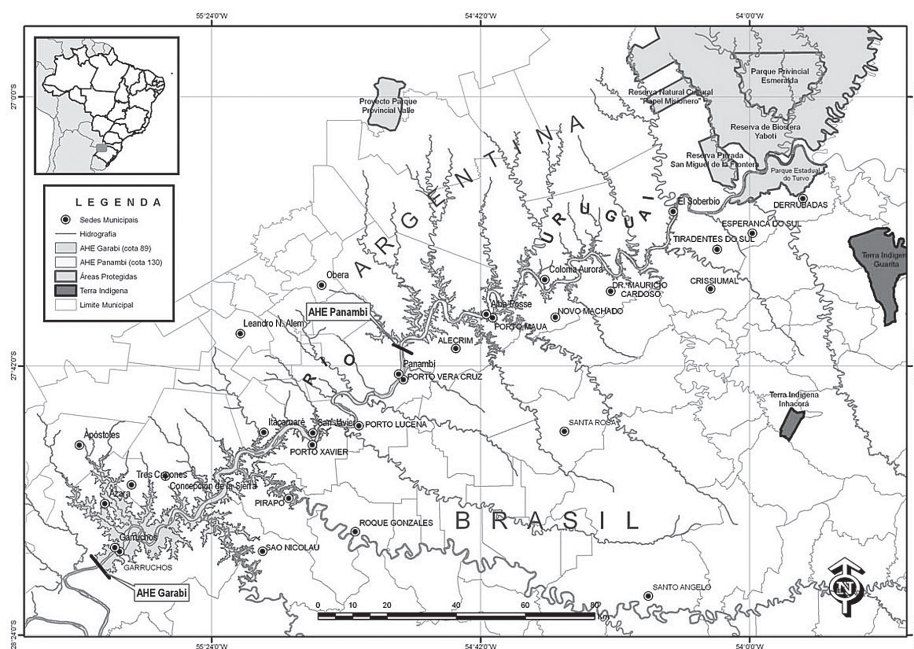
Os referidos Estudos apontaram dois aproveitamentos hidrelétricos (Garabi e Panambi), com a garantia de menor custo e menor impacto ambiental. Se comparados com os estudos de inventário das décadas de 1970 e 1980, nos de 2009 e 2010, segundo o relatório, houve uma priorização das questões ambientais, devido a exigências legais.

As áreas de estudo de uma forma generalizada compreendem o trecho do rio Uruguai compartilhado entre Brasil e Argentina, abrangendo a porção oeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e as províncias de Misiones e Corrientes, na região nordeste da Argentina. Os limites norte e nordeste correspondem ao rio Peperi-Guaçu e sua sub-bacia. (Figura 3)

16 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. ELETROBRAS. *História do projeto*. Disponível em: <http://www.eletrobras.com/elb/data/Pages/LUMIS95C861C2ITEMID905055DEA9EA4AD798AEEB0508A1BA-C6PTBRIE.htm> Acesso em: 28 jun. 2016.

17 CNEC é uma sigla de Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores, adotado ao ser criada, em 1959, por um grupo de engenheiros da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Dez anos depois, passou ao controle da Camargo Corrêa. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/447117/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Figura 3 – Mapa da Região Brasil-Argentina: Complexo Garabi-Panambi



Fonte: GESEL (Grupo de Estudos do Setor Elétrico – UFRJ). Relatório quadrimestral de acompanhamento dos processos de Internacionalização e Integração Energética da Eletrobras. Dezembro 2012 a Março de 2013. Rio de Janeiro, RJ. p. 4. Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/publicacoes/conjuntura/RQuad-InternElet-Dez12-Mar-13.pdf> Acesso em: 2 mar. 2017.

A área de influência direta da proposta de construção da barragem de Garabi é formada por 8 municípios no Brasil (Garruchos, Santo Antônio das Missões, São Nicolau, Pirapó, Roque Gonzalez, Porto Xavier, Porto Lucena e Porto Vera Cruz) e 10 municípios na Argentina (Garruchos, Apóstoles, Azara, Tres Capones, Concepcion de la Sierra, Santa Maria, Itacaruaré, San Javier, Mojón Grande, Florentino Ameghino). No lado brasileiro, no Estado do Rio Grande do Sul, os principais núcleos urbanos afetados são: Garruchos e Porto Xavier. Enquanto no lado argentino temos Garruchos na província de Corrientes, Azara e San Javier em Misiones.

A área de influência direta da “futura” barragem de Panambi envolve 11 municípios no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul (Alecirim, Dr. Mauricio Cardoso, Novo Machado, Porto Mauá, Santo Cristo, Tucunduva, Tuparendi,

Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul e Tiradentes do Sul) e 7 municípios na Argentina (Panambi, Campo Ramón, Alba Posse, 25 de Mayo, Colonia Aurora, Los Helechos, El Soberbio) Os principais núcleos urbanos a serem afetados são Porto Mauá no Brasil e Alba Posse em Misiones Argentina.¹⁸

As principais atividades econômicas, existentes na região como um todo, são de criação de rebanhos de bovinos e ovinos na porção de ambas as margens, os cultivos de soja, trigo e milho na margem esquerda, o cultivo de erva mate e a silvicultura na margem direita e o cultivo de arroz em ambas as margens. As atividades de agropecuária da região estão diretamente ligadas as cidades, sendo que a indústria é bastante tradicional, com destaque aos ramos alimentícios e bebidas de pequeno e médio porte.

Nos primeiros meses de 2014, pesquisadores da UFRGS visitaram os municípios de Alecrim e Porto Mauá, na região Noroeste do Rio Grande dos Sul. Foram visitadas comunidades e áreas próximas ao rio Uruguai, além de participarem de reuniões, de entrevistas para a mídia local. Os principais questionamentos da comunidade giravam em torno de informações sobre os impactos das duas barragens. De acordo com a reportagem o que foi notado foi uma “enorme situação de insegurança e incerteza das famílias e das comunidades devido a falta de informações, situação que se repete de forma deliberada por parte dos responsáveis pelos projetos.”¹⁹

As principais incertezas e conflitos enfrentados pelos atingidos pelas barragens em todo o país, e para não dizer em todo o mundo, envolvem o não cumprimento dos direitos humanos. Em novembro de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) o Relatório da Comissão Especial, que no período de 4 anos analisou denúncias de violações de direitos humanos no processo de implantação de barragens no Brasil. Apesar de terem acolhido somente casos de sete barragens, a situação é similar nas demais. Foram identificados um conjunto de 16 direitos humanos violados sistematicamente: o direito à informação e à participação; o direito à liberdade

18 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - ELETROBRAS - *Estudos de Inventário Hidrelétrico 2008/2010*. Disponível em: <http://www.eletronbras.com/elb/data/Pages/LUMIS301EC588PTBRIE.htm> Acesso em: 04 abr 2016.

19 RUPENTHAL, E.L. *Barragens e violação de direitos: a história se repete com Garabi e Panambi*. Disponível em: <http://www.ecoagencia.com.br/?open=artigo&id=AUF0dWtWOHNIRaNVtWJVU>. Acesso em: 5 maio 2016.

de reunião, associação e expressão; o direito de ir e vir; o direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; direito à moradia adequada; direito à melhoria contínua das condições de vida; direito à plena reparação das perdas; direito à educação; direito a um ambiente saudável e à saúde; direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; direito de grupos vulneráveis à proteção especial; direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; direito à reparação por perdas passadas; direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária.²⁰

Segundo a coordenadora do MAB do Rio Grande do Sul, Neudicléia de Oliveira, “de cada 10 atingidos por barragens no Brasil, apenas 3 tiveram acesso a direitos”. Ainda de acordo com a coordenadora “apesar da garantia do governo de que em Garabi e Panambi será diferente o tratamento abusivo as populações já foi iniciado. [...] Entre as reclamações é que a “empresa responsável por fraudar os estudos de impacto ambiental na barragem de Barra Grande, a Engevix, está entre as empresas que fazem parte do Consórcio Energético Rio Uruguai.”²¹

Para a coordenadora do MAB no Rio Grande do Sul: “Nesse momento de incerteza, tanto da população argentina como brasileira, o rio Uruguai nos une na luta contra as barragens. O rio Uruguai sempre foi um símbolo de luta e hoje reúne esses dois países para impedir Garabi e Panambi.”²²

A união de diferentes setores, assim como já havia acontecido em outras hidrelétricas, ajudou na mobilização contra a construção das barragens binacionais. Houve uma manifestação conjunta da Diocese de Santo Ângelo, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil²³ e do Movimento dos

20 CDDPH. *Relatório Final da Comissão Especial: “Atingidos por Barragens”*. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, 2011. 107 p. Disponível em: http://www.agb.org.br/documentos/GT_Agraria_Relatorio_Final_CDDPH_2011.pdf. Acesso em: 27 jan 2016.

21 GARABI e Panambi: o último suspiro do rio Uruguai. *Movimento dos atingidos por barragens (MAB)*. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/garabi-e-panambi-ltimo-suspiro-do-rio-uruguai>. Acesso em: 4 abr. 2016.

22 Idem.

23 Para maiores detalhes ver: VAINER, Carlos. *Água para a vida, não para morte*. Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. Artigo apresentado no Workshop “Social Movements in the South”, promovido pelo Center for International Affairs, Harvard University, 2002. Ver também: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes> Acesso em: 10 jul. 2016.

Atingidos por Barragens -MAB. As 3 entidades elaboraram um documento, em setembro de 2013, onde mostram as suas posições em relação às comissões para evitar interpretações errôneas e confusas.

[...] na hipótese das barragens serem construídas, as mesmas alterarão profundamente a vida das famílias atingidas. Por isto entendemos que cabe as famílias mesmas serem informadas, debaterem e decidirem sobre seu futuro. As negociações terão que ser feitas diretamente entre as empresas e estas famílias. Cabe a elas e somente elas serem “sujeitos” e “protagonistas” deste processo.[...] Muitas vezes no anseio de na boa intenção de ajudar acabamos favorecendo esta prática desastrosa das empresas.²⁴

No dia 13 de fevereiro de 2014, o coordenador geral do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais - InGá, enviou um ofício²⁵ à Ministra do Meio Ambiente, ao Superintendente do Ibama no Rio Grande do Sul e a Promotora da República em Caxias do Sul (RS), questionando sobre a legalidade da continuidade do projeto. O documento aponta 13 aspectos que são considerados críticos. O primeiro ponto abordado se refere ao não atendimento de pendências ambientais decorrentes de empreendimentos na bacia do rio Uruguai, derivadas do Termo de Compromisso de Barra Grande (2004).²⁶

Um dos pontos críticos apresentados e que tem sido motivo de conflitos e incertezas entre os movimentos ambientais se refere ao parque Estadual do Turvo, que também corresponde à Zona de Núcleo da Reserva de Biosfera da Mata Atlântica, que seria afetado pela hidrelétrica de Panambi. Os representantes do InGá contestam a garantia de que o Salto do Yucumã, que é um dos maiores saltos longitudinais do mundo, não seja afetado. No entender dos técnicos que fizeram a análise,

24 POSIÇÃO da Diocese de Santo Ângelo, do Movimento dos Atingidos [...] *Movimento dos atingidos por barragens (MAB)*. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/posi-da-diocese-santo-ngelo-do-movimento-dos-atingidos-por-barragens-e-s-nodo-noroeste-sobre> Acesso em: 2 fev. 2016.

25 INGÁ pede interrupção do processo pró-Aproveitamentos Hidrelétricos Garabi e Panambi. *Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – InGá*. Disponível em: <http://inga.org.br/sem-categoria/inga-pede-interruptao-do-processo-pro- aproveitamentos-hidretricos-garabi-e-panambi/> Acesso em: 8 abr. 2016.

26 Idem.

O nível do Salto está alterado pelas hidrelétricas a montante, e a vegetação vem sofrendo tombamentos massivos e perda de espécies ripárias como já ocorre com a bromélia-do-rio (*Dyckia brevifolia*). Além disso, é frequente a fragmentação e a fragilização dos ecossistemas do entorno do Parque, situação esta que poderia piorar com estes empreendimentos. No mesmo sentido poder-se-ia destacar a situação da onça (*Phantera Onca*), espécie remanescente que ocorre somente neste Parque, no Estado.²⁷

Outro ponto abordado e que vem de encontro com as incertezas existentes entre a população se refere a ausência de informações:

isentas e idôneas dos órgãos públicos, aos potenciais atingidos, não somente por parte de empresas e governos interessados nos empreendimentos, o que vem ocorrendo, já que as áreas previstas para inundação, por exemplo, nos dois empreendimentos – dados que não foram ainda esclarecidos por parte da Eletrobrás – podem chegar a mais de 70 mil hectares, afetando diretamente ou indiretamente dezenas de milhares de pessoas.²⁸

O Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, ingressaram em janeiro de 2015, com ação civil pública ambiental com pedido de liminar contra o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Eletrobrás, sob a alegação que “a construção da hidrelétrica, nos moldes pretendidos pelas rés, alagará em torno de 60 hectares da unidade de conservação de proteção integral. Destacou ainda que o parque é tombado como patrimônio cultural e ambiental e considerado zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.”²⁹

No final de janeiro de 2015 a Justiça Federal de Santa Rosa (RS) proibiu, através de liminar, a “expedição de licença prévia e suspendeu o processo de licenciamento ambiental para a Usina Hidrelétrica de Panambi que importe em danos ao Parque Estadual do Turvo.”³⁰

27 Idem.

28 Idem.

29 MPs pedem suspensão de licitação para hidrelétrica no rio Uruguai. *Rádio Guaíba*. Disponível em: <http://www.radioguaiba.com.br/noticia/mps-pedem-suspensao-de-licitacao-para-a-usina-hidreletrica-no-rio-uruguai/> Acesso em: 12 de jul. 2016.

30 Foi criado em março de 1947 como Reserva Florestal Estadual, sendo transformado em Parque Estadual do

De acordo com o juiz Rafael Lago Salapata, nos documentos apresentados, sobre o inventário hidrelétrico na região havia cinco possibilidades de aproveitamento energético, “sendo que a alternativa considerada mais vantajosa foi, justamente, a que envolve a maior cota de alagamento do reservatório da UHE Panambi (130 metros), bem ainda a necessidade de realocação total de quatro núcleos urbanos – Garruchos (ARG), Garruchos (BR), Alba Posse (ARG) e Porto Mauá (BR)”.³¹

Ainda de acordo com a reportagem, o juiz se manifestou deixando claro: “Sublinho, no ponto, que estudos ambientais e processos de licenciamento não podem ser vistos como mera formalidade desimportante de empreendimentos de vulto, a ser superada invariavelmente e a qualquer custo”.³²

Em abril de 2015, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve a liminar que proíbe a expedição de licença prévia e suspende o processo de licenciamento ambiental para a construção da Usina Hidrelétrica Panambi. De acordo com os membros do TRF, “o empreendimento causaria danos irreversíveis ao Parque Estadual do Turvo.”³³ Desta forma, a Justiça acabou negando o recurso do Ibama e da Eletrobrás. A liminar que foi mantida proíbe a expedição de licença prévia e suspende o processo de licenciamento ambiental. Assim a região permanece incerta sobre o futuro reservado a ela.

Algumas considerações finais

Inúmeros são problemas que um pesquisador encontra ao analisar fontes relacionados ao estudo de barragens, sendo que grande parte delas se refere as informações sobre a natureza e a extensão das áreas a serem atingidas e o que irá acontecer com os atingidos direta e indiretamente. As pessoas e

Turvo em 1954. É o último remanescente de floresta do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, com ocorrência de espécies de flora raras, endêmicas e ameaçadas de extinção. No local, situa-se o Salto do Yucumã, um dos maiores saltos longitudinais do mundo com 1800m de extensão.

31 JUSTIÇA Federal suspende construção da Usina Hidrelétrica de Panambi. *Rio Uruguai Vivo!* Disponível em: <https://riouruguaiativo.wordpress.com/2015/01/28/justica-federal-suspende-construcao-da-usina-hidreletrica-de-panambi/>. Acesso em: 31 maio 2016.

32 Idem.

33 JUSTIÇA MANTÉM suspenso licenciamento ambiental para hidrelétrica Panambi. *Clic RBS*, 30 abr. 2015. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/acertodecontas/2015/04/30/justica-mantem-suspenso-licenciamento-ambiental-para-hidreletrica-panambi/?topo=52%2C1%2C1%2C%2C171%2Ce186> Acesso em: 11 maio 2016.

suas comunidades envolvidas diretamente ou indiretamente enfrentam cotidianamente um conjunto de incertezas: Onde eles irão viver quando as suas terras forem alagadas? De que forma serão capazes de sobreviver sem a sua fonte de renda? Se serão deslocados à força, como eles irão viver como estranhos em locais desconhecidos? Como eles irão superar a incerteza sobre o meio ambiente? Quais são os impactos ambientais a curto, médio e longo prazo? São questionamentos que se repetem e que ficam sem respostas. Como não os chamar de migrantes ambientais? Ou mesmo refugiados ambientais?

Estas são perguntas que, em sua maioria, ficarão sem respostas tanto para pesquisadores quanto para os atingidos. Enquanto alternativas energéticas não forem implementadas, em média e grande escala, os principais rios, assim como a população humana, a flora e a fauna continuarão sob ameaça.

Referências

- BATES, D. C. Environmental refugees? Classifying human migrations caused by environmental change. *Population and Environment*. vol. 23, n. 5, p. 465-477.
- BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. *Plano Nacional de Energia 2030*. Rio de Janeiro: EPE, 2007.
- CAMPANILI, M.; PROCHNOW, M. (Orgs.). *Mata Atlântica: uma rede pela floresta*. Brasília: RMA, 2006.
- CDDPH. *Relatório Final da Comissão Especial: “Atingidos por Barragens”*. Resoluções nos 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, 2011. 107 p. Disponível em: http://www.agb.org.br/documentos/GT_Agraria_Relatorio_Final_CD-DPH_2011.pdf. Acesso em: 27 jan 2016.
- DIEFENDORF, J. M.; KURK D. *City, Country, Empire: Landscapes in Environmental History*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.
- DUN, O. & GEMENNE, F. *Defining ‘environmental migration’*. Forced Migration Review, Wollongong, p. 10-11, 31 october 2008. Disponível em: <http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=2406&context=sspapers>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- EL-HINNAWI, E. *Environmental Refugees*. Nairobi: United Nations Environment Programme, 1985.
- ESPÍNDOLA, M. A. *O fim da Coletividade: a reterritorialização de Itá*. Dissertação (Mestrado em Geografia). 1988. 143 p. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade

- de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP, 1988.
- _____. Tecnicização da natureza: o desastre ambiental da Usina Hidrelétrica de Barra Grande (SC). In: NODARI, E. S.; ESPÍNDOLA, M. A.; SILVA LOPES, A. R. *Desastres socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- GARABI e Panambi: o último suspiro do rio Uruguai. Movimento dos atingidos por barragens (MAB). Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/garabi-e-panambi-ltimo-suspiro-do-rio-uruguai>. Acesso em: 4 abr. 2016.
- GEMENNE, F.; BRÜCKER, P.; GLASSER, J. (Orgs.). *The State of Environmental Migration*. Genebra: IOM, 2010. Disponível em: http://www.iddri.org/Publications/Collections/Analyses/STUDY0711_SEM%202010_web.pdf. Acesso em: 15 fev. 2017.
- GRUPO DE ESTUDOS DO SETOR ELÉTRICO. *Relatório quadrimestral de acompanhamento dos processos de Internacionalização e Integração Energética da Eletrobras*. Dezembro 2012 a Março de 2013. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/publicacoes/conjuntura/RQuad-InternElet-Dez12-Mar13.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2017.
- HÜFFNER, A; ENGEL, B.C (Orgs.). *Grandes e Pequenas Centrais Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai: Guias para ONGS e Movimentos Sociais*. Porto Alegre: Amigos da TerraNatBrasil, 2011. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/hidreletricas/Cartilha%20Hidreletrica%2014-3-2011.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- INGÁ pede interrupção do processo pró-Aproveitamentos Hidrelétricos Garabi e Panambi. Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – InGá. Disponível em: <http://inga.org.br/sem-categoria/inga-pede-interruptao-do-processo-proaproveitamentos-hidreletricosgarabipanambi/>Acesso em: 8 abr. 2016.
- INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. Discussion. Note: Migration and the Environment. p. 1-2, 1 nov. 2007. Disponível em: https://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/about_iom/en/council/94/MC_INF_288.pdf Acesso em: 1 set. 2016.
- JUSTIÇA Federal suspende construção da Usina Hidrelétrica de Panambi. Rio Uruguai Vivo! Disponível em: <https://riouruguaivivo.wordpress.com/2015/01/28/justica-federal-suspende-construcao-da-usina-hidreletrica-depanambi/>. Acesso em: 31 maio 2016.
- JUSTIÇA mantém suspenso licenciamento ambiental para hidrelétrica Panambi. Clic RBS, 30 abr. 2015. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/>

- acertodecontas/2015/04/30/justica-mantemsuspensolicenciamentoambientalpar
ahidreletricapanambi/?topo=52%2C1%2C1%2C%2C171%2Ce186. Acesso em:
11 maio 2016.
- LOPES, A. R. S. *Desastres socioambientais e memória no Sul de Santa Catarina (1974-2004)*. Tese (Doutorado). 2015. 347 p. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, 2015.
- MAUCH, C.; TRISCHLER, H. *International Environmental History: Nature as a Cultural Challenge*. Munique: Ludwig-Maximilians-Universitat, 2010.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. ELETROBRAS. *Estudos de Inventario Hidrelétrico 2008/2010*. Disponível em: <http://www.eletronbras.com/elb/data/Pages/LUMIS301EC588PTBRIE.htm> Acesso em: 4 abr. 2016.
- . *História do projeto*. Disponível em: <http://www.eletronbras.com/elb/data/Pages/UMIS95C861C2ITEMID905055DEA9EA4AD798AEEB0508A1BAC6P-TBRIE.htm> Acesso em: 28 jun. 2016.
- MPs pedem suspensão de licitação para hidrelétrica no rio Uruguai. Rádio Guaíba. Disponível em: <http://www.radioguaiba.com.br/noticia/mps-pedem-suspensaode-licitacao-para-a-usina-hidreletrica-no-rio-uruguai/> Acesso em: 12 de jul. 2016.
- POSIÇÃO da Diocese de Santo Ângelo, do Movimento dos Atingidos [...] Movimento dos atingidos por barragens (MAB). Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/posi-da-diocese-santo-ngelo-do-movimento-dos-atingidos-porbarragens-e-s-nodo-noroeste-sobre>. Acesso em: 2 fev. 2016.
- RUPENTHAL, E. L. *Barragens e violação de direitos: a história se repete com Garabi e Panambi*. Disponível em: <http://www.ecoagencia.com.br/?open=artigo&id===AUUF0dWtWOHNIRaNVTWJVU>. Acesso em: 5 maio 2016.
- VAINER, C. *Água para a vida, não para morte*. Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. Artigo apresentado no Workshop “Social Movements in the South”, promovido pelo Center for International Affairs, Harvard University, 2002.
- WORLD COMMISSION ON DAMS. *Dams and development: A new framework for decision- making*. London, UK: Earthscan, 2000. Disponível em: <https://www.internationalrivers.org/pt-br/node/3939>. Acesso em: 1 jul. 2016.



**LA CONMEMORACIÓN CENTENARIA DE INDEPENDENCIA
EN ARGENTINA: MEMORIA(S), ESTRATEGIAS Y
CONTROVERSIAS EN PERSPECTIVA COMPARADA**

Sonia Rosa Tedeschi

Doctora en Historia por la Universidad Pablo de Olavide (Sevilla, España). Profesional Principal del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Docente Investigadora de la Facultad de Humanidades y Ciencias, Universidad Nacional del Litoral. Vice Directora del Centro de Investigaciones en Estudios Culturales, Educativos, Históricos y Comunicacionales, FHUC, UNL, República Argentina.

LA CONMEMORACIÓN CENTENARIA DE INDEPENDENCIA EN ARGENTINA: MEMORIA(S), ESTRATEGIAS Y CONTROVERSIAS EN PERSPECTIVA COMPARADA*

Sonia Rosa Tedeschi

Introducción

La disciplina Historia tiene un papel relevante en la construcción de las identidades nacional y regional. Desde su profesionalización ha intervenido en esta construcción a través de distintas instituciones, actores sociales y mecanismos relacionados con la producción de conocimiento histórico, la relación entre academia y política, el diálogo y la discusión crítica con la literatura y las manifestaciones artísticas, la enseñanza en los distintos niveles educativos, la divulgación, entre otros. El problema que nos convoca hoy a la reflexión permite un abordaje variado desde distintos ángulos y ejes temáticos. Aprovechando la circunstancia actual del Bicentenario de la Independencia de las Provincias Unidas en Sudamérica declarada el 9 de julio de 1816, optamos por abordar ese problema a través de las conmemoraciones en sus formas de evocación, las cambiantes asignaciones de sentido, las disputas por la(s) memoria(s). En el presente ensayo, el campo de aplicación de este ejercicio es, principalmente, la conmemoración del Centenario de esa Independencia. En el desarrollo nos centramos en algunas ideas y comprobaciones que refieren a aspectos históricos, políticos, culturales, materiales, simbólicos, marcados por la lucha de intereses e identidades de distinta naturaleza patentes en las celebraciones oficiales que se organizaron en torno a tan importante acontecimiento. Luego, introducimos algunos elementos muy generales correspondientes a las celebraciones del Centenario de la Independencia del Brasil en 1922, en función del examen

* Exposición presentada en la Mesa Redonda ““História e a construção das identidades nacional e regional”, I Congresso Internacional de História: **Poder, Cultura e Fronteiras**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. 2016. Una instancia académica que tuve el placer de compartir con tres distinguidos colegas: Dra. Ana Frega, Dra. María Luisa Soux, Dr. Luiz Carlos Villalta.

del caso argentino. Ponderamos las ventajas heurísticas de una perspectiva comparada de tipo asimétrico, solo esbozada en este ensayo, y que pretendemos sistematizar y profundizar en un avance futuro a fin de evaluar mejor los matices entre estas dos experiencias históricas en los inicios del siglo XX.

Conmemorar: sentidos, usos, representaciones, disputas.

Los procesos de independencia que se evocan en las conmemoraciones centenarias presentan una extrema complejidad en su desarrollo; fueron tiempos de gran conmoción social, donde se mezclaron sueños, tragedias y grandes desafíos. Procesos históricos, hechos, actores sociales... ¿Cómo se los recuerda? ¿Cómo se convoca a esa memoria? ¿Cuáles son los marcos sociales que orientan la memoria del grupo? Partiendo del concepto de Maurice Halbwachs y de su reelaboración hecha por el antropólogo Joel Candau, reconocemos a esos marcos como portadores de la visión del mundo y la representación general de la sociedad, de sus necesidades y valores los que, en un enfoque comparativo, revelan las peculiaridades de cada matriz cultural (CANDAU, 2006, p. 65-68). En cada conmemoración el pasado recobra su sentido activo, es un momento de evocación, de efervescencia de sentimientos colectivos relacionados con la pertenencia y con las identidades. Los lugares de memoria y las representaciones en su más amplio espectro recobran su poder de movilizar a las memorias sociales y dar nuevos sentidos a lo que se recuerda. Pero esas conmemoraciones no son para nada ingenuas sino que plantean distintos móviles, intencionalidades, intereses, usos políticos, la(s) memoria (s) son selectivas, se discuten y disputan. Bajo sus fastos suelen esconderse o disimularse graves situaciones sociales, se exageran algunos logros de los gobiernos, se muestran versiones idílicas de esos hechos o de esos personajes; las figuras de los héroes patrios, los héroes de bronce, las conductas ejemplares aparecen fortalecidas. (JELIN, 2002, p. 39-44). En sus representaciones festivas, con mayor o menor rigor histórico, emerge claramente una memoria oficial que se instala desde el Estado coincidente o no con las memorias individuales y las colectivas. En este sentido no hay una memoria sino varias, memorias de vieja generación y de nueva generación, memorias del poder y memorias del pueblo.

Los rituales cívicos que interesan en este ensayo, Argentina 1916 y Brasil 1922, fueron momentos culminantes de una cadena de celebraciones que tenía antecedentes ya en el siglo anterior. Una cadena formada por eslabones de una memoria oficial reforzada, entre otras razones, por la gran afluencia inmigratoria extranjera especialmente estimulada por los gobiernos desde mediados del XIX que, con su presencia, demandas y acciones organizadas parecía hacer temblar los pilares de las tradiciones nativas y la nacionalidad. En efecto, los inmigrantes fundaron sus propias instituciones celebrando las fechas patrias de sus países de origen con fiestas, erección de monumentos y despliegue de símbolos; las asociaciones étnicas y la prensa planificaron acciones de preservación cultural y lingüística y hasta con aspiraciones, en ciertos casos, de participación política. Así, estas culturas diferenciadas fueron percibidas como una potencial amenaza tanto para las nacionalidades argentina y brasilera en construcción como para ciertas identidades locales y regionales de más larga data (BERTONI, 1992, p. 77-80. SANTORO de CONSTANTINO, 2007, p. 61-63). Podemos dar dos ejemplos de la respuesta generada a fines del siglo XIX ante esta percepción, conectados por la literatura, la historia y la tradición y en distintas escalas: nacional y regional. En Argentina, el poema Martín Fierro de José Hernández fue publicado en 1872; el protagonista central es un gaucho. Los intelectuales Ricardo Rojas y Leopoldo Lugones rescataron este poema y lo elevaron a la categoría de épica fundante de la nacionalidad argentina. Fierro fue caracterizado como “refugio de virtudes definitorias de nuestro ser nacional y depositadas en un pasado del cual el inmigrante quedaba excluido”. La creación de este mito de significación colectiva pretendió defender a la “argentinidad”, como conciencia e ideal de un pueblo nuevo que se encontraba en formación, del peligro de disolución que traía aquella oleada extranjera. (ROJAS, 1922, p. 13; GRAMUGLIO, SARLO, 1980, p. 15-19). En cuanto al Brasil, la investigación de María Medianeira Padoin sobre la identidad regional en el extremo sur brasilero y en el Uruguay plantea la construcción de la figura del gaúcho como arquetipo de identidad de la pampa riograndense. Esta fue una respuesta de la elite intelectual y política local que se veía desafiada por la colonización europea, instalada en las áreas serranas del Estado de Río Grande del Sur. (PADOIN, 1997, p. 104-107)

Argentina, 1916.

El calendario cívico argentino está marcado por las fechas patrias de la revolución del 25 de mayo de 1810 y la declaración de la Independencia el 9 de julio de 1816. En sus recordaciones anuales, es muy difícil erradicar de la sociedad la idea de fechas estancas y con escasa relación. En nuestras intervenciones académicas y de divulgación reforzamos la necesidad de articularlas y analizarlas en conjunto, considerando incluso los acontecimientos previos que fueron preparando el terreno para se produzcan revoluciones a favor de derechos locales, como la vacancia del poder real por la prisión del rey español Fernando VII a manos de los franceses. En 1810, la Junta revolucionaria en Buenos Aires asumió el derecho al autogobierno, pero sin romper aún los lazos con España. Esa Revolución de Mayo habilitó el planteo de independencia, que se concretó seis años después a través de un acto jurídico realizado en el marco del Congreso General Constituyente reunido en Tucumán. Revolución e Independencia, como hechos y procesos, estuvieron contenidos en una década que trajo vertiginosos cambios, profundizó viejas diferencias y agregó nuevas tensiones. Podemos mencionar ciertos rasgos políticos transformadores en esos diez años, los que continuaron incidiendo fuertemente en la historia pos independiente: -las disputas en distintos escenarios entre centralismo, autonomismo, unión confederal; -los gobiernos centrales con sede en Buenos Aires y su imposición de obediencia al resto de las ciudades ex virreinales por la vía militar; un incremento y ampliación de la participación en la vida política; cierta maduración de un lenguaje político de corte liberal que coexistía con viejos principios ordenadores de la convivencia social; -la necesidad de regular la vida social y política a través de constituciones.

La declaración de independencia es un hecho histórico central contextualizado en ese proceso revolucionario rioplatense por lo cual no podemos desagregarla del mismo pero tampoco de las otras revoluciones hispanoamericanas y su dimensión atlántica. Cabe preguntarse ¿Cuál es el sujeto colectivo que se pronunció por la Independencia? Hablamos de la independencia Argentina, cuando en ese tiempo no estaban constituidos el Estado y la Nación tal como los conocemos hoy. Los diputados reunidos en Tucumán representaban a las Provincias Unidas en Sudamérica, un

conjunto de pueblos, antiguas villas y ciudades ex – virreinales, situados en el litoral y el interior rioplatense sumando también a Mizque, Charcas y Chichas en el Alto Perú, conformando todo un territorio muy amplio. En esos tiempos no existía una visión acotada de la independencia, sino que estamos ante un acto jurídico que abría las posibilidades de sumarse a todos aquellos pueblos que ponderaran a la declaración como una herramienta legítima para emanciparse del dominio español. De ese conjunto las provincias reunidas en la Liga de los Pueblos Libres, liderada por José Artigas, no participaron del Congreso por considerarlo útil al proyecto al cual se oponían: el centralismo porteño. Esta asociación política sostenía un proyecto alternativo, también partidario de la independencia de España, basado en principios de soberanía de los pueblos, libertad e igualdad y en una visión más amplia, su reunión en un sistema constitucional confederal de rasgos republicanos. (CHIARAMONTE, 1997, p. 155-159; p. 165-169. FREGA, 2007, p. 194-212)

Pero más allá de los discursos, la independencia necesitaba de la guerra: “La guerra nos es del todo necesaria”¹, así lo manifestó el gobierno revolucionario entendiendo que la suerte del nuevo régimen se jugaba en los campos de batalla, había que formar ejércitos competentes y definir las campañas armadas contra los españoles, plan en el que José de San Martín tuvo una actuación central en Cuyo, Chile y Perú y a quien se lo recuerda más por su éxitos militares que por su faceta política, sus ideas libertarias y su profunda convicción independentista.

¿Cómo se conmemoró ese proceso independentista en Argentina? En Buenos Aires, los festejos por los 100 años de la revolución de mayo, 1910, fueron realmente fastuosos con la intención de mostrar la prosperidad del país y las ventajas de invertir en él pero también de celebrarse a sí misma como una urbe moderna y pujante. En contraste, los actos organizados en 1916 fueron mucho más sobrios. La llamada Gran Guerra, que se desarrollaba principalmente en Europa, tuvo impacto negativo en la economía argentina: interrupciones de circuitos comerciales y del capital europeo con fuerte impacto en las actividades económicas internas. Las elecciones de abril habían consagrado a Hipólito Irigoyen

1 «Orden del día de la Junta, 6 de septiembre de 1811», en Maillé, A. (comp.), La revolución de Mayo a través de los impresos de la época. Primera serie 1809 - 1815, vol. I, Buenos Aires, 1965, p. 473. Citado en Rabinovich, A. Obedecer y comandar: La formación de un Cuerpo de Oficiales en los ejércitos del Río de la Plata 1810-1820. Revista Estudios Sociales, Vol. 11, Santa Fe: Ediciones UNL, 1er. Semestre 2011, p. 42.

del partido Unión Cívica Radical, mediante la novedad del voto universal, secreto y obligatorio; un triunfo de un partido con representación de clases medias y populares que desplazaba al régimen conservador en el poder desde 1880. Esos fuertes cambios políticos se dieron en medio de un clima social agitado por el desempleo, el alza del costo de vida y la reducción de salarios, que abrió un ciclo de grandes huelgas durante todo el gobierno de Irigoyen. Hechos y procesos situados en un espectro ideológico marcado por el positivismo, las corrientes de libre pensamiento, el anarquismo, el hispanismo (LOBATO, 2000)

¿Cuáles fueron las características de la organización, festejos y eventos? La partida presupuestaria de gastos fue poco abultada y se destinó a la realización de actos públicos de distinta relevancia, de Congresos Americanos sobre Niñez, Bibliografía e Historia, el de Ciencias Sociales en Tucumán, la publicación de las Actas secretas del Congreso de Tucumán, la Exposición Internacional de Ganadería, entre otros. En la semana central de la conmemoración, la llegada de representantes extranjeros, que venían en su mayoría de países vecinos, fue escasa. La Gran Guerra que iba por su tercer año impidió que se repitiera la gran concurrencia de embajadores europeos de 1910. Una línea de buques de las armadas de Brasil y el Uruguay rindió su homenaje, se incluyeron desfiles cívicos militares y adornos alegóricos en el espacio público. Pero, no todo era fiesta. El mismo día 9 de Julio, se frustró un atentado contra la vida del Presidente Victorino de la Plaza en el palco de la Plaza de Mayo; el atacante que se identificó como anarquista fue apresado. La situación de agitación social y el peligro de posibles ataques anarquistas fueron factores que hicieron incrementar las medidas preventivas y de vigilancia oficial, tanto en los preparativos como durante los actos centrales: las movilizaciones masivas debían estar bien controladas.

La palidez con que Buenos Aires afrontaría estos festejos fue tempranamente percibida en la ciudad donde se declaró la Independencia en 1816, Tucumán. En 1915, autoridades y círculos políticos e intelectuales prepararon un plan propio solventado prácticamente por el gobierno provincial y la ciudadanía. Pese a la crisis de los ingenios azucareros y las tensiones sociales, el plan fue impulsado disputándole la centralidad a la Capital porteña. En sus fundamentos se resaltaba la importancia de la región del Tucumán en la épica

libertadora y el valor del Congreso independentista. Según la investigación de Soledad Martínez Zuccardi, las representaciones más poderosas de Tucumán para ese entonces eran, además, la de un jardín edénico, de naturaleza y geografía prodigiosas, cuna de la libertad y la independencia, provincia pujante, ciudad culta; esas imágenes no eran producto de una creación antojadiza y casual sino que poseían un carácter estratégico en relación con el proyecto modernizador pensado y desarrollado por aquellos círculos del poder y la cultura (2015, p. 67).

Los intelectuales tucumanos que le dieron argumentos y sustento al plan conmemorativo eran, en su mayoría, miembros de la llamada Generación del Centenario –Ernesto Padilla por entonces Gobernador de la provincia, también Miguel Lillo, Alberto Rougés, Juan B. Terán- que se reunían habitualmente en la Sociedad Sarmiento. Esta constituía un espacio cultural entre la literatura y la historiografía, dedicado a producciones de historia local y provincial y a promover los estudios superiores; uno de sus logros máximos había sido la creación de la Universidad de Tucumán en 1914. Según los discursos de esos intelectuales, la sociedad tucumana conservaba la tradición hispánica encarnada en el linaje de las clases dirigentes y del pasado de la provincia; el progreso económico del Norte no había mellado los auténticos valores patrióticos que eran reservorio moral en tiempos de crisis (PERILLI, 2010; MARTÍNEZ ZUCCARDI, 2015) Así lo reconocían, desde hacía tres décadas, las peregrinaciones patrióticas a la Casa histórica donde se había producido la jura: ese lugar de memoria, culto y veneración de los llamados Padres de la libertad había adquirido carácter sagrado y religioso. Año tras año, nutridas delegaciones de jóvenes estudiantes provenientes de centros universitarios, predominantemente de Buenos Aires y de Córdoba, llegaban a la Casa dejando placas y medallas recordatorias. (LACABERA, 1916, p. 352-358). Esa cultura de moral cívica y tradición patriótica le daba una impronta propia a la región y por tanto, había que aprovechar la conmemoración para exhibirla. De este modo, se apuntaló un proyecto intelectual y cultural con la creación de instituciones educativas, organización de archivos, edición de colecciones documentales y antologías poéticas, recopilación de tradiciones orales y folklóricas, además de una serie de actos y representaciones coincidentes con el 9 de Julio.

La tensión Nación – provincias venía manifestándose desde 1890 en varios aspectos: levantamientos y rebeliones armadas radicales contra el régimen conservador nacional, intervenciones federales y estado de sitio en las provincias discolos, desigual distribución regional de la riqueza, entre otros. La turbulencia de estas relaciones se prolongaron en los inicios del siglo XX, pero en la circunstancia del Centenario de la independencia, por sobre los enfrentamientos y disidencias, había que mostrar que las provincias también habían contribuido a la construcción del Estado y al progreso de la Nación. En este sentido, marchaban las historiografías locales y regionales marcando diferencias con una llamada historia nacional argentina que comenzó a perfilarse en el último tercio del siglo XIX. Esta historia asumía naturalmente la delimitación territorial del Estado soberano como algo dado ya desde los orígenes coloniales, estaba generalmente vertebrada en los acontecimientos ocurridos en Buenos Aires y solo le daba a esos aportes locales y regionales un lugar marginal y apenas sumario. La línea del tiempo de la revolución, la independencia y la organización nacional se llenaba prácticamente con los sucesos porteños, sucesos dotados de centralidad a los que los otros grupos sociales más allá del puerto se acomodaban, reaccionaban, aceptaban o resistían. Es decir que se trasvasaba ese proceso histórico en el largo siglo XIX a toda la Nación, tanto en sus características como en sus repercusiones y esto no parecía admisible para estos círculos políticos e intelectuales (QUIÑONES, 2009, p. 5-18). A esa tarea historiográfica se sumaron obras que, por fuera de la estricta disciplina histórica, tenían similares objetivos a esas historiografías locales y regionales. El Álbum de la Provincia de Tucumán en el Primer Centenario de la Independencia argentina fue publicado en 1916 bajo la dirección de Alberto Lacabera. En una elocuente Introducción, Lacabera consideró a Tucumán como predilecta de la Naturaleza y de la Historia y por ello, predestinada a todos los éxitos y a todas las conquistas. El libro está atravesado por una aclamación del civismo, el patriotismo y la gloria del pueblo tucumano. El progreso económico y el nivel de educación son aspectos bien destacados en una provincia que ya no se veía como la aldea que había descrito treinta años antes el intelectual francés Paul Groussac, en su célebre Memoria histórica del Tucumán (LACABERA 1916; PERILLI 2010). En cuanto a las representaciones sociales, la presencia indígena tuvo un reconocimiento en

algunas de sus manifestaciones prehispánicas sin incluirlas específicamente en esa caracterización exaltada de principios del siglo XX.

En la provincia litoraleña de Santa Fe las características de los actos festivos, publicados en el Diario Santa Fe², dan cuenta de la trama organizativa montada casi exclusivamente en la administración pública y los representantes políticos, que acapararon los discursos y los palcos. La escuela y el ejército aparecieron como genuinos ámbitos de tradición patria. La Iglesia también tuvo participación activa; aún en medio del debate entre católicos y anticlericales, mantuvo su *Te Deum* como expresión de ofrenda de la independencia a Dios, dando al hecho un significado que iba más allá de la autoridad y el poder de los hombres. La Comisión de festejos incluyó un programa de banquetes y cenas de gala en los más conspicuos clubes sociales de la ciudad. Sin embargo, la crítica situación social le obligó a contemplar otras acciones más ligadas a la beneficencia y a la prevención de posibles convulsiones sociales: entrega de pan, carne y ropa a los pobres; visitas a las cárceles públicas para repartir comida a los presos; conmutación de penas por parte del Gobernador.

Las escuelas públicas y colegios católicos fueron sede de actividades culturales muy diversas: asambleas patrióticas, encuentros musicales, representaciones de distintos géneros teatrales, reuniones literarias y declamaciones. A propósito de estas últimas expresiones, las poesías declamadas en los actos del 9 de julio de 1916 pusieron énfasis en la importancia de los triunfos militares que hicieron posible la independencia, destacando por ejemplo las primeras acciones exitosas de José de San Martín contra los españoles en la costa santafesina del Paraná, 1813. Así, de manera indirecta, Santa Fe –que no había asistido al Congreso de Tucumán por integrar la Liga de los Pueblos Libres- pretendía ganarse un lugar en esa historia, ser parte, no quedar fuera de la gloria.

Contemporáneamente a la publicación de Lacabera, Santa Fe produjo su propia obra magna: “La provincia de Santa Fe en el primer Centenario de la Independencia Argentina, 1816 - 1916” dirigida por Eduardo Güidotti Villafañe

² Diario Santa Fe, 9 de julio de 1916. En: <http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/diario/7948/?page=1>
Acceso: 30 de octubre de 2016.

y con la participación entre otros, de Miguel Pereyra, Salvador Caputto – fundador de los diarios La Palabra y El Litoral- y el reconocido historiador local Ramón Lassaga (GÜIDOTTI VILLAFANE, 1917?) Los rasgos sobresalientes de sus redactores nos revelan sus formas de iniciación académica y cultural, el grado de profesionalización e influencias ideológicas: formación en la Academia de los Jesuitas y en la Universidad de Santa Fe, representación de una nueva intelectualidad que combina periodista – escritor – historiador, militancia en las filas de la Unión Cívica Radical triunfante en las urnas y en ciertos momentos rozando la prédica anarquista, adhesión prácticamente acrítica a los postulados hispanistas donde se rastreaba la herencia española para revalorizarla como raíz de tradición. Junto a esta afirmación hispanista se filtraba otra, la de Santa Fe como pionera en la organización de las colonias agrícolas habitadas por inmigrantes europeos desde 1856. Es decir que la identidad santafesina se amalgamaba entre españoles fundadores, caudillos federales que lucharon contra el centralismo porteño y hombres y mujeres llegados desde Europa que cambiaron la configuración de la pampa. Ahora era la pampa gringa, poblada de brazos generosos y laboriosos; un imaginario reproducido por círculos de historiadores, poetas y literatos que aún hoy es posible percibirlo.

Considerada una Summa histórica de Santa Fe, el voluminoso libro se abre con una sinopsis del periodismo en Argentina y sigue con capítulos de excelente escritura, factura informativa y estética, incorporando una gran cantidad de fotografías, al igual que el de Lacabera. Los editores tuvieron en cuenta el valor histórico de las imágenes y la importancia de la cultura visual para fortalecer la identidad, incitar a la sensibilidad y a la empatía con esa historia, mover las emociones en torno a la pertenencia. Los capítulos del libro se ocupan en resaltar la rica historia de la provincia, las biografías de gobernadores, la evolución de la estructura político institucional, educativa y científica con sus logros más importantes. La información geográfica y estadística se recopila y presenta en textos, cuadros, mapas y planos departamentales de gran precisión para la época. La monografía económica ocupa un lugar central enlazando una naturaleza pródiga y generosa con la acción humana que fue artífice del progreso en base a la ganadería, la agricultura, la industria y los nuevos sistemas

de comunicación. Pero sobre todo la obra resalta los valores patrióticos y el credo constitucional santafesino en términos de profesión de fe.

Brasil, 1922.

A fin de reunir elementos que nos permitan una perspectiva comparada en la construcción de identidades en contextos centenarios, exponemos aquí algunos resultados desde una investigación básicamente bibliográfica sobre la conmemoración de los 100 años del Grito de Ipiranga ocurrido 7 de setiembre de 1822 (FERNÁNDEZ BRAVO, 2007; LEDEZMA MENESES, 2007; PERES COSTA, 2005). Ese día, en el que se declaró al Brasil independiente de Portugal, suscitó fuertes controversias acerca de su definición como fecha fundadora de la nacionalidad brasilera: ¿Era el 7 de setiembre? ¿O era el 7 de abril con la abdicación de Pedro I y el inicio de un nuevo rumbo en 1831? ¿El 21 de abril rememorando la ejecución en 1792 de Tiradentes, el líder de la Inconfidência Mineira? Quizás el 15 de noviembre era más pertinente, con el fin el Imperio y la instauración de la República en 1889.

Hacia 1922 el gobierno de Epitácio Pessoa enfrentaba una situación crítica por diferendos limítrofes estaduales de antigua data y desigualdades regionales, muy notorias por cierto entre el sur más rico y el nordeste empobrecido, que alimentaban la posibilidad de desintegración de los Estados Unidos del Brasil.³ Había que frenar estos conflictos, lograr acuerdos y procurar un desarrollo más equilibrado en su extenso territorio, es por eso que Pessoa convocó a los jefes políticos más importantes para definir un plan que diera solución a estos problemas pero sobre todo alcanzar una unidad nacional en el estricto sentido simbólico: el Centenario de la Independencia era la oportunidad perfecta. Para eso había que trabajar en la unificación de fechas y acontecimientos en una trama que recogiera la memoria monárquica y la memoria republicana tratando de disolver así sus peligrosas diferencias. Políticos, escritores e historiadores se involucraron en este proyecto unificador con intervenciones para nada

³ Para un análisis pormenorizado de estos diferendos y desigualdades Cf. Ferreira Santos, J. C. As questões de limites interestaduais do Brasil: transição política e instabilidade do território nacional na Primeira República (1889-1930) – O caso do Contestado. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. X, núm 218 (17), 2006. Disponible en <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-17.htm>. Acceso: 2 de noviembre de 2016.

homogéneas, entre ellos los agrupados en los Institutos Histórico-Geográficos con numerosos estudios sobre la historia patria. Wilma Peres Costa observa que las visiones de la formación de la nación y la brasilidad estribaban, ya en la segunda mitad del siglo XIX, en bases diferentes: una que la miraba desde el aparato del estado imperial y luego republicano y otra, montada en un distinto lugar social: en los hombres y mujeres anónimos situados en la geografía profunda que se rebelaban contra las órdenes metropolitanas (2005, p. 65). El proyecto unificador de Pessoa se situó en una renovación de los idearios con fuerte matriz modernista que tomaban distintas posturas: defendiendo o discutiendo aquellas voces que desde distintos Estados reivindicaban otros sucesos no coincidentes con el Grito de Ipiranga alegando que poseían fundamentos más sólidos de la nacionalidad brasilera: poner en cuestionamiento al Grito de Ipiranga era resistir el papel central que se había adjudicado Río de Janeiro y posteriormente la emergente Sao Paulo, en la construcción de esa nacionalidad. De acuerdo a lo investigado por Gerson Ledezma Meneses, distintos Estados confrontaban sus propios lugares, fechas y acontecimientos como momentos preferentes y relevantes de su historia. Pernambuco, por ejemplo, destacó sus viejas luchas contra la colonización holandesa y contra la corona portuguesa, resaltando la revolución de 1817 y las revueltas independentistas de 1824. Mato Grosso recuperó su pasado bandeirante por el que fue posible la expansión de las fronteras de la América portuguesa: en el imaginario local el avance y conquista del sertão como lugar agreste, salvaje y lleno de peligros lo dotaba de reserva moral y natural, cuna de la brasilidad. Por último, en Bahía no se reconoció el 7 de setiembre como día de la independencia; allí se prepararon para el 2 de julio de 1923 con la evocación centenaria en términos de epopeya: la expulsión definitiva de los portugueses que selló con sangre bahiana la independencia brasilera, ellos exaltarían a sus propios héroes locales eclipsando a los grandes nombres de la memoria oficial carioca (2007, p. 397-418)⁴.

4 En este trabajo, Gerson Ledezma Meneses nos informa que en su tesis doctoral: *Festa e forças profundas na comemoração do I Centenário da Independência na América Latina (estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile y Argentina)*, Universidad de Brasilia, 2000, ha analizado la conmemoración del centenario de independencia también en otros estados brasileros: São Luiz do Maranhão, Acre, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo y Río de Janeiro. P. 388.

Una estrategia oficial para enlazar a monárquicos y republicanos fue mostrar a Pedro I como el emperador que tuvo la valentía de declarar la independencia y a la vez reforzar la figura de José Bonifacio de Andrada e Silva como mentor de la Independencia y Padre de la Nación brasilera que se venía sosteniendo desde fines del siglo XIX. Bonifacio, un intelectual formado en Coimbra, autor de escritos independentistas, fue presentado como defensor del orden, líder providencial y héroe republicano. Las placas, medallas y monedas acuñadas, y la construcción de estatuas de Pedro y Bonifacio representaron la materialidad de una memoria unificada que se quería implantar.

En 1922 se inauguró la Exposición Internacional en Río de Janeiro, con un despliegue de pabellones dedicados al Brasil y sus adelantos sociales, educativos, de industria, agricultura y comercio, etc. Otros países europeos y latinoamericanos fueron incluidos para que instalaran sus propias muestras. Según Álvaro Fernández Bravo, el *Livro de Ouro*, publicado en Río de Janeiro en ese año, muestra un recorrido pormenorizado de los adelantos en educación, cultura, filosofía, política, economía, agregando pruebas estadísticas del progreso. Las referencias a la exhuberancia y riqueza de la naturaleza nos remiten a las mismas que se presentan en los libros de Tucumán y Santa Fe: tierra pródiga, fértil, generosa. Ese libro marca una diferencia con los publicados en Argentina pues contenía material de propaganda para atraer capitales privados en una sociedad que reforzaba el sello cosmopolita y la potencia de sus lazos con el mercado mundial. En él las evidencias tangibles del progreso se describen como “expressão da energia constructora de uma raça nova”, los logros son atribuidos a la nación en su conjunto y propios de la pujante República, esas evidencias quieren contestar a las acusaciones de pobreza y atraso que pesaban sobre el Brasil, pero ¿quienes son los excluidos de tamaño relato de proeza nacional? Para edificar la Exposición se desplazó a la población marginal del centro de Río hacia la periferia oculta. Intelectuales como Lima Barreto criticaron la ostentación no solo por innecesaria y costosa sino porque excluía al pueblo de la fiesta con una intención manifiesta de invisibilizarlo públicamente. Similar intención se percibió en el *Livro de Ouro* con respecto a la cultura africana y el pasado esclavista: en sus páginas están totalmente ausentes. (2006, p. 5-14).

Consideraciones Finales

En este punto se abren más preguntas que conclusiones pues este análisis parcial no nos habilita a hacer generalizaciones ni afirmaciones rotundas. Sin embargo, podríamos decir que estas conmemoraciones centenarias, desarrolladas en marcos conflictivos e inestables, tuvieron un afán celebratorio que aportaba a la creación de una identidad nacional e intentaba mostrar fortaleza institucional, regeneración política, economía floreciente, prosperidad cultural. El espacio público fue ocupado por las elites y una masa popular participante en programas de actividades bien pautados y que, en las capitales y centros urbanos, sumaron fuertes dispositivos de seguridad: incluir al pueblo pero bajo control.

Por otra parte, la cultura material de los Centenarios, expuesta en los libros, exposiciones, monumentos, construcciones alegóricas y estatuas provocaron reacciones opuestas: los que se deslumbraban con el cambio de las fisonomías urbanas y los que criticaban estas expresiones materiales por ser fuentes de derroche y frivolidad pero más aún: por ser la visión fragmentada de la nación auténtica. Los libros conmemorativos editados en Tucumán y Santa Fe y el *Livro de Ouro* brasilero son muestras palpables de la autovaloración exaltada sobre las bases materiales y el progreso que querían mostrar al interior y al mundo, con esporádicas menciones o ausencias para nada ingenuas de expresiones culturales ligadas a los indígenas y a los africanos esclavizados. Historias ocultas del pasado y exclusión de estos grupos étnicos en esa autovaloración, producto de olvidos deliberados o inconcientes.

Las conmemoraciones Centenarias de Independencia que analizamos son evidencias del carácter selectivo de las memorias e involucran a las identidades en un ejercicio contrapuesto de lucha, debate y negociación en diversos campos como el espacio público, los discursos políticos, historiográficos y literarios, los símbolos, las representaciones materiales. Campos donde emergen las tensiones identitarias con algunas distinciones teniendo en cuenta lo limitado de los casos planteados: -provincias y regiones argentinas en tensión contra el centro porteño de Buenos Aires pero reforzando la celebración de una fecha indiscutible y buscando un lugar en la Nación; -el interior profundo, estigmatizado del Brasil en oposición al litoral

y los centros urbanos de Río de Janeiro y Sao Paulo que miran hacia el Atlántico en una deliberada ignorancia del resto, hace hincapié en la forja de una identidad local y resiste al proyecto de Pessoa sobre la nacionalidad brasilera unificada.

La memoria social se encuentra en permanente construcción. El concepto de nacionalidad, una cuestión central en los centenarios analizados, se encuadra dentro de esa misma afirmación, es revisado, ampliado o restringido según ciertas circunstancias e intereses, se encuentra en apelación constante. Las conmemoraciones de hechos y procesos históricos significativos para una sociedad -en particular las “números redondos” como aniversarios, centenarios, bicentenarios- constituyen campos de observación privilegiados para ponernos de cara a la complejidad de sus andamiajes y tratar de desentrañarlos, entenderlos, interpretarlos, realizar balances e intentar proyecciones, desde cada presente que rememora. La Historia debe aportar más conocimiento y más densidad a esos procesos y al mismo tiempo, tener la capacidad de transmitirlos adecuada y eficazmente por fuera del ámbito académico. En fin, una Historia profesional y comprometida que contraste con el mero uso político-ideológico y coyuntural habitualmente presente en las conmemoraciones y abra a reflexiones y prácticas sociales más profundas.

Referencias

- BERTONI, L. A. Construir la nacionalidad: héroes, estatuas y fiestas patrias 1887-1891. *Boletín del Instituto “Dr. E. Ravignani”*. 3ra. Serie, No. 5, 1er. Semestre de 1992, p. 77-111.
- CANDAU, J. *Antropología de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.
- CHIARAMONTE, J. C. *Ciudades, Provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Biblioteca del Pensamiento Argentino. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- FERNÁNDEZ BRAVO, Á. Celebraciones centenarias: nacionalismo y cosmopolitismo en las conmemoraciones de la Independencia. Buenos Aires, 1910 – Río de Janeiro, 1922. In.: ANDERMANN J.; GONZÁLEZ STEPHAN B., (Orgs.) *Galerías del progreso: Museos, exposiciones y cultura visual em América latina*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2006, p. 331-372. Disponible en: <http://live.v1.udesa.edu.ar/files/UAHumanidades/DT/DT33-A.PDF>

- FREGA, A. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista*. La región de Santo Domingo Soriano entre fines de la colonia y la ocupación portuguesa. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.
- GRAMUGLIO M. T., SARLO B. *José Hernández. Martín Fierro*. In: Historia de la Literatura. Del Romanticismo al Naturalismo. Buenos Aires: CEAL, 1980. V. 2. p. 1-24.
- JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- LACABERA, A. (Director). *Álbum General*. Tucumán en el Primer centenario de la Independencia argentina 1816-1916. Tucumán: Comisión Oficial del Centenario, 1916.
- LEDEZMA MENESES, G. G. Región y nación en la conmemoración del Primer Centenario de la Independencia del Brasil: 1922. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, No. 34, 2007, p. 385-421. Disponible en: <http://www.bdigital.unal.edu.co/14364/1/3-8248-PB.pdf>
- LOBATO, M. (Dir. Tomo). *Nueva Historia Argentina*. Tomo V, Buenos Aires: Sudamericana, 2000, p. 56-62, 189-199, 354-358.
- MARTÍNEZ ZUCCARDI, S. El Centenario de la Independencia y la construcción de un discurso acerca de Tucumán: proyectos y representaciones. *Prismas - Revista de Historia Intelectual*, Buenos Aires: UNQ, vol. 19, núm. 1, p. 67-87, 2015. Disponible en: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-31232010000100016
- PADOIN, M. M. Identidade Regional do Gaúcho no Rio Grande do Sul e Uruguai. *Vydia. Identidade e Integração Latino-americana*. Santa Maria: Faculdades Franciscanas, Año 16, Vol. 27, p. 101-108, 1997.
- PERILLI, C. La patria entre naranjos y cañaverales. Tucumán y el Primer Centenario. *Pilquen*. Sección Ciencias Sociales. Universidad Nacional del Comahue. Dossier Bicentenario, Año XII, No. 12, 2010, p. 1-9.
- PERES COSTA, W. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSO, I. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 53-118.
- QUIÑONEZ, M. G. Prólogo: Hacia una historia de la historiografía regional em Argentina. In SUÁREZ T., TEDESCHI S. (Orgs..) *Historiografía y sociedad*. Discursos, instituciones, identidades, Santa Fe: Ediciones UNL, 2009, p. 5-18
- ROJAS, R. *Prólogo*. La Argentinidad, ensayo histórico sobre nuestra consciencia nacional en la gesta de la emancipación, 1810-1916, Buenos Aires: Librería La Facultad, 1922 [1916].

SANTORO de CONSTANTINO, N. Imigração italiana e História: tendências historiográficas no Rio Grande do Sul. In: GIRON L.S.; RADÜNZ R. (Org.). *Imigração e Cultura*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do SulEducs, 2007, p. 61-71

VILLAFÑE G. E.; LASSAGA, R. J. (Orgs.) *La Provincia de Santa Fe en el Primer Centenario de la Independencia Argentina - 1816 - 9 de julio - 1916*. Buenos Aires: Rosso y Cía., 1917?



**IMIGRAÇÃO EUROPEIA, POLÍTICA E RELIGIÃO NA REGIÃO
FRONTEIRIÇA DO SUL DO BRASIL NO SÉCULO XIX**

MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1985), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1992) e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). É professora da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, sendo atualmente coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História. Possui pesquisas e publicações nacionais e internacionais na área de História, com ênfase em História Latino-Americana, trabalhando principalmente com os temas: espaço fronteiriço platino, história política e federalismo e a construção dos estados nacionais, e imigração e patrimônio. Também realiza atividades na área da gestão e avaliação em educação superior: Coordena o Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: sociedade, poder e instituições; é co-coordenadora do Comitê História, Região e Fronteira da Associação das Universidades do Grupo Montevideu-AUGM. Possui experiência acadêmico-administrativa na gestão do ensino superior, como na Coordenação da Educação a Distância na UFSM de 2004 a 2005 e atuando em 2006, junto ao Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, na coordenação do projeto de implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB. Participa, entre outros, das seguintes associações da área: ANPUH, AHILA, AUGM/Comitê História, Region y Fronteras.

MONICA ROSSATO

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (2014) com Bolsa FAPERGS. Graduada em História - Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2012) e foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC. Foi Professora Substituta na Universidade Federal de Santa Maria entre 2015-2016. É professora de História da rede pública de ensino do Município de Nova Palma, RS. Integrante, como pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq: História Platina: poder sociedade e instituições. Dedicar-se à pesquisa dos seguintes temas: História do Rio Grande do Sul no espaço fronteiriço platino e História Política no século XIX.

NAIANI MACHADO DA SILVA

Doutoranda em História junto ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, vinculada a Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade. Professora da rede pública do Município de Santa Maria, RS. Mestre em Patrimônio Cultural pela UFSM (2011). Graduada em História Licenciatura Plena e Bacharelado pela UFSM. Foi bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS e monitora no curso de graduação. Integra como pesquisadora/estudante o Grupo de Pesquisa CNPq: História Platina: poder, sociedade e instituições e, o Comitê de História, Regiões e Fronteiras da AUGM. Tem como temas de interesses: Formação dos Estados Nacionais, imigração, grupos étnicos, patrimônio, política e fronteira.

IMIGRAÇÃO EUROPEIA, POLÍTICA E RELIGIÃO NA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO SUL DO BRASIL NO SÉCULO XIX¹

*Maria Medianeira Padoin
Monica Rossato
Naiani Machado da Silva*

O presente trabalho é um primeiro ensaio dos resultados iniciais da pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre o processo migratório italiano e germânico dentro do espaço fronteiriço platino desde a primeira metade do século XIX, observando sua importância nas articulações exercidas pelos governos, ainda em processo formativo, da região do Prata. E, neste contexto, procura-se demonstrar a participação política de imigrantes europeus, especialmente das chamadas migrações política e espontânea, em movimentos políticos, como a Revolução Farroupilha (1835-45), bem como influenciará no surgimento de personagens com destacada participação política e com um perfil típico fronteiriço, como Gaspar Silveira Martins. Neste exemplo, o deputado provincial, senador e ministro no Império do Brasil foi um defensor do liberalismo, da laicização do estado, da liberdade religiosa dos imigrantes não católicos e da participação política dos mesmos, inclusive atuando na criação de colônias no processo migratório oficial no Império do Brasil. Assim, questões políticas, religiosas, fronteiriças estarão presentes na discussão do processo migratório e migratório na região platina como na conformação dos estados.

¹ Esta pesquisa e ensaio conta com bolsistas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFSM e PROBIC/FAPERGS/UFSM, Arthur E. Varreira e Richard Prestes (UFSM/Brasil).

O processo migratório na região da bacia Platina no início do século XIX

A emigração política para o Continente americano foi vinculada aos acontecimentos históricos da Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. As revoluções italianas tiveram início depois da queda de Napoleão e perduraram de 1820 a 1860, até a unificação italiana de 1861 e a incorporação de Veneza em 1866 e de Roma em 1870. Nesse período tiveram atuações especiais as sociedades secretas de inspiração carbonária e mazziniana. Em 1848-49 inicia um processo de regresso destes emigrados da Itália.

Nos anos 20 do século XIX, Bernardino Rivadavia, um liberal “argentino” apaixonado pela Revolução Francesa, como Ministro de Guerra e das Relações Exteriores do presidente Martín Rodríguez(1821-1824),e depois como presidente (1826-27), incentivou a imigração italiana como uma forma de fazer frente a força “montonera gaúcha”(exércitos irregulares provinciais vinculados a chefes locais) e com o fim de trazer da Europa “cerebros para la naciente Universidad de Buenos Aires y las actividades culturales argentinas”², ou seja, queria fazer de Buenos Aires um centro cultural como as grandes cidades europeias. Os vínculos maçônicos fizeram que os encontrassem mais facilmente, especialmente entre os exilados políticos. Vieram muitos italianos na chamada “imigração política”: médicos, químicos, artistas contratados para organizar a vida cultural portenha³.

Quase todos esses contratados por Rivadavia eram exilados políticos, porém entraram muitos outros entusiasmados com a possibilidade de construir uma nova vida como de colocar em prática seus ideais políticos em um contexto de nascentes e/ou novos estados. Segundo Spencer Leitman⁴ outro motivo que teria atraído tantos italianos fugitivos políticos foi a motivação recebida através de cartas a divulgação do sucesso econômico obtido por outros italianos e que no espaço platino já viviam. Muitos italianos, como Luigi Nascimbene, Napoleone

2 Salvatore Candido. *La emigración política italiana a la América Latina(1820-1870)*. In: JAHRBUCH fur Geschichte von Staat, Wirtschaft und gesellschaft Lateinamerikas, n.13, 1976, p.220.

3 Alguns nomes citados por Luce Fabbri Cressatti : Pedro Carta Molino, Carlo Enrico Pellegrini, Pedro de Angelis, Carlos Jose Ferraris, Mossotti, entre outros.

4 *Revolucionários Italianos no Império do Brasil*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *A Revolução Farroupilha : história & interpretação*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1985. Pp.98-109.

Castellini e Natalio Rusca eram comerciantes de gado e de seus derivados junto aos rio-grandenses e uruguaios para os portos de Montevidéu e do Rio de Janeiro. Segundo Spencer Leitman “sem os italianos, especialmente aqueles bem relacionados em Montevidéu, seria muito difícil praticar o extremamente necessário comércio de gado com o Uruguai, os rebanhos de gado eram trocados por suprimentos de guerra”⁵, referindo-se especialmente ao período da Revolução Farroupilha (1835-45).

Pode-se observar que o século XIX, foi um período de intenso movimento migratório- político também na América do Sul, onde o processo emancipacionista e de construção dos novos estados atraíam a atenção e a participação de personagens oriundos dos mais diversos locais, engajados na defesa de ideais e projetos políticos. Assim, a circulação de homens, como por exemplo na região platina, ocorria não só por interesses econômicos e/ou de mercados, mas por interesses ideológicos e/ou crenças ou vínculos políticos, religiosos e/ou maçônicos. A maior parte dos italianos do Rio da Prata no início do século XIX era de jovens, com formação política e com fortes vínculos com seu país. Podemos considerar Zambeccari, Rossetti, Garibaldi e Cuneo “imigrados políticos”. Segundo o historiador Salvatore Candido, a imigração política difere-se da “convencional”, uma vez que a segunda ocorre, em geral, quando um grupo de pessoas é obrigado a deixar um país, ou uma região, por motivos sociais e econômicos, como falta de emprego e expulsão de suas terras, estabelecendo-se em outro lugar, onde permanecem radicadas, passando a integrar a população local.

Especialmente com os confrontos entre as províncias argentinas e o governo de Rosas, muitos destes italianos irão para a região da Banda Oriental e também para o Rio Grande do Sul; inclusive muitos deles atuarão na revolução farroupilha (1835-45), como Tito Livio Zambeccari, Rossetti, Garibaldi e outros.

A participação massiva de italianos no confronto e os planos para povoação do interior e das regiões fronteiriças largamente articuladas pelos governos da Banda Oriental, somados a incerta fronteira existente entre o Império e a antiga província Cisplatina colocariam os imigrantes italianos, novamente após Garibaldi (período da Revolução Farroupilha), no cenário regional da província do Rio Grande do Sul.

⁵ Spencer Leitman, op. cit., p.104.

Sobre a imigração italiana para o Brasil, a historiografia clássica costuma colocar seu ponto inicial no ano de 1874 com a chegada do primeiro navio de imigrantes pertencente a *Expedição Tabacchi*, o La Sofia. Contudo, quase dez anos antes, ainda na década de 1860, na cidade de Bagé, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o número de italianos radicados já se mostrava bastante expressivo, tanto que a 1870 – ainda quatro anos antes da chegada daqueles “primeiros” imigrantes chegarem a Vitória no Espírito Santo– foi fundada na localidade a *Societa Italiana de Soccorso Mutuo e Beneficenza in Bagé*, hoje a *Sociedade Italiana de Beneficência Anita Garibaldi*. A Partir daí o surgiu o interesse de identificar os fatores que levaram essas populações de imigrantes a se adiantarem cerca de 4 anos aos seus compatriotas, o que levou parte do foco da pesquisa nesse primeiro momento a um levantamento de obras para a compreensão da historiografia do estado uruguaio no período, e posteriormente, na figura do Tribuno do Império, o Dr. Gaspar Silveira Martins, a buscar uma maior compreensão do processo de inserção das comunidades italianas a sociedade brasileira da época.

Nesse sentido, se propõe apresentar as primeiras reflexões que tentam averiguar a relação de Gaspar Silveira Martins com os italianos tanto localizados em uma espaço territorial considerado zona de fronteira quanto com o processo de imigração italiana e a criação de colônias, como a que levou seu nome? Com isso, a proposta do presente ensaio se presta a relacionar resultados de pesquisas no âmbito do Grupo de Pesquisa do CNPq, tendo como ponto de partida a relação política de Gaspar Silveira Martins, como um homem da fronteira platina, com imigrantes italianos. Imigrantes estes que tanto se estabeleceram no sul do Brasil como no Uruguai, antes do processo de criação de colônias como com a colônia denominada, no final do século XIX, de “Silveira Martins”. Assim, podemos através do estudo deste personagem da elite política brasileira e fronteiriça, averiguar a relação com a presença de italianos no espaço fronteiro do sul do Brasil e/ou platino.

O Cenário platino e o fomento a colonização no território Estado Oriental de 1845 a 1864

Basta uma análise, mesmo que superficial, em registros históricos de localidades como Bagé, no sul do Rio Grande do Sul para que se possa observar facilmente o período da presença das comunidades italianas na sociedade brasileira em mais de uma década. A presença italiana nessas cidades da região limítrofe do sul do País ainda na década de 1860, fato representado pela fundação – em 1870 – da *Societa Italiana de Soccorso Mutuo e Beneficenza in Bagé*. Tal fato demonstra a presença de um grupo organizado de italianos antes da criação das colônias oficiais pelo Império brasileiro. Assim, buscando abordar alguns dos principais pontos dessa posição da qual praticamente não existe produção acadêmica, apresentar-se-á a análise de fontes documentais para que se possa observar o contexto e os principais conceitos estudados ao longo do texto serão apresentadas algumas das obras e autores consultados dos quais se extraíram dados completos, citações ou argumentos. A lista completa de obras consultadas poderá ser observada nas referências finais.

De início, se faz necessário ressaltar que esses italianos que podemos encontrar no cenário rio-grandense no período pré-1874 percorreram um percurso diferenciado daquele que seus compatriotas percorreriam anos depois. Essencialmente porque o seu destino final – mesmo que embora tenha ocorrido de ser, eventualmente – não era o Império do Brasil, mas sim a Banda Oriental do Uruguai, a época profundamente abalada por um conflito que ao ano de 1845 já durava cerca de 9 anos e que se estenderia por mais sete longos anos e que seria seguido por mais uma série de contratemplos de semelhante escala. Na verdade, durante a maior parte da primeira metade do século XIX toda a Região Platina se veria emersa em conflitos, como expressa Pombo (1918, p. 232) que coloca que “desde os tempos da independência, reinavam severas prevenções e animosidades entre a República Argentina, o Estado Oriental e o Paraguai”.

E, para exemplificar essa situação, basta uma averiguação na obra de Abadie e Romero (*Crónica General del Uruguai*, volume 4, 2000) que nos permite contextualizar a situação política do Estado oriental no período proposto

resumidamente, de forma que podemos observar que a instabilidade política no país devido as cada vez mais acirradas disputas entre os partidos blanco e colorado fez com que, desde 1839, os colorados uruguaios se encontrassem em guerra contra Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, e os blancos que, liderados por Manuel Oribe que tinham o apoio de Rosas, fazendo com que, já em meados de 1845, o estado Oriental houvesse sucumbido as forças portenhas, tornando Montevideu o ultimo bastião das forças coloradas, que agora se encontravam sob um rígido cerco terrestre imposto e comandado pelo próprio Oribe de seu assentamento em Cerrito da Vitória.

Assim, de sua base, apenas a poucos quilômetros de Montevideu a época, Oribe detinha o controle, de facto, da quase totalidade do território uruaio e, para melhor administrar o instável país que conquistara, ele nomeou para as províncias departamentais uma série de governadores militares, os *Comandantes Generales de las Provincias*. O Presidente blanco, junto a muitos destes organizou uma série de planos para o fomento da imigração e colonização no país. E, talvez, um dos principais apoiadores desses planos tenha sido o Coronel Don Diego Eugênio Lamas, *Comandante General de la Provincia de Salto*, que trocou extensa correspondência junto ao presidente Oribe entre os anos de 1846 e 1849 com propostas e planos de colonização elaborados para atender as demandas econômicas avariadas de seu departamento, aproveitando-se da situação fronteiriça do mesmo para buscar expandir as fronteiras rumo ao norte, utilizando-se do direito *Utti possidets* para legitimar uma fronteira que agradasse o governo do Cerrito junto ao Império do Brasil (MELLO, 1948).

E, mesmo que muito embora, possa parecer estranho que em um pleno cenário de guerra um governo que luta por sua legitimação e manutenção designe tantos fundos e esforços para projetos de colonização e povoamento de áreas mantidas em constante litígio que não lhes renderia nenhuma vantagem imediata, faz-se necessário ressaltar que ao panorama uruaio da época, a ideia teria se mostrado de vital importância para o caso de um sucesso futuro pois, tal como como resalta Nahum (2004), o Uruguai da independência – e de muitos anos depois – era um país drasticamente despovoado, que por meio do incentivo à formação de colônias de imigrantes estrangeiros visava uma forma rápida de aumentar a baixa produtividade

nacional, solucionar problemas econômicos, urbanizar e industrializar os centros nacionais e assegurar a manutenção de suas fronteiras.

Na própria Montevideu sitiada, um misto de legiões estrangeiras somava suas forças ao Governo da Defesa, dentro das muralhas da cidade, cerca de 12.900 estrangeiros, entre os quais 800 argentinos, 2.800 franceses, 700 espanhóis e outros 800 italianos⁶ eram os responsáveis por manter a cidade sobre domínio Colorado, defendendo-a do cerco terrestre imposto por Oribe, enquanto uma esquadra franco-inglesa era responsável por defender o porto das incursões marítimas de Rosas. Os italianos presentes na defesa da cidade, os chamados de Camisas-vermelhas, foram comandados, até 1848, pelo próprio Giuseppe Garibaldi, que, após sua volta para Itália, foi sucedido no comando da legião pelo Coronel Angel Sussine que herdou, entretanto, um grupo já muito enfraquecido, principalmente pelo fato de que Garibaldi na volta para sua pátria-mãe acabou por levar consigo um grande número de legionários. De fato, nos idos de 1850 o número de legionários italianos participando da defesa de Montevideu era de cerca de 450 homens, metade do contingente original sob as ordens de Garibaldi⁷.

Pombo (1918) coloca que não demorou para que as constantes medidas de Rosas para centralizar o poder da Federação argentina se tornassem odiosas, pois os governadores das províncias “argentinas” haviam a muito adquirido o gosto pelo autogoverno e algumas das províncias mais bem providas passaram a buscar formas de assegurar sua independência, uma vez que o Pacto de Lealdade a Rosas passou a ser considerados por muitos uma ameaça a liberdade que tanto prezavam para si. Liderados pelo General Urquiza, governador de Entre-Rios, as províncias de Santa Fé e Corrientes se levantam contra Rosas em 1851, ano que marca também a entrada do Império do Brasil no conflito.

Com a queda de Rosas em 1852 acabava também a Guerra Grande que deixava o Estado Oriental arrasado. O período que se seguiu foi de grande instabilidade na política tanto externa quanto interna para o país. O Triunvirato de Governo estabelecido em 1853 resultou em um ano de um governo radical

6 Dados citados por Mariano Cortés Arteaga, “Defensa de Montevideo” na Revista Del Instituto Historico Y Geografico Del Uruguay. Montevideu, 1931. v. VIII, p. 144.

7 Dados citados por Melián, “Historia de la Confederación Argentina”, Buenos Aires, 1911, 3 edição, v. IV, p. 151 e 405

e desmedido imposto por Venâncio Flores (NAHUM, 2004) e o acordo de fronteiras entre o Uruguai e o Brasil discutido e ratificado – não sem protestos pela primeira parte – em 1851 pelo enviado uruguaio Andrés Lamas e Ministro das Relações Exteriores do Império, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, deixou os uruguaio desfalcados quanto a suas pretensões pela região da Campanha do Rio Grande do Sul (GOLIN, 2004). Também a população uruguaia fora drasticamente afetada pela guerra, grandes lotes de terra nas regiões fronteiriças (principais áreas dos conflitos) haviam sido abandonadas e a densidade populacional havia decaído de forma alarmante. Fazendeiros brasileiros que, já ao longo de muitos anos, possuíam grandes quantidades de terra em território uruguaio se aproveitaram desse processo de queda na densidade populacional para que pudessem tomar posse também dessas terras recentemente abandonadas junto ao estado limítrofe, fazendo com que as preocupações do governo uruguaio quanto ao futuro de suas fronteiras se tornassem uma questão urgente a ser resolvida.

É durante o governo do Colorado Gabriel Antonio Pereira que é fundada a primeira colônia italiana no Uruguai. Ainda nesse período, a principal preocupação do governo, entretanto, era a colonização do interior do país. Nesse sentido, o primeiro grupo de famílias italianas (estas piemontesas) teria por objetivo assentar-se na região nordeste do Departamento de Florida. Esse primeiro grupo somava inicialmente um total de 11 pessoas que haviam desembarcado em fevereiro de 1857 no porto de Montevideú. A esse pequeno grupo inicial uniram-se mais 71 italianos que chegaram em setembro, seguidos por mais um grupo de 136 pessoas em dezembro (VIDART e HUGARTE, 1968,p. 40). No final do mesmo ano, o grupo total de 218 pessoas partiu para assentar as bases da primeira comunidade italiana no Uruguai. Um fato, que ao governo Oriental tenha talvez parecido indiferente a princípio, criou uma grande animosidade entre os novos colonos e a população uruguaia da região. As recém chegadas famílias italianas pertenciam a um fechado grupo religioso que se originara nas ideias do reformador medieval do século XII Pedro Valdo. Eram portanto *Valdenses* e considerados hereges aos católicos que repudiaram o grupo logo de sua chegada. Os ânimos só se fizeram exaltar nos meses seguintes e antes do fim

de 1858 o grupo se desmantelou e abandonou a região. Algumas das famílias teriam seguido caminho até o Departamento de Cerro Largo, enquanto outras dirigiram-se ao de Colônia, aonde se colocaram as ordens da *Sociedad Agrícola del Rosario* que distribuiu para as famílias lotes de 4 léguas de descampados as margens do Arroio Rosário na localidade da atual cidade de La Paz e mesmo de Colônia, alguns pequenos grupos foram rumo ao norte e se estabeleceram em regiões do então Departamento de Salto que hoje compreendem tanto o atual Salto como o Departamento de Artigas (VIDART e HUGARTE, 1968, p. 42).

Após esse inconveniente inicial, o governo uruguaio muda de estratégia e passa a focar na criação de colônias suíças, alemãs e suecas (os primeiros eram poucos, os segundos vinham cada vez em menor número e os últimos nunca chegariam), mesmo assim, novos grupos de colonos italianos chegavam aos portos de Montevidéu todos os anos, provavelmente para colônias particulares (MELLO, 1948). Não seria possível afirmar isso com certeza, devido ao fato de que muitos dos registros desses empreendimentos particulares são hoje muito escassos e, no momento – ainda em um estágio inicial de pesquisa – não é possível afirmar isso com muita certeza. A situação, para esses grupos de imigrantes, mudaria logo, entretanto, e no começo de 1860 com a posse do novo presidente oriental, o blanco Bernardo Berro, com seu principal lema e projeto de campanha de “Nacionalização de nossos Destinos”. O governo uruguaio decidiu lidar da maneira mais eficiente possível com uma questão antiga que voltava a causar alarde na política nacional e internacional: a fronteira junto ao Brasil. Em 1859, cerca de 33% das terras uruguaias nos departamentos do norte encontravam-se sob o controle de brasileiros⁸ e o presidente Berro decidiu investir em planos rápidos para a colonização da área. Uma das medidas utilizadas para garantir o sucesso dessa proposta, juntamente com a demarcação e venda de terras para colonos em terras uruguaias, foi a compra em série de vários lotes de terras pertencentes a brasileiros por parte do governo de Montevidéu para que as mesmas fossem redistribuídas para grupos vindouros de colônias de povoamento. Esse processo se manteve durante a maior parte do governo Berro, contudo a instabilidade política que tomou conta do Uruguai nos meses finais e

⁸ Dado citado por Segarra, “Frontera y Limites” na Revista Nuestra Tierra. Montevidéu, 1969. v. XLII, p. 38

posterior ao mandato do Presidente, de 1863 a 1864, impediram que o projeto tivesse continuidade (NAHUM, 2003).

Benjamin Nahum (2003), observa de forma simplificada o que se seguiu a queda de Berro, no resto do ano de 1864, em que o Uruguai mergulhava em uma crise política desencadeada mais uma vez pelos confrontos entre blancos e colorados. As novas táticas utilizadas pelo presidente do Senado que assumiu em lugar de Berro, Atanásio de la Cruz Aguirre Aguado, para garantir a fronteira junto ao Império foram vistas como atitudes violentas por parte dos brasileiros domiciliados no Uruguai. E, após ignorar constantemente as recomendações e pedidos feitos por parte do governo imperial, o mesmo fez seguir para o Prata um representante especial, o Conselheiro José Antônio Saraiva, ao mesmo tempo que se mobilizava a esquadra de Imperial e os corpos do exército que guarneciam a fronteira (POMBO, 1918). Então, depois de uma série de negociações frustradas, coube ao conselheiro Saraiva apresentar ao governo Oriental um *Ultimatum*, dando-lhes um prazo para atender às exigências brasileiras. Aguirre, entretanto, confiante em suas alianças com o paraguaio Francisco Solano López devolveu a nota ao enviado imperial. No dia seguinte foi o conselheiro informar ao governo uruguaio a existência de um estado de guerra entre as duas nações (POMBO, 1925).

Pelos fins de 1864 invadem as tropas brasileiras o território Oriental, e pouco depois chega ao Rio de Janeiro a insólita notícia da hostil atitude tomada por López quanto a decisão Brasileira em suas relações junto ao Uruguai. Este período conhecida como a revolução de Venancio Flores (1863-65), que teve apoio da Argentina e do Brasil, culminou com a paz em 20 de fevereiro de 1865, em que Venâncio assumiu a presidência.

Ao final do conflito do Brasil com o governo Oriental, em 1865, com a grande movimentação populacional que durante o mesmo que existiu entre os territórios de ambos os países podemos suscitar a hipótese de que várias populações uruguaias e brasileiras, devido a completa indiferença quanto a existência até então mutável de uma linha limítrofe imaginária que separasse os dois Estados, se assentasse em terras litigiosas, causando a uruguaios estarem em terras brasileiras e brasileiros a estarem em terras uruguaias sem que possuíssem uma plena noção disso ou aceitassem tal condição na consolidação destes estados

e de seus limites políticos territoriais. Criando aí a grande possibilidade para a entrada de grupos de povos italianos, tanto os *Valdenses* perseguidos até os limites do estado Oriental quanto aos membros de colônias posteriores criadas com o objetivo “guarnecer” a fronteira contra o governo imperial, no território nacional brasileiro, essencialmente na região da limítrofe da província meridional.

Esse grupo de valdenses, geralmente são comunidades fechadas, defensoras de ideários liberais, contra o padroado do Estado e a favor de uma liberdade de comércio. Algumas destas concepções vão ao encontro e/ou corroboram e/ou fundamentam nos propósitos liberais dos líderes políticos desta fronteira.

A “comunidade” italiana na região fronteiriça no período pré-1874 e Gaspar Silveira Martins

No período que antecedeu a chegada do *La Sofia*, o primeiro navio a trazer imigrantes italianos às terras brasileiras em fevereiro de 1874, pelo menos uma (que constatamos até esse momento nas pesquisas) comunidade italiana já tinha uma representação relativa, pelo menos a nível regional, na Região da Campanha rio-grandense. Estabelecida em 1870 a atual *Sociedade Italiana de Beneficência Anita Garibaldi* (a mais antiga sociedade italiana do RS) foi criada pela já numerosa comunidade italiana que se estabelecera na região da cidade Bagé (zona de fronteira com o Uruguai e sul do Brasil/RS) em algum ponto ainda na década de 60 ou nos anos finais da década de 50 do século XIX e que começava a ganhar expressividade e representação junto a comunidade local.

Sabemos agora que essas famílias italianas, das quais tão pouco se há produzido estudos no Brasil, são oriundas da Banda Oriental do Uruguai e que as mesmas rumaram norte em busca de uma situação mais estável e/ou entraram em terras brasileiras sem um verdadeiro conhecimento de onde estavam e aqui se assentaram (como mencionado no tópico anterior).

Observemos primeiramente que a cidade de Bagé se encontra a pouco mais de 50 quilômetros da fronteira atual com o Uruguai, um trajeto que pode ser realizado em cerca de 9 horas de caminhada, segundo estimativas, significando que uma vez próximas a fronteira, não seria difícil para essas comunidades de

imigrantes, mesmo que grandes, chegarem a cidade de uma variedade de locais diferentes ao longo da linha da fronteira, usualmente muito incerta, devido ao fato de existirem grandes estancieiros com terras que se estendiam desde São Pedro ao interior dos departamentos uruguaios no norte. Notavelmente, entre algumas famílias, podemos encontrar as famílias do próprio Gaspar Silveira Martins, do qual logo trataremos especialmente, e de Antônio de Sousa Neto, general do período farroupilha e atuante na política externa brasileira no que tange aos interesses nesta região fronteira sul brasileira.

Algumas das hipóteses que até então consideramos a primeira delas coloca as comunidades italianas pré-1874 como remanescentes da colônia de italianos valdenses criada pelos uruguaios em Florida, em 1857, e que se desmembraria ainda em 1858 devido a intolerância religiosa das populações locais. Acredita-se que parte do grupo original de colonos designado para a região, após o colapso de sua colônia, tenha ido rumo norte em direção ao departamento de Cerro Largo (VIDART e HUGARTE, 1968) aonde teriam se assentado em áreas próximas ao rio Negro, as quais atualmente são listadas pelo governo uruaio como as colônias de *Ferreira Aldunate*, *Ucar* (esta em Rivera) e *Otamendi* continuado mais rumo ao norte, até o sul região fronteira de Aceguá aonde se estabeleceria a colônia de italianos *Antonio Gianola*, cuja data de fundação parecer ser anterior a criação do *Instituto Nacional de Colonización*, em 1948, e nesse sentido, ela pode ser tanto uma remanescente dos grupos valdenses quanto dos planos de colonização e povoamento elaborados a partir de 1860. E isso nos leva a segunda ideia postulada, na qual os italianos domiciliados em Bagé ainda antes de 1870 seriam membros dos grupos de colonos enviados para ocupar a região da fronteira para evitar uma ocupação brasileira e salvaguardar o território Uruaio nos departamentos do norte.

É claro, também, que esses grupos familiares talvez façam partes de ambas as correntes migratórias, uma vez que não tenha disposições do contrário até esse momento, da mesma forma que é muito provável que existam núcleos de famílias italianas no período pré-1874 em outras cidade da região fronteira, desde Quaraí até Santana do Livramento, uma vez que, em um raio de até 100 quilômetros da fronteira Brasileira com o Uruaio, ainda se podem contar

pelo menos outras 15 colônias registradas no período anterior a 1948. E isso, contando apenas as colônias administradas pelo Estado Oriental, descartando aquelas mantidas por grupos particulares, das quais necessitam realizar mais estudos. Nesse sentido, a pesquisa ainda deve avançar.

Dando continuidade, a comunidade italiana em Bagé cresceu e se fortaleceu com o passar dos anos, mas por mais que ganhasse cada vez mais espaço no cenário regional, tal como tantas outras que passaram a surgir nos anos seguintes ao início oficial do processo de imigração, haviam limitações previstas pela legislação de então. E, é neste espaço fronteiriço e contexto surgirá uma liderança política liberal, defensora de um estado laico e da liberdade religiosa, ou seja, o deputado e senador do Império brasileiro Gaspar Silveira Martins. Nascido na cidade da Aceguá na fronteira entre Brasil e Uruguai, a 60 quilômetros de Bagé e a outros 60 de Melo (Capital do Departamento uruguaio de Cerro Largo) ele se encontrava, em uma posição geográfica semelhante ao extremo àquela que os primeiros imigrantes italianos que chegaram ao território no período pré-1874 se encontravam. Gaspar Silveira Martins com isso terá a “dupla cidadania”, tanto Oriental quanto brasileira (filho de pais brasileiros nascido em terras de propriedade de sua família em território uruguaio) (ROSSATO, 2014; MACHADO DA SILVA, 2013).

Assim, a formação fronteiriça de Silveira Martins marca sua trajetória. Monica Rossato (2014) ressalta seu pertencimento a uma família de elite fronteiriça:

percebemos através da documentação pesquisada, a presença e inserção da família de Silveira Martins na região fronteiriça platina através dos bens e propriedades e dos relacionamentos sociais construídos. Ao mesmo tempo, evidenciamos a participação de seu pai, Carlos Silveira, atuando como Juiz de Paz do distrito de “Asseguá”, Departamento de “Serro Largo”, Uruguai. Nesse sentido, para compreender as relações sociais de Silveira Martins a família se apresentou como uma possibilidade onde esses contatos foram construídos, ligando sua trajetória à região fronteiriça platina. (p. 20).

Gaspar Silveira Martins se formou Bacharel em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo em 1856. Foi exercer a advocacia no Rio de Janeiro, onde trabalhou no escritório de advocacia do Dr. José Julio de Freitas Coutinho, casando-se com a filha deste famoso advogado. Em 1859 atuou como Juiz Municipal no Rio de Janeiro. Na Província do Rio Grande do Sul atuou na criação do Partido Liberal Histórico. Nas eleições para a Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul foi eleito Deputado Provincial pelo Partido Liberal Histórico assumindo o cargo em 1862. Em 1872 ele assumiu como Deputado Geral na Câmara dos Deputados, e permaneceu até 1879. Foi Ministro da Fazenda do Império em 1878, e entre 1880 a 1888 atuou como Senador. Em 1889 foi empossado à Presidência da Província do Rio Grande do Sul. Com a proclamação da República e o fim da monarquia em 1889 (PADOIN, ROSSATO, 2013).

Silveira Martins ascendeu rápido na carreira política e logo em seus primeiros anos passou a defender os direitos dos imigrantes que chegavam em solo brasileiro e dos que aqui já residiam, com destaque aos não católicos. Seus discursos impositivos lhe renderam fama e respeito não apenas nas comunidades de imigrantes que o tinham como seu defensor, mas também entre seus próprios colegas parlamentares, tanto que é do próprio Joaquim Nabuco que ganha o apelido de Tribuno do Império que tanto viria a caracteriza-lo nos anos futuros.

Nos seus anos como senador pela Província de São Pedro (Rio Grande do Sul), o tribuno – membro e líder do partido liberal – defenderia uma série de medidas renovadoras para o cenário político brasileiro. A laicização do estado, direitos políticos a imigrantes e a elegibilidade e direito ao voto dos acatólicos, por exemplo, foram algumas das principais medidas defendidas por Silveira Martins durante a reforma eleitoral do Império organizada pelo então Chefe do Gabinete de Ministros de Dom Pedro II, o Visconde de Sinimbu. Exemplificado falas de Silveira Martins:

Quem diz senhores, substituição do trabalho escravo pelo livre, diz emigração; quem diz emigração, diz liberdade de cultos, emancipação de consciência; na nossa Constituição, ainda que seja escrita liberdade de consciência na lei, por motivos religiosos, cerceiam-se direitos; aquele que não for católico, não pode sentar-se na Coroa. (ROTERMUND, 1979, p. 25).

Gaspar Silveira Martins defendia a remoção de todos os empecilhos que dificultassem a vinda e a vida de imigrantes europeus, como a criação do casamento civil e a separação do Estado e da Igreja Católica (ORICO, 1935, p. 176). Em momentos diversos de sua carreira política, como deputado provincial, geral, senador, ele defendia a imigração, não só por defender o Estado Laico e a elegibilidade dos acatólicos, ele citava diretamente o quanto tais mudanças beneficiariam tais setores e isso seria positivo para “a nação”.

Contudo, quando suas propostas não passaram à reforma, em indignação, retirou-se o tribuno da Corte, abandonando seu cargo de Ministro da Fazenda, retornando ao Rio Grande do Sul, aonde sua atitude foi aplaudida pelas comunidades de “brasileiros de origem alemã e italiana” e mesmo por membros do partido liberal. De volta à Província meridional, continuou o nobre tribuno com seus ideais, liderando a criação de novas colônias para o interior da Província do sul, como a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, proposta pela câmara municipal da cidade de Santa Maria, com o objetivo de assentar populações de imigrantes em terras no interior do município. O sucesso na aprovação desta colônia fez com que a mesma, em 1889, recebesse o nome então do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e no qual a “Quarta colônia imperial de imigração italiana no RS” (Colônia de Santa Maria da Boca do Monte) passou chamar-se de Silveira Martins (hoje as terras dessa colônia são divididas em 7 municípios, em que o núcleo fundador leva o nome de Silveira Martins).

Nesse sentido, a trajetória das comunidades italianas, tanto católicas como as não católicas da fronteira (valdenses) formadas ainda num período anterior ao ano de 1874 e que se desenvolveram no auge e derrocada do II Reinado, tem muitas afinidades com ideias e projetos políticos do nobre tribuno da Província de São Pedro, que teve em sua formação tanto a convivência com uma região marcada pelo conflito contra o centralismo do Império, como a convivência com imigrantes defensores de ideias liberais mais radicais, pregando a liberdade religiosa e um estado laico.

Nadir Domingues de Mendonça (2007, p.79) afirma que Silveira Martins seguia religiosamente os princípios do Partido Liberal, produzidos em 1863 na Província rio-grandense, até porque como um dos fundadores ele mesmo havia contribuído para a formulação, quais sejam: princípio da liberdade individual, da defesa da propriedade,

da responsabilidade dos ministros, da temporariedade do Senado, do sistema representativo, da independência da magistratura, do serviço militar obrigatório, da descentralização administrativa, da eleição direta, entre outros.

Com a proclamação a República no Brasil, Silveira Martins será exilado e em seu retorno viria a ter grande impacto no cenário nacional, principalmente como líder da Revolução Federalista de 1893-95, tendo como palco de origem e da guerra especialmente a região fronteira do sul do Brasil. Foi uma sangrenta guerra civil motivada pela crítica o modelo republicano presidencialista adotado no Brasil e especialmente a oposição a constituição estadual adotada no Rio Grande do Sul, que teve no positivismo castilhistas do Partido Republicano rio-grandense sua marca. Silveira Martins terminará seus dias no Uruguai, falecendo em 1903. Seus restos mortais apenas serão trasladados para o Brasil (Bagé/RS) em 1920.

A partir do exposto neste ensaio, salientamos a importância da pesquisa que visa averiguar o quanto as relações, redes e vivências em um território fronteiriço, que terá uma imigração política e espontânea desde os anos 20 do século XIX, contribuem na formação de projetos e de perfis de lideranças políticas “platinas” (PADOIN, 2016), em que Gaspar Silveira Martins é um exemplo entre outros.

Referências

- ABADIE, W. R.; ROMERO, A. V. *Crónica General del Uruguay: el Estado oriental*. Montevideu: Banda Oriental, 2000, V. 4.
- CASTELLANOS, A. R. *Nuestra Tierra: Montevideo en el siglo XIX*. Montevideu: Nuestra Tierra, 1971.
- DEVOTO, F. ROSOLI, G. (Orgs.). *La inmigración italiana en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2000.
- DOBKE, Pablo. *Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteira entre Brasil e Uruguai (1896 – 1904)*. 2015, 132 p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.
- DONGHI, T. H. *História Contemporânea de América Latina*. Madrid: Alianza, 1990.

- BARRO FILHO, Omar L. de; SEELIG, R. V.; BOJUNGA, S. (Orgs.). *Sonhos de Liberdade: O legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita*. Porto Alegre: Lasser Press Comunicação, 2007.
- GOLIN, T. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2004. V. 2.
- HUGARTE, R. P.; VIDART, D. El Legado de los inmigrantes: I. In *Nuestra Tierra*. Montevideú: Nuestra Tierra, 1969.
- _____. El Legado de los inmigrantes: II. In *Nuestra Tierra*. Montevideú: Nuestra Tierra, 1969.
- LEYTMAN, S. Revolucionários Italianos no Império do Brasil. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p.98-109.
- MARTINS, G. S. *Discursos parlamentares*. Organização: Lafayette Rodrigues Martins. Brasília: Câmara dos Deputados, 1879.
- MARTINS, Gaspar S. Radicalismo. *Conferência Radical*. Oitava Sessão. Discurso proferido por Gaspar Silveira Martins. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia Esperança, 1869. Localização: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- MELLO, M. J. M. *El Gobierno del Cerrito*: Tomo I, Poder Ejecutivo. Montevideú: El Siglo Ilustrado, 1948.
- _____. *El Gobierno del Cerrito*: Tomo II, Poder Legislativo Montevideú: El Siglo Ilustrado, 1954. v. 1.
- _____. *El Gobierno del Cerrito*: Tomo II, Poder Legislativo Montevideú: El Siglo Ilustrado, 1961. v. 2.
- MENDONÇA, N. D. *O pensamento político de Silveira Martins*. Disponível em: <<http://revistacientifica.famec.com.br/viewarticle.php?id=59>>. Acesso em: 15 de jun. 2007.
- NAHUM, B. *Breve História Del Uruguay Independiente*. Montevideú: Banda Oriental, 2003. 157p.
- ORICO, O. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- PADOIN, M. M. *Federalismo Gaúcho*: Fronteira Platina, Direito e Revolução. São Paulo: Nacional, 2001. p. 176.
- PADOIN, M. M.; ROSSATO, M. *Gaspar Silveira Martins*: Perfil biográfico, discursos e atuação na Assembleia Provincial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2013.
- ROTERMUND, H. *Um cavalheiro de Bagé na Corte de D. Pedro II*. Bagé: Academia Bageense de Letras, 1979.



**FRONTEIRAS, HISTÓRIA E LITERATURA:
NOTAS PARA UM ESTUDO**

Susana Bleil de Souza

Doutora em História - Université de Paris X (Paris-Nanterre) (1995). Atualmente atua como Professora Colaboradora Convidada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS/Brasil.

FRONTEIRAS, HISTÓRIA E LITERATURA: NOTAS PARA UM ESTUDO

Susana Bleil de Souza

Introdução

Fue el positivismo filosófico – en su version spenceriana – el ingrediente de más volumen de ese ambiente intelectual de fin de siglo.¹

Este texto² pretende examinar a visão das elites do final do século dezanove e primórdios do século vinte, sobre a situação dos pobres e desocupados na fronteira uruguaio-brasileira, na qual a rotineira e primitiva pecuária extensiva não produzia a soma de trabalho suficiente para empregar os braços desocupados da região. Esse desocupado fazia parte de uma tipologia que englobava a mendicância, o abigeato e o roubo e cujo eixo era a pobreza.

A percepção de pobreza e das razões de sua existência que as elites deste período possuíam, levou-nos a uma seleção de fontes para resgatarmos a situação dos desafortunados fronteiriços que passa, naturalmente, pelos documentos históricos, mas também, pelas representações literárias do mundo rural dos homens livres e pobres da fronteira.

Portanto, o trabalho foca o pensamento das elites letradas, sobre a pobreza e a desocupação na fronteira uruguaio rio-grandense, no começo do século XX em uma região onde predominava uma população rural cujo ordenamento estava nas mãos dos grandes proprietários. Assim, é necessário ressaltar que o objetivo não é fazer um estudo sociológico sobre a pobreza no campo fronteiriço, mas examinar

1 Real de Azúa, Carlos, *Ambiente espiritual del 900 – Carlos Roxlo: un nacionalismo popular*. Montevideo: Arca Editorial, 1984. P.14.

2 A parte inicial deste texto foi publicada nos anais digitais do *II Congreso Internacional Ciencias, Tecnologías y Cultura: Diálogo entre las disciplinas del Conocimiento*. Universidad de Santiago, Chile, 2010, bem como discutido na VI Reunião do Comitê Acadêmico: História, Regiões e Fronteiras/ AUGM, em abril de 2015, em Porto Alegre, RS, Brasil.

de forma breve, através de um documento e de uma obra literária o que pensavam os homens e mulheres deste período. Neste sentido, procura-se mostrar as bases do pensamento político e filosófico desta elite letrada da fronteira.

O termo pobreza é polissêmico. O registro dessa palavra em dicionários faz referência à ideia de carência, escassez, penúria, falta daquilo que é necessário à subsistência. Remete-nos à ideia de classe ou conjunto de pobres (segundo os Dicionários da Língua Portuguesa de Houaiss ou Aurélio Buarque de Holanda ou o da *Real Academia Española*). Historicamente, esse termo vem sofrendo um processo de ressignificação semântica, conforme esteja se referindo ao antigo regime, à revolução industrial ou à América Latina no século XIX, por exemplo. O estudo da pobreza, além da complexidade na busca de suas razões, não permite uma interpretação unívoca sendo, portanto, relativo.

Este trabalho integra-se aos estudos anteriores sobre a articulação da fronteira norte do Uruguai com a fronteira do sudoeste do Rio Grande do Sul através do charque ou *tasajo*, pois, a fronteira norte uruguaia fornecia a matéria-prima para as charqueadas ou *saladeros* rio-grandenses. Tomando-se como referência, o primeiro censo nacional, realizado em 1908, no governo do então Presidente Cláudio Williman, constatava-se a forte participação de proprietários estrangeiros e, nos departamentos de fronteira, a marcada presença brasileira cuja atividade produtiva era baseada na criação de gado extensiva, na qual o bovino “criollo” encontrou inserção através do couro no mercado internacional e através do charque no mercado regional brasileiro e cubano. As práticas sociais eram diferentes entre o Brasil e o Uruguai, mas os conflitos e os interesses eram resolvidos a partir de estratégias comuns, que eram adotadas no cotidiano de uma fronteira sempre em construção. A fronteira do Rio Grande do Sul e a do norte uruguaio articulavam um sistema de exploração pecuária que visava abastecer as charqueadas do estado mais meridional do Brasil, determinando a existência de uma autêntica micro região econômica, onde a linha fronteira, demarcada pelos políticos, mostrava-se artificial.

Em 1909, a presença brasileira nos departamentos da campanha no Uruguai, como proprietários de estâncias ainda era significativa: em Artigas, 40%; em Salto, 29%; em Rivera, 44%; em Tacuarembó, 24%; em Cerro Largo, 30%; em Treinta y

Tres, 30%; e em Rocha, 16,5%. Entretanto, a inserção do Uruguai no contexto do capitalismo mundial vinha sendo seguida pela crise e a ruptura da antiga articulação inter-regional que operara durante todo o século XIX, até o começo do XX.

Nossa referência é o ano de 1910, momento em que aparece publicado na *Revista de la Asociación Rural*, uruguaia, o Informe de Daniel García de Acevedo, em nome da *Comisión de Estudios para mejorar la situación de la gente pobre de la campaña*, apresentado no 9º Congresso Rural Anual, desse mesmo ano. Ruralista, advogado e dirigente da Associação Rural, García de Acevedo apresenta um documento que testemunha a visão das elites e é importante para se saber o pensavam estas elites sobre a situação dos grupos marginais do campo na fronteira uruguaia-brasileira, no começo do século XX. Neste mesmo ano, o escritor Alcides Maya, nascido em São Gabriel, na campanha do Rio Grande do Sul, publica “Ruínas Vivas”, com o subtítulo de “Romance Gaúcho”. Assim, através de um entrecruzamento da Literatura e da História, entre um romance de época e fontes históricas procura-se conhecer as visões das elites sobre a pobreza e a desocupação na fronteira uruguaia rio-grandense, em uma campanha há muito atingida pela crise provocada pelo *alambrado* e pela lenta modernização da estância que, pouco a pouco, apoderava-se da fronteira, deixando para trás, o antigo sistema agropecuário de molde patriarcal. O romance permite conhecer um mundo em “ruínas”, através do olhar de um literato que, além de exercer intensa atividade jornalística foi, também, deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Através de seu texto revivem-se os sentimentos, as emoções e, inclusive, as maneiras de falar da campanha gaúcha no começo do século XX. Na criação de uma tipologia característica da região o autor nos dá indícios de uma sociedade onde os códigos de conduta e os modos de agir e de pensar são, na maioria das vezes, reflexos da criação de mitos cultivados por essas mesmas elites dentro do contexto histórico da concentração da propriedade da terra, do seu cercamento pelo arame farpado e da consequente pauperização crescente da antiga mão-de-obra, agora desocupada.

O objetivo não é examinar as razões do pauperismo rural da fronteira, procurando desvendá-lo a partir de uma análise sociológica, como já foi salientado mas, mostrar como ela era percebida pelas elites de uma época e representada através da literatura.

Pretende-se construir uma narrativa histórica na qual se apresente a visualização que possuíam da pobreza, parte das elites dessa época ou, pelo menos, aquela dos homens letrados: advogados, estancieiros, autoridades policiais e de governo, professores, políticos, periodistas e escritores.

A pobreza na campanha fronteiriça

Indivíduos “sem rosto” e “sem voz”, os pobres da campanha fronteiriça são identificados por suas vestes, habitações, atitudes e desejos. Não se constituem em uma classe social, conquanto, não há uma consciência articulada de classe. São, em geral, identificados pelos historiadores da época, como um grupo social distinto, perceptível pela sua situação sócio-econômica: serão ou as famílias *menesterosas*, ou o “*pobrerío vagabundo y miserable*”.³ (ROS, 1902, p.35)

Para a elite política da época, autoridades, deputados e ministros do governo, as causas da pobreza da vacância e da mendicidade eram decorrentes de uma série de fatores, como as guerras civis o encarecimento da subsistência de uma maneira geral, o excesso de braços disponíveis para o trabalho no campo, a falta de hábitos de trabalho e finalmente o *alambramiento*. Para García de Acevedo, a vacância, o pauperismo e a mendicância eram decorrentes das guerras civis. Para se fazer uma história dessa situação, segundo ele, bastaria recolher os dados de mortos, feridos, casas destruídas, saqueadas, ranchos queimados, resultantes das guerras civis ocorridas na Banda Oriental (1910, p.13). Poucos eram os representantes dessa elite que se davam conta das mudanças ocorridas a partir da década de 70, com a gradual incorporação de melhorias tecnológicas e o desencadeamento de um processo de racionalização da empresa agropecuária que acabara por dispensar uma considerável parte da mão-de-obra constituída pela peonagem. A essa mão de obra desocupada da campanha agregava-se também, o proletariado que se deslocou para o campo proveniente dos locais urbanos. Poucos representantes desses segmentos sociais escolhidos analisavam as consequências das modernizações introduzidas nas estâncias, como o *alambramiento*. As cercas de arame farpado que apareceram

³ Francisco J. Ros era agrimensor, deputado por Cerro Largo em 1891 e por Treita y Tres em 1902. Era conhecedor de várias regiões do país, particularmente da fronteira com o Brasil.

mais tardiamente no Rio Grande do Sul, produziram resultados semelhantes aos do Uruguai, como denuncia bem o desencanto de um trovista regional: “Alambrado – é o arame do pampa meridional, Rio Grande, Estado Oriental... – entrelaçados. São fios de arame – espichados, abraçados aos mourões, que parecem procições no lombo dos descampados”.⁴

O vago ou mendigo da campanha era, geralmente, descrito, como inofensivo, roubando apenas o que estivesse ao alcance da sua mão, como alguma ovelha para alimentar-se. Era, em geral, sedentário, constituía família com vários filhos e não se afastava demasiado da sua choça, a não ser para fazer algum pequeno trabalho. Esta elite chegava a considerar a vida do pobre da campanha como fácil, pois sendo sóbrio, lhe bastavam um pouco de carne e de erva. Difícil se torna explicar, a partir dessa visão idealizada do vago da campanha, como já em 1829, durante o governo provisório de Rondeau, o ministro Juan Francisco Giró tivesse criado o regulamento da campanha que estabelecia a necessidade de que todo o peão de campo fosse contratado por escrito, visando impedir o abigeato cometido por multidões de homens errantes (GARCÍA DE ACEVEDO, 1910, p. 13).

Desde 1827, já havia um *Reglamento de Policía*, no qual os vagos seriam apreendidos e enviados para o “*servicio de las armas en los regimientos de línea por seis años*” para atender às necessidades da fronteira e conter o contrabando e, caso não gozassem de boa saúde, seriam obrigados a fazer trabalhos públicos durante quatro meses. Entre as disposições do regulamento de 1827, havia a de que toda pessoa que estava trabalhando em algum estabelecimento no campo deveria ter uma “*papeleta de conchavo*” assinada pelo patrão e revisada pela polícia. Vagos e mendigos deveriam ter um registro da polícia, com as indicações das prisões e condenações que cada um havia sofrido. Para os mendigos a polícia deveria dar um certificado de indigência, para que eles pudessem pedir esmolas. Em 1871, em plena guerra civil, um pequeno núcleo da alta classe rural reuniu-se e fundou a Associação Rural. O Código Rural, sugerido por essa mesma Associação, entrou em vigor no começo do governo de Lorenzo Latorre em 1876. Em 1877, foi sancionado o regulamento das polícias rurais.

⁴ Jayme Caetano Braun, apud CESAR, 2005, p. 155).

Ao contrário do Rio Grande do Sul, onde os municípios possuíam um código de posturas locais, o Uruguai possuía um código rural abrangente. Para o historiador norte-americano Stephen Bell (BELL, 1998) a mão-de-obra escrava pode ter contribuído para reduzir a necessidade da criação de leis para controlar a mobilidade da força de trabalho. Pouco depois da virada do século, a intendência de São Gabriel pressionava o governo de Borges de Medeiros para a aplicação de um código rural para todo o estado, particularmente para reduzir os litígios ligados ao cercamento das propriedades. A própria São Gabriel havia adotado uma forma de código rural, possivelmente baseada nas do Rio da Prata, no final de 1896. Uma demanda similar por um código rural e por melhores disposições de uma política rural veio dos fazendeiros de Santana do Livramento em 1909 (BELL, 1998).

O cercamento dos campos, importante na modernização do mundo rural, dava ao proprietário domínio explícitos sobre a terra. Em uma região, onde poucas propriedades tinham sido sequer medidas, o cercamento proporcionava um símbolo claro de consolidação da propriedade capitalista da terra e, além disso, diminuía a necessidade da mão-de-obra: *puesteros* e recrutadores não eram mais necessários. Agora, os fazendeiros construíam corredores de madeira (bretes) confinando o gado e com isso deixavam de existir os extensos *rodeos* da fazenda tradicional e dispensava-se a mão-de-obra. Tendo menos peões, não havia a necessidade de muitos cavalos. Antes, cada peão tinha o seu grupo de cinco ou seis cavalos. Mudou o sistema da doma e foram construídos poteiros.

Na fronteira norte do Uruguai o *alabramiento* deu-se de forma mais lenta. Parte da explicação para isso ainda recai sobre o custo. Em 1882, era três quartos mais caro cercar uma quadra (85 m²) com um poste e arame farpado nos departamentos do norte (Taquarembó e Cerro Largo) do que no entorno rural da capital. Brasileiros no norte do Uruguai pareciam oferecer resistência às inovações que eles viam como sabotando a sua posição de autoridade. Nesse caso eles reconheciam o potencial do cercamento mudando o poder que eles detinham sobre essa região. O fato deste processo ser guiado a partir de Montevideú tinha maiores implicações. Nos anos de 1870, os proprietários rio-grandenses ainda controlavam a maior parte do norte uruguaio. Eles tendiam a ver o cercamento e o código rural como um símbolo técnico da mal vinda extensão do poder de Montevideú. Ao nível

político o cercamento representava a centralização absoluta para esses brasileiros e desafiava o seu controle percebido sobre a região da fronteira (BELL, 1998).

Em 1881, no Uruguai, a *Ley de Vagancia* controlava e reprimia os declarados vagos, os que não possuíam bens ou rendas e sendo aptos para o trabalho, não exerciam habitualmente profissão, ofício ou não possuíam emprego. A Câmara de Deputados, dentro do mesmo projeto sancionado, considerava que seriam declarados “*vagos y mal entretenidos*” os que “*frecuenten las pulperías o casas de negocio, las casas o parajes donde se juegue con interés o sin él y las casa de tolerancia produciendo escándalos y desórdenes*”.

Em 1892, Domingo Ordoñana, secretário da Associação Rural, escrevia:

existe una agrupación que se há denominado de la miséria, porque se há visto despojada de lo que constituye su fondo, y há sido despojada, porque sus títulos carecian de la rigorosa etiqueta de tantos años de registro y de constante e imperturbable posesión (ORDOÑANA, 1892, p.58).

As famílias consideradas pobres e que não tinham como satisfazer medianamente suas necessidades de alimentos, abrigo e habitação encontravam-se em maior número, nos departamentos de Rivera, Tacuarembó, Cerro Largo, Salto e Artigas, todas na fronteira norte, sendo menos grave a situação em Paysandú, Treinta y Três e Rocha e nos departamentos restantes do centro e do sul. Essas populações pobres, em geral, situavam-se próximas aos centros habitados onde tinham a oportunidade de conseguir algumas “*changas*” ou onde podiam exercer a mendicância. Margeando as estradas nacionais, se estabeleciam os “*pueblos de ratas*” ou “*rancheríos*” agrupações miseráveis de choças feitas de tronco, latas e tiras de couro, usadas para amarrar as estruturas.

As possibilidades de conseguir trabalho nas estâncias eram relativamente raras. As tarefas eram sazonais como a tosquia e a colheita. Ocupavam-se também como “*jornaleros*” para tropear, cercar os campos, cortar lenha, ajudar na vindima ou fazer pequenos serviços denominados de “*changas*” Quanto às mulheres, além de empregadas domésticas ou cozinheiras, lavavam e passavam a roupa dos moradores da região.

As necessidades de sobrevivência levavam, muitas vezes, as populações a recorrerem aos chamados meios ilícitos. Recorriam ao abigeato, ao roubo, à mendicância, ao contrabando, à prostituição e ao jogo.

A circulação de “vagos” ou “*malentretidos*” no país, era controlada pela polícia rural. E vagos, eram os destituídos de renda ou bens, que não exerciam trabalho ou profissão, bem como aqueles que frequentavam “*pulperías*” e casas de jogos. Na década de 90, Francisco Bauzá, então Ministro do Governo, argumentava que o serviço policial, era escassamente remunerado, inclusive o dos superiores, como era o caso dos subcomissários, que recebiam \$17,40. Entre as soluções propostas, por ele, nessa mesma década, para resolver o problema da pobreza e da falta de trabalho, estava o da colonização de terrenos baldios, onde fossem colocadas as famílias “*menesterosas*”.⁵

A repressão era entretanto o meio mais utilizado para controlar o que no início do século XX era entendido como “desorganização social”. Em Cerro Largo havia “*un poverío vagabundo y miserable que constituye un verdadero peligro y está evidenciando una desorganización social...*” (ROS, 1902, p.35).

Francisco Ros, deputado por Cerro Largo em 1891 e por Treinta y Tres, em 1902, conhecedor do país, particularmente da fronteira com o Brasil, propunha levar a cabo uma “cruzada redentora” em favor do trabalho, sobretudo nos departamentos da campanha, onde em 1900, havia 4.836 encarcerados e, nessa mesma época, “*el manicomio nos ofrecia la espantosa cifra de 1.062 dementes*”. Entretanto, “*mas desconsolador*” era o número de filhos ilegítimos nascidos em Cerro Largo, no quinquênio de 1896 a 1900: “*la desconsoladora suma de 2.004*”, de um total de 5.684 nascimentos.⁶ A idéia da religião do trabalho como disciplinadora de uma sociedade ainda bárbara e como redentora do progresso estava presente no pensamento de Francisco Ros: “*Corrigir, pues, estas profundas deficiências de organización social por médio del trabajo, esa oración redentora del progreso que debe rezar-se varias horas cada dia, es una conquista nacional...*”⁷ Essa mesma idéia de que o trabalho disciplinava a barbárie social, perpassava por todos os exemplos selecionados pela

5 Para este tema da colonização ver: BAUZÁ, Francisco. *Colonización Industrial. Ensayo sobre un sistema para la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Imprenta de *El Nacional*, 1876.

6 *Ibidem*. P.9

7 *Ibidem*. P.10

comissão da Associação Rural. Raras eram entretanto, as respostas que vinculavam a haragania⁸, a prática dos jogos e o consumo de bebidas à escassez de oferta e de oportunidades de trabalho.

Já na década de 1880, Ordoñana, preocupado com a moral rural, considerava que a “civilização moderna” tornava “*innecesaria la fuerça bruta*” e escrevia, em setembro de 1884: “*nuestra población rural necesita instrucción, pero instrucción ordenada, metódica, regular, em todos conceptos, y moral y muy moral por todos los principios...*” e segue com os seus pensamentos rurais, delineando o futuro do jovem da campanha, o peão à pé: “*se necesitan ahora escuelas adonde los muchachos tienen que ir á pie, porque los forrajeros de la chacra no dan más que para los bueyes y algunas lecheras. Nace entre nosotros el hombre pedestre y es necesario hacerle perfecto ciudadano y buen jefe de familia*”⁹

Na campanha, os meios de vida do *pobrerío*, onde o número médio de pessoas por família era de cinco a seis, eram difíceis e escassos. Em Tacuarembó, uma mestra escola rural descrevia as causas da miséria dessa população, atribuindo-as à subdivisão da propriedade: os antigos agregados e proprietários dos campos vizinhos, antes muito grandes em extensão e hoje bastante fracionados, eram os povoadores da região onde se encontrava a sua escola rural. Algumas famílias tinham algum pai ou filho trabalhando como peão em alguma estância vizinha, com um soldo que raras vezes alcançava a 8 pesos. As mulheres lavavam roupas recebendo ínfimos honorários e algumas se “*conchabavam*” ganhando “*jornales*” que flutuava entre 1,50 e 5 pesos por exceção. Nos sábados entravam nos matos vizinhos, e recolhiam a pé, lenha seca e verde que vendiam a 0,10 cts cada talha, tendo que percorrer mais de uma légua em cada viagem e, como necessitavam de lenha para o seu consumo, supõe-se que não podiam vender tudo o que recolhiam. O trabalho se realizava de uma maneira muito primitiva e segundo a mesma mestra escola, em um meio onde não existia senão uma rotineira e primitiva pecuária extensiva, não havia trabalho suficiente para empregar um número de braços desocupados tão considerável como o que existia nesta zona da escola rural de Tacuarembó. A época da tosquia empregava mão de obra masculina, mas

⁸ *Haranganear* Estar ocioso quando se deveria trabalhar. MOLINER, María. Diccionario de uso del español. 2ª edición. Madrid: Editorial Gredos, 1998.

⁹ D. Ordoñana. Op. Cit. P.355/356.

era uma tarefa que durava somente, dois ou três meses ficando o resto do ano, a mão-de-obra desocupada. Outro tipo de ocupação, para alguns poucos braços, era a condução de alguma tropa de gado, ocupação que em geral era muito limitada pela concorrência com as ferrovias.

A crença na instrução pública como meio indireto mas eficaz para melhorar a situação da pobreza, era difundida entre intelectuais e políticos da época e pela lei de 1907, estavam previstas a criação de mais 150 escolas rurais.

O programa de criação de escolas para um ensino democrático, obrigatório, gratuito e laico, foi proposto por José Pedro Varela¹⁰. Após defender o ensino público em artigos publicados e considerar que este ensino era

...o único meio de salvação para o Estado Oriental, perdido em meio às desavenças políticas entre caudilhos *blancos* e *colorados* do período pós Guerra Grande, José Pedro Varela cria, junto a intelectuais que tinham um pensamento semelhante ao seu, a *Sociedad de Amigos de la Educación Popular*. A Sociedade se propôs a discutir e a incentivar a educação pública e deu notoriedade a Varela no meio intelectual, o que lhe rendeu, em 1876, a indicação ao título de *Director de Instrucción Pública* do governo de Latorre, a partir da qual incentivou a educação laica, gratuita e obrigatória. Após assumir esse cargo, apresentou o seu projeto de lei de *educación común* e fundou a *Comisión de Instrucción Pública*, constituída por alguns de seus companheiros da *Sociedad de Amigos de la Educación Popular* e imbuída da tarefa de auxiliar Varela em seus trabalhos. A *Comisión* estava encarregada de selecionar os professores, controlar as escolas através de um inspetor nacional e inspetores departamentais e decidir sobre as escolhas de textos e livros a serem usados. Entre as primeiras resoluções da *Comisión* estavam a construção de edifícios escolares, a criação de uma escola normal para professores e a realização de conferências para a divulgação dos métodos e programas que deveriam ser aplicados nas escolas (SOUZA e PEDROSO, 2004, p. 91).

10 Em 1876, José Pedro Varela foi designado presidente da Comissão de Instrução Pública, órgão de jurisdição nacional. Em seguida, tornou-se Inspetor Nacional de Educação, cargo que conservou até a sua morte, em 1879, aos 34 anos

A educação deveria ser científica e com métodos científicos. Esta pedagogia proposta por Varela tinha como ponto de partida teórico, o positivismo de Herbert Spencer, cujo centro de irradiação era a Inglaterra darwiniana. Era o evolucionismo de Spencer aplicado à pedagogia e que chega a ser, inclusive levado à Universidade de Montevidéu onde o espírito cientificista segue “*especialmente en la dirección del evolucionismo spenceriano*” (ARDAO, 1971, p. 242).

J.Rumney menciona em seu estudo, que para Spencer a evolução do homem e da sociedade são determinadas ambas pela incidência de condições, a ação das circunstâncias e o fato de que a evolução orgânica e a evolução social são expressões da mesma lei (1944, p. 25). Sustenta que a essência do processo social consiste na interação entre os indivíduos e a sociedade. Spencer considera que se a adaptação é incompleta e o mecanismo da sociedade se desarticulou e resultou cheio de fricções, se produzirão, necessariamente, calamidades sociais e imperfeições. Mas, é possível abolir toda essa fricção social pois, a tendência universal é a de se orientar em direção a uma adaptação harmoniosa, a um equilíbrio perfeito (p.26). Em apoio a esses argumentos, Spencer levanta duas leis biológicas A primeira, a do implacável extermínio dos indivíduos que não podem adaptar-se, o que vem a ser a sobrevivência dos mais aptos, dogma ao qual Spencer chegou antes de Darwin. A segunda favorecerá os indivíduos cujas naturezas chegaram a adaptar-se à vida e a transmitir as modificações adquiridas à próxima geração, dogma de Lamarck que Spencer aceitou. Para Rumney, “Esta adaptação mais perfeita é uma fase dentro do processo de desenvolvimento universal que tende sempre à criação de tipos de seres cada vez mais elevados”. Spencer enquadrou estas concepções em um sistema filosófico e, em 1852, apresentou com grande habilidade a lei da evolução ou do desenvolvimento “como antagonica à interpretação do universo baseada na sua criação” (p.26). Spencer recebeu, também, influência de Malthus quando este sustenta que “devido à excessiva reprodução e à contínua pressão dos organismos que se multiplicam rapidamente, sobre os meios de subsistência que aumentam com lentidão, se produz a luta, a seleção e a evolução dos tipos mais fortes” (Rumney,1944, p.26). Spencer foi o primeiro a aplicar a evolução ao estudo da sociologia e, sobre a evolução , juntamente com o desenvolvimento

e o progresso, repousa a sua arquitetura filosófica (p.27). Para ele, a lei do progresso orgânico é a lei de todo o progresso seja no desenvolvimento da vida sobre a terra, seja através do desenvolvimento da sociedade, do governo, da literatura, das artes ou da ciência (p. 28).

Poucos membros das elites eram contrários à convicção de que a sociedade era um organismo análogo à natureza e, portanto, sujeito a mudanças, à medida que passava o tempo (HALE, 1991, p.26). Segundo o professor Hale, da Universidade de Iowa, Herbert Spencer foi, entre os numerosos teóricos da evolução social, aquele que os latino-americanos citavam com mais frequência. “Ele converteu-se no símbolo da época ainda que sua influência real fosse, talvez, menor do que a de Auguste Comte, o outro grande pensador positivista” (p.26). Para Hale, Spencer foi partidário do *laissez faire* e do utilitarismo durante toda a vida. A sociedade industrial que ele imaginava, resultado da evolução humana era individualista, liberal e sem Estado e ele ainda via estas características como fruto do hábito e do instituto depois de séculos de adaptação natural e não como resultado da escolha racional do homem. O ideal de Comte, ao contrário, “era um coletivismo organizado hierarquicamente e não competitivo no qual o Estado e a sociedade eram a mesma coisa” (p.26).

Na interpretação de Hale, as ideias de Spencer, apesar do seu efeito limitado sobre os programas políticos, mais do que as de Comte, foram um componente importante da intensa preocupação intelectual pela sociedade latino-americana entre 1890 e 1914. Para o estudioso norte-americano:

O sistema evolucionista de Spencer se baseava no desenvolvimento de sociedades particulares e os seus livros apareciam cheios de dados comparados sobre costumes específicos, crenças, rituais e características étnicas. Assim, de um modo geral o seu pensamento tinha uma dimensão antropológica maior do que a de Comte (p.26).

A Literatura como fonte

Para examinar melhor este período e estes problemas, a literatura deste momento histórico permite visualizar o clima de uma época, quais os seus anseios

e valores e por isso também, pode ser utilizada enquanto fonte. A literatura é tomada a partir do autor e sua época, o que dá uma série de pistas sobre o que pensavam os homens deste período. Assim, tomou-se a novela publicada em 1910, *Ruínas Vivas*, de Alcides Maya, portanto contemporâneo do informe apresentado no congresso da Associação Rural Uruguaia. *Ruínas Vivas* é uma novela social que mostra o mundo em decomposição, pintando, com realismo quadros da vida campeira. “tracejado em linhas repetidas de planícies e coxilhas”, “desenhavam-se estâncias por entre quinchas de palhoças”, “e uma ou outra tapera expunha, esboroada, o risco triste de sua ruína pobre” (MAYA, 2002, p.54).

Tal como nos Informes da Associação Rural do Uruguai¹¹, a população pobre e carente da campanha, sobretudo as mulheres, dedicavam-se às mesmas lides, de um e de outro lado da fronteira:

À margem oposta, de terra vermelha barrancosa, roupas...anilavam as lájeas de um enxugadouro; uma preta velha com uma trouxa sob o cotovelo, a enviesar-lhe o corpo, descia ...na lomba íngreme; e embaixo, à esquerda, sobre uma pedra cintilhada de limos, uma rapariga ensaboava, cantando, um vestido de chita com floretas rosadas (MAYA, 2002, p. 59/60).

Como o seu contemporâneo oriental, Eduardo Acevedo Díaz, de quem foi leitor, na literatura de Maya, o povo tem um papel importante e está sempre presente, nas aglomerações de soldados, nas carreiras, nos jogos, nos boliches: “A chusma refluía para a venda do Bento, ponto preferido de conversas nos intervalos de corridas”; “Jogava-se: fora proibido o osso; mas um francês montara um tiro-ao-alvo” e o povo, segundo o autor, “fervia” (MAYA, 2002, p.116/118). No boliche de Bento, “a todos franqueado”, os frequentadores entravam, “ruidosamente, misturados na pulperia, saleta escura, com uma janela sem vidraça entre duas portas de batentes verdes destingidos, abertas ao norte e ao nascente”. (MAYA, 2002, p. 5 5).

Através do olhar de Miguelito, personagem que é o fio condutor da narrativa, as cenas típicas da vida na campanha iam se sucedendo: “Era, entretanto, no comércio, centro atrativo do mulhero, da jogatina e da beberagem,

¹¹ Os Informes da Associação Rural, correspondentes aos anos de 1906, 1907, 1908 e 1909, encontram-se inseridos no Informe de GARCÍA ACEVEDO.

‘que a bugrada se enquadrilhava’, no intermédio das carreiras” “Miguelito, porém, olhava com prazer a multidão...” (MAYA, 2002 p. 121). A atitude de Miguelito, como a narrativa de Maya, em relação à campanha é puramente contemplativa, mostrando a transformação do gaúcho: “o antigo monarca das coxilhas, cuja imagem a literatura cristalizara, vai cedendo lugar ao gaúcho pobre e marginalizado” (MASINA, 1980, p.84/85).

Miguelito, no final da obra, compreendia que havia uma “classe inteira espoliada” e esta “era a sua”. Concluía Miguelito que “a vida é a vida, e, enquanto uns vivem à farta, outros rebentam de fome, ou, se reagem, são perseguidos como ‘cachorros chimarrões’ a tiro e a balas. Por que a distinção?”. Miguelito não conseguia precisar as razões desta realidade que o chocava “como uma formidável injustiça”. (MAYA, 2002 p. 158). Para ele:

Enquanto uns tudo possuem, outros nada podem possuir, ele nada podia possuir...Os seus raciocínios lembravam uma encruzilhada que fosse o centro de um círculo: todos os caminhos iam dar à mesma circunferência e o pensamento girava, girava, sem transpô-la. (MAYA, 2002, p. 158/159).

Segundo Léa Masina, será Spencer “que permanecerá como bússola a orientar a reflexão de Alcides Maya, que dele aproveita a concepção de literatura como fato social” (1998, p.87). Alcides Maya em uma série de textos ensaísticos declarava ser um adepto do spencerismo. “Ressaltava a concepção do Estado protetor dos cidadãos, por assegurar-lhes o máximo de autonomia, portanto oposto às ideias de Auguste Comte que pregava a ditadura científica e a restrição das liberdades individuais” (MASINA, 1998, p.99).

Conclui Léa Masina: “À consciência do atraso cultural do público segue-se a pretensão utópica de esclarecer, formar, ensinar, escolher” o que Alcides Maya, “e os intelectuais de sua classe, consideravam útil e necessário para a cultura - o progresso e o desenvolvimento do país” (MASINA, 1998, p.99).

Conclusão

O ponto de convergência entre o pensamento de Garcia Acevedo e Alcides Maya está na interpretação que ambos davam à situação do pobrerio do campo. Os pobres, os desvalidos, os desafortunados eram percebidos como potencialmente perigosos. Era preciso que o sistema previsse e antecipasse ações para garantir o controle sobre estes indivíduos.

A questão social era descoberta enquanto problema e todos os *Congresos Rurales Anuales*, entre 1906 e 1909, haviam levantado esta questão. No Quinto Congresso, em 1906, afirmava-se: *La cuestión de dar colocación y destino útil a nuestras gentes pobres, hábiles para las tareas rurales, no es cuestión secundaria. Es por el contrario, fundamental y de gran transcendencia para nuestros destinos nacionales.*

E continuava: *La ignorancia y aislamiento en que vegetan esas pobres gentes que forman la gran mayoría, engendran la miseria y la corrupción, preparan los instrumentos para los movimientos armados y perturbaciones públicas, el crimen, el robo y el abigeato...*

Já o Congresso de 1907 decidiu não tratar com preferência *las medidas para mejorar la gente pobre de la Campaña*, pois tal proposta encerrava uma questão essencialmente social. Mas, o mais rico dos informes é o de García Acevedo, de 1910, e dentre as várias sugestões poderíamos destacar: fazer um ensaio de colonização com as famílias desvalidas em terras do Departamento de Artigas. “*Bajo régimen militar*”, as terras seriam “*fiscales o municipales*” e que estivessem “*disponibles por compra, arrendamiento o donación de los particulares*”; “*hacer cumplir estrictamente las leyes y reglamentos vigentes sobre vacancia y juego...*”(García Acevedo, 1910).

A maior abundância de famílias pobres encontrava-se nos departamentos de fronteira ou contíguos a estes: Rivera, Tacuarembó, Cerro Largo, Salto y Artigas, não sendo *de tanta gravedad el problema* nos outros departamentos.

O que é inovador no exame dos problemas sociais decorrentes da desigualdade é a possibilidade de “ligar o conhecimento teórico dos ‘fatos

sociais' a uma ação eficaz sobre o mundo social" ¹². Enunciada enquanto problema, a questão social suscitará a elaboração de discursos científicos que descrevem, analisam e sugerem soluções para atingir resultados.(PESAVENTO, 1994). Assim se articulam os discursos dos segmentos da classe dominante que incorporam o ideário do darwinismo social, a filosofia política e social dos defensores da ordem estabelecida no século XIX, produto do filósofo político inglês, Herbert Spencer. Para o spencerismo, luta, destruição e sobrevivência do mais apto também eram essenciais ao progresso da sociedade humana. O governo deveria preservar a ordem, proteger a propriedade e deveria deixar o controle da economia aos proprietários rurais. O spencerismo se manifestava entre as elites, justificando a guerra econômica, a pobreza, a exploração e o sofrimento em nome do progresso! Nos dois lados da fronteira, pecuaristas e comerciantes comungavam com as ideias do liberalismo econômico mas, em matéria de filosofia política o spencerismo vigorava, também, em ambos os lados dessa fronteira que Alcides Maya chamava de *bisplatina*.

Segundo Léa Masina “denunciando as mazelas de uma sociedade que não propunha soluções ao problema social de marginalização do homem da campanha”, Alcides Maya vai construir “um romance cujos quadros biográficos estruturam a crônica social do pampa”. (1980, p.41).

A autora (1980, p.83-89) considera que, com a extinção das fontes de trabalho e com a capitalização das estâncias, o gaúcho permaneceu à margem do progresso. O antigo “monarca das coxilhas”, cuja imagem a literatura cristalizara, vai cedendo lugar ao gaúcho pobre e marginalizado. Miguelito de Ruínas Vivas assim, representa uma parcela da ruína que se abate sobre o campo. Para Léa Masina (1980, p.87-89), em Ruínas Vivas, o autor tinha a intenção de criar um romance que fornecesse uma interpretação sociológica da realidade da campanha gaúcha e embora se voltasse para a população proletária da Campanha, dela “colhendo elementos para a criação dos personagens, sua atitude como ficcionista é puramente contemplativa”. Para a autora o apego à sociologia de Spencer e às teorias deterministas da época dispersaram as

12 SALAIS, Robert. A la decouverte du fait social, 1890-1900. *Gêneses*. Paris: Calman Levy, n.2, dec. 1990. p. 2. Apud: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os pobres da cidade. Vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994. p.8.

possibilidades de interpretação dos dados observados, mitigando os aspectos mais radicais de denúncia social que a obra propunha (1980, p.89 e 108).

Alcides Maya, como o restante da elite da fronteira “bisplatina”, tentava uma interpretação da realidade social sem contudo, conseguir aprofundá-la e a sua visão crítica permaneceu na constatação da pobreza, da miséria à qual se encontrava relegado o personagem do “velho gaúcho” das guerras de fronteira. Colocando ênfase na pobreza do velho personagem Chico Santos, cuja choça e o catre são minuciosamente descritos, além do enterro que evidenciava a situação de penúria daqueles peões, o autor interpreta a situação de despreparo social do homem do campo às transformações da tecnologia e da modernização. O progresso seria alcançado, segundo o spencerianismo, pela diversificação de funções a serem realizadas pelo indivíduo.

As populações rurais só estavam preparadas para o pastoreio, eram as conclusões das elites, em ambos os lados da fronteira. O trabalho pagou o alto custo social da modernização. Para isso, ele foi regulamentado com um código rural, a mobilidade foi controlada e a vacância reprimida pela polícia rural e por uma guarda rural, nomeada por particulares.

Referências

- ARDAO, A. *Etapas de la Inteligencia uruguaya*. Montevideu: Universidad e la República, 1971.
- BELL, S. *Campanha Gaúcha*. A Brazilian Ranching System, 1850-1920. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- BORGES, V. R. História e Literatura: Algumas Considerações. *Revista de Teoria da História*. Ano 1, nº 3, junho/2010.
- CESAR, G. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL, Corag, 2005.
- CÓDIGO RURAL DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. 7ª ed. Montevideo: Casa Barreiro y Ramos, 1926.
- GARCÍA DE ACEVEDO, Daniel. “El pauperismo rural em el Uruguay de 1910”. *Revista de la Asociación Rural*, año XXXIX. Montevideo, setiembre-octubre de 1910. O título original era: “Informe produzido ante el Congreso Rural Anual de 1910, por el Dr. Daniel García Acevedo, en nombre de la Comisión de

- Estudios para mejorar la situación de la gente pobre de campaña.”
- HALE, C. A. Ideas Políticas y sociales en América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, L. *Historia de América Latina e América Latina: Cultura y Sociedad, 1830-1930*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- MAYA, A. *Ruínas Vivas*. Porto Alegre: Movimento, Universidade Federal de Santa Maria, 2002.
- MARTINS, C. Prefácio. In.: MAYA, A. *Ruínas Vivas*. Porto Alegre: Movimento, Universidade Federal de Santa Maria, 2002.
- MASINA, L. S. S. *Tese e Realidade em Ruínas Vivas de Alcides Maya*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1980.
- MASINA, L. S. S. *Alcides Maya: um sátiro na terra do Currupira*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; São Leopoldo: Unisinos. 1998.
- ORDOÑANA, D. Pensamientos rurales sobre necesidades sociales y económicas de la República. Montevideo: Imprenta Rural a vapor, 1892.
- PESAVENTO, S. J. *Os pobres da cidade*. Vida e trabalho – 1880-1920. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994
- POMIAN, K. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999.
- ROS, F. *La Feria de Melo*. Montevideo: Tip. De “El Nacional”, 1902.
- RUMNEY, J. *Spencer*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- SOUZA, S. B.; PEDROSO, L. F. Fronteira, educação e língua nacional na construção da identidade uruguaia. *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá; v.5, nº.1 jan-jun, 2004. p. 91.

EL LEGADO DE HOBSBAWM

José Carlos Chiaramonte

Historiador, profesor de Filosofía, Facultad de Filosofía y Letras de Rosario, Universidad Nacional del Litoral. Profesor Honorario de la Universidad de Buenos Aires, Argentina. Investigador Emérito del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina (CONICET), con sede en el Instituto Ravnani UBA/CONICET.

EL LEGADO DE HOBBSAWM*

José Carlos Chiaramonte

Elaborar un texto sobre un tema tan vasto como el del legado de Hobsbawm requeriría un tiempo mucho mayor del que he dispuesto desde la invitación que recibí para hablar ante Uds. Lo que haré hoy será reunir recuerdos personales de mis pocos y breves encuentros con Hobsbawm con las reflexiones sobre mis lecturas de trabajos suyos, lecturas que fui haciendo a lo largo de muchos años. Quiero advertir también que en lo que voy a leer he incorporado fragmentos de algunos artículos míos que fueron publicados hace algunos años en la edición argentina de *Le Monde Diplomatique* y en el diario *Clarín*.

La expresión “El legado de Hobsbawm” produce una inquietud: ¿se trata del legado de un destacado intelectual llamado Eric Hobsbawm o sólo de una de sus facetas, la del historiador? El interrogante es válido porque su actividad intelectual no se ejerció sólo en el campo historiográfico sino también en el político. Y en este terreno, lo que podría considerarse como su legado se ve afectado por una circunstancia que configuró para él un dramático y no bien procesado cargo de conciencia. Porque si por una parte Hobsbawm llamaba a no abandonar el combate contra las injusticias sociales, por otra no pudo menos de sentir comprometida la postura moral que implicaba ese mensaje por su nunca abandonada militancia en el Partido Comunista británico luego de las revelaciones de lo ocurrido en la Unión Soviética durante Stalin y sus sucesores.

Lo primero podríamos resumirlo con estas palabras de su autobiografía: “...no abandonemos las armas, ni siquiera en los momentos más difíciles. La injusticia social debe seguir siendo denunciada y combatida. El mundo no mejorará por sí solo”¹. Lo segundo, refiere a la falta de una respuesta suya convincente a la impugnación de sus críticos por la persistencia de su adscripción política. Más aún, a la no admisión de que hubiera una falta en lo que sus críticos le reprochaban.

* Este texto é uma adaptação do seguinte artigo: El legado de Hobsbawm. H-industri@: Revista de historia de la industria, los servicios y las empresas en America Latina. Año 7, Nro. 13, segundo semestre de 2013.

¹ Hobsbawm, Eric (2003). Años interesantes. Una vida en el siglo XX, Buenos Aires Crítica.

Si atendemos al conjunto de su autobiografía se nos hace claro que su vida no fue la de un historiador que además de ocuparse de su oficio, hacía a veces política. Por el contrario, lo que constituye la nota dominante de ese libro es el reflejo de la permanente inquietud política de un intelectual que además, atendía también a su carrera académica y a su obra de historiador que, asimismo, consideraba que debía estar al servicio de esa voluntad política...

...¿Para bien o para mal? Perdonen Uds. este abrupto signo de duda colocado sobre lo que acabo de señalar. Pero quiero atenerme a lo que he llegado a comprender a lo largo de mi oficio de historiador y que ocupa lugar central en el Prólogo a mi último libro, publicado hace un par de meses, uno de cuyos párrafos quisiera leer aquí:

En el transcurso de su labor profesional los historiadores suelen verse inquietados por un fenómeno cuyas manifestaciones se registran desde la antigüedad hasta el presente. Se trata del uso político de la historia, efecto de una relación, la de historia y política, que puede adquirir expresiones diversas. Aunque fundadas siempre en la presunción de la eficacia del conocimiento del pasado para la comprensión del presente, ellas pueden convertirse en una manipulación de los datos históricos en función de objetivos del presente, de manera tal que el afán de conocimiento resulta desnaturalizado. Es por eso que aclarar la cuestión de las relaciones entre historia y política es de capital importancia para el desarrollo de ambas disciplinas, y por lo tanto, para la cultura de un país.
[...]

En nuestras primeras etapas profesionales –agregábamos-, la cultura argentina, y no sólo argentina, estaba fuertemente influida por corrientes que, por razones éticas, postulaban una estrecha y necesaria vinculación de la Historia con los intereses de un sujeto colectivo que, según la postura política o ideológica adoptada, podía ser concebido como “el pueblo”, “el proletariado” o “la nación”. Esto indicaba que la respuesta a aquella inquietud provenía de una concepción de la Historia como instrumento de acción política, o, lo que es lo mismo, de un enfoque del estudio del pasado como una fuente de experiencias útiles para obrar sobre el presente. Esta postura dio lugar a diversas manifestaciones, muchas de las cuales forman parte de lo que se dio en llamar el “compromiso” del intelectual, pero que frecuentemente originó esa manipulación política de la Historia que hemos recordado...²

² Chiaramonte, José Carlos (2013); *Usos Políticos de la historia. Lenguaje de clases y revisionismo histórico*,

De manera que uno de los problemas importantes del caso de Hobsbawm, que excede las posibilidades de ahondarlo en los límites de esta exposición, sería el de determinar en qué medida la profesión de fe política de Hobsbawm obró positiva o negativamente sobre su labor de historiador. Para tranquilidad de Uds., me apresuraría a responder algo que surge de lo que expondré más adelante: que la notable calidad intelectual de Hobsbawm redujo al mínimo, diríamos, el riesgo que acabo de señalar.

Es cierto que el caso de alguien que ha sido, sin lugar a dudas, una de las cumbres historiográficas del siglo pasado, sería de inestimable valor no sólo para rendirle el homenaje que merece sino también para reflexionar sobre uno de los problemas más antiguos de la historia intelectual de la humanidad: el de las relaciones de una gran obra –artística, científica, literaria- con la vida de su autor. Pero, esto configura un asunto que es tangencial al tema de esta conferencia, y que sólo traigo a colación porque deberé hacer algunas referencias circunstanciales al mismo.

En cambio, hay algo vinculado a su postura política que sí constituye parte central para la evaluación de su obra. Se trata del efecto en ella de su adscripción teórica al marxismo. ¿Por qué separar –preguntarán Uds.-, esta adscripción teórica de su correlativa práctica política? Porque su militancia política posee una relación distinta, a mi juicio menos directa, con su obra, mientras que el uso historiográfico del marxismo fue considerado por él como una característica sustancial de ella y a la vez como un programa positivo para el desarrollo de la historiografía contemporánea.

Pero antes de considerar estos problemas, me gustaría exponer algunos recuerdos personales de los breves contactos que tuve con Hobsbawm desde su primera visita a Buenos Aires a fines de los años sesenta, en ocasión de una conferencia que dictó en el CICSO. Luego de la conferencia, tuve con él una entrevista personal en la que charlamos sobre su obra y su utilización de ella en mi cátedra de Historia de la Cultura en la Universidad del Litoral. Años después,

Buenos Aires, Sudamericana, p. 22.

en abril de 1980, lo encontraría nuevamente en México, en un Seminario sobre “Relaciones entre Historia y otras Disciplinas de las Ciencias Sociales”, organizado conjuntamente por la UNESCO y FLACSO, y volvería posteriormente a reunirme con él en Buenos Aires, no hace muchos años, cuando asistió al lanzamiento de una reedición de sus obras por la entonces editorial Grijalbo. Más allá de esos encuentros, fui asiduo lector de sus trabajos, que utilicé en mis clases, para complacencia de los alumnos que también pudieron conocerlos desde la aparición de las primeras traducciones españolas de sus obras hacia 1964.

Pero mi conocimiento de sus escritos era anterior. No recuerdo exactamente el año, posiblemente fuera en 1961, cuando al hojear un número de la revista *Società*, dirigida por el historiador y político comunista italiano Emilio Sereni, me llamó la atención un artículo cuyo autor desconocía, un tal Eric Hobsbawm, y cuyo título era ‘Notas para el estudio de las clases subalternas’. Me sorprendió la calidad de la información, el criterio histórico con que se la manejaba y su trasfondo teórico, en el que era visible el conocimiento de Gramsci, como lo refleja el mismo título del trabajo. Pero, sobre todo, la inteligencia con que se reunía la mejor información disponible con una perspectiva marxista no dogmática, logrando lo que alguien podría haber calificado como conciliación de la herencia empírica anglosajona con una estructura teórica que remitía al autor de los *Cuadernos de la cárcel*, así como a la obra de Marx. Traté de averiguar algo más sobre el autor del artículo, sin mucho éxito. Vivía yo entonces en Rosario y las posibilidades de conseguir bibliografía anglosajona no eran muchas. Algunos años más tarde, en 1964, encontré la edición en castellano de *Las revoluciones burguesas*, cuya edición original había aparecido en Londres en 1962³. Su lectura me apasionó porque, para expresarlo sintéticamente, ya estaban en esta obra muchas de las mejores y conocidas características del autor. Debo agregar, cosa de particular significación para ese entonces, que tenía el mérito de utilizar a Marx con una falta de rigidez que para los años sesenta no era cosa frecuente. Este libro fue durante varios años una de las principales obras de la bibliografía de mi cátedra de Historia de la Cultura en la Facultad de Ciencias de la Educación de Paraná. Recuerdo también que en aquella visita de Hobsbawm a Buenos Aires, hacia fines de los sesenta, le comenté esta circunstancia y le mostré dos impresiones a mimeógrafo

3 Hobsbawm, Eric (1962); *The age of revolutions. Europe 1789-1848.*, Londres.

que los alumnos habían hecho de algunos capítulos y que habían sido prohibidas por la intervención de la Facultad durante el gobierno del general Onganía.

Posteriormente, fueron apareciendo, en ediciones españolas, otros títulos suyos, todos de similar atractivo pese a la diversidad de los temas, como *Industria e imperio* o *Rebeldes Primitivos*. Siempre sorprendía por la capacidad de abarcar la mejor producción historiográfica reciente, por la calidad de su elaboración y, asimismo, por el logro de una de las cosas más difíciles en una obra de historia: la reunión bien lograda de los datos de distintas especialidades, historia económica, historia política, historia intelectual... En años en que la historiografía académica sufría el denominado “imperialismo” de la historia económica, esta capacidad de pensar la historia en perspectiva global, como en el caso nuestro ocurría con Tulio Halperín, era de mayor valor aún.

...las historias de Europa, de Estados Unidos y del resto del mundo -escribía Hobsbawm en su autobiografía refiriéndose a los años sesenta-, siguieron separadas unas de otras: sus respectivos públicos coexistían, pero apenas se rozaban. La historia sigue siendo por desgracia, principalmente una serie de nichos para los que la escriben y para su público lector. En mi generación -agregaba-, sólo un puñado de historiadores ha intentado integrarlos en una historia universal de máximo alcance. Ello fue debido en parte a que la historia no supo prácticamente emanciparse -en gran medida por motivos institucionales y lingüísticos- del marco de la nación-Estado. Volviendo la vista atrás, este provincia- nismo probablemente fuera el principal punto débil de la mater en mi época”⁴

He mencionado recién su libro *Rebeldes Primitivos*. Esta mención me lleva a recordar otra circuns- tancia de su visita a Argentina -relatada por José Nun-, motivada por un rebelde argentino de los años treinta del siglo pasado, no tan primitivo, conocido como Mate Cosido. La investigación sobre marginalidad social, dirigida por Nun, de la que Hobsbawm era asesor, los llevó al Chaco. Allí se enteraron que en la localidad de Presidente Roque Sáenz Peña vivía un policía retirado que hacía tiempo había dado muerte en Misiones a uno de los lugartenientes de Mate Cosido. Cuando Hobs- bawm se enteró, le rogó que fueran de inmediato a buscarlo.

⁴ Hobsbawm, Eric (2003): Años interesantes. Una vida en el siglo XX, Buenos Aires Crítica. p. 270.

Nos dio algún trabajo –cuenta Nun- pero, al fin, localizamos al sargento Ávalos en pleno campo. Nos pusimos a matear y, cuando salió el tema, nos confirmó la historia y comenzó a relatarnos cómo operaba la banda de Mate Cosido. En ese momento, Hobsbawm lo interrumpió y fue él quien continuó el relato. Ávalos no podía creerlo. ¿Acaso la fama y las correrías de Mate Cosido habían llegado a Londres? ‘No -le respondió Hobsbawm-, le estoy contando cómo actuaban en Italia los bandidos sociales del siglo XIX.’ Esa noche, el autor de *Primitive Rebels*, desbordaba de alegría. “Tantos años en los archivos europeos –decía- y vengo a confirmar aquí, en la vida real, todo lo que estudié en las bibliotecas. Es el mejor premio que pude haber tenido”⁵

No es la única oportunidad en que Hobsbawm se ocupó de la Argentina, pues, entre otras circunstancias, hizo interesantes declaraciones sobre la guerra de las Malvinas. Pero esto nos llevaría mucho más tiempo del que hoy disponemos.

En sus libros y artículos se encontraban reflexiones que podían abrir caminos nuevos para la investigación o ayudar a sortear las limitaciones dogmáticas del marxismo. Respecto de eso último, recuerdo uno de sus pocos trabajos dedicados a la historia hispanoamericana, un artículo sobre la provincia peruana de La Convención. En unos años en que la moda del concepto de modo de producción hacía estragos entre los historiadores, Hobsbawm advertía sobre la inconveniencia de atribuir las relaciones serviles que se observaban en esa región peruana en el siglo XIX, a la “supervivencia” de algún modo de producción colonial o prehispánico, pues los hombres, aducía, suelen crear y recrear las mismas pocas relaciones sociales que conoce la historia, en cualquier época en que se reúnan factores similares; tales, como en este caso, la escasa densidad demográfica, la debilidad de los transportes y la penuria de otros recursos, factores que favorecían la difusión de la servidumbre en las grandes propiedades rurales.

El criterio de Hobsbawm rompía la concepción dogmática de la serie de modos de producción y con ello los supuestos teóricos periodizadores que le correspondían. Este tipo de enfoques sorprendían siempre, viniendo de un historiador marxista, por la amplitud de miras que traducían. Pues, en sus diversos

⁵ José Nun, Artículo en Newsweek, 27 de noviembre de 2012.

trabajos, Hobsbawm mostraba una entonces rara capacidad de comprender que la historia era una disciplina con vida propia –no un apéndice de lo político- y, pese a lo que hacen suponer muchas de sus afirmaciones, una alerta actitud ante los riesgos que emanaban de una corriente de pensamiento que podía proporcionarle aportes positivos pero también rigideces dogmáticas. Así, por ejemplo, recuerdo que en su exposición en aquel seminario internacional realizado en México reclamó con sorprendente énfasis poner fin a lo que calificó de una intolerable metafísica de la transformación de los valores en precios, tema entonces de moda entre economistas marxistas.

Por otra parte, predominaba siempre en sus escritos una viva inquietud por las desigualdades sociales y por los conflictos históricos que ellas provocaban, una inquietud avivada por la realidad contemporánea, tal como lo reflejaría en su historia del siglo XX.

Naciones y nacionalismo

En *Las revoluciones burguesas* aparecía ya su perspectiva sobre la historicidad de conceptos como *pueblo* y *nación*, que desplegaría más tarde como nota dominante de su libro *Naciones y nacionalismo desde 1780* - cuya edición inglesa es de 1990-, libro que contiene algunas de las observaciones más agudas que conozco para la comprensión del fenómeno de la emergencia de las naciones contemporáneas. Tal, por ejemplo, la advertencia de que si bien es cierto que siempre existieron en la historia de la humanidad grupos humanos étnicamente homogéneos y con conciencia de esa homogeneidad, lo nuevo del siglo XIX es la pretensión, propia del denominado principio de las nacionalidades, de justificar la existencia estatal independiente en la homogeneidad étnica. Esta perspectiva convertía al denominado principio de las nacionalidades en una cuestionable interpretación del surgimiento de los Estados contemporáneos. Es decir, que la justificación del Estado-nación en términos de nacionalidad era ideológica y no resistía la evidencia histórica, tal como lo muestra la diversidad de grupos humanos que reunían los principales estados europeos al formarse. Tras su aparente sencillez, esa reflexión modifica toda la perspectiva sobre el asunto, al

convertir el concepto de nacionalidad en una construcción histórica, efecto y no fundamento del proceso histórico de formación de las naciones contemporáneas.

No resisto la tentación de leerles un notable, irónico, párrafo, con el que comenzaba una conferencia suya en la American Anthropological Association, publicada en 1992:

Los historiadores somos al nacionalismo lo que los cultivadores de amapola en Pakistán son a los adictos a la heroína: les suministramos la materia prima esencial para el mercado. Una nación sin pasado es algo contradictorio. Lo que hace a una nación es el pasado, lo que justifica que una nación esté en contra de otras es el pasado y los historiadores son las personas que lo producen. De modo que mi profesión, que siempre estuvo ligada a la política, se convierte en un componente esencial del nacionalismo. Mucho más que los etnógrafos, los filólogos y otros proveedores de servicios étnicos y nacionales que también fueron movilizados.

Agregaba luego otras observaciones tan oportunas como la anterior:

Desafortunadamente, la historia que quieren los nacionalistas no es la historia que los historiadores académicos profesionales, incluso aquellos ideológicamente comprometidos, deben suministrar. Es una mitología retrospectiva. Permítanme repetir una vez más las palabras de Ernest Renán: ‘Olvidar la historia o malinterpretarla son factores esenciales en la formación de una nación y explican por qué el avance de los estudios históricos a menudo es peligroso para una nacionalidad.’ En consecuencia –comenta Hobsbawm–, un historiador que escribe sobre etnicidad o nacionalismo realiza una intervención política o ideológicamente explosiva⁶.

Posteriormente seguí atento a sus diversas publicaciones, pese a la inquietud generada por algunas de sus posturas políticas. Esta inquietud surge, por ejemplo, del ya mencionado *Naciones y nacionalismo...*, que ofrece invalorable reflexiones sobre el origen de las naciones pero un no acertado vaticinio sobre

⁶ Hobsbawm, Eric (1992); “Ethnicity and Nationalism in Europe Today”, *Anthropology Today*, Vol. 8, nro. 1, febrero, p. 3.

lo que él presumía como cercana desaparición del nacionalismo. También su controvertida permanencia en el partido comunista inglés, aunque justificada por él con respetables razones de honestidad intelectual, no dejaba de ser sorprendente, más aún teniendo en cuenta su disgusto ante diversas facetas de la Unión Soviética.

De tal manera, padeció las críticas desde los dos extremos del espectro político contemporáneo: por su marxismo, desde posturas de derecha y por su uso del mismo con amplitud de miras, por críticos de izquierda. Características que le valieron ser objeto de la censura soviética, por una parte, como también del mundo editorial francés, por otra, dado que no fue posible editar en Francia la traducción de su historia del siglo XX, publicada finalmente en Bélgica.

Sorprende también que no haya realizado un ahondamiento en las limitaciones del esquema de clases, esquema que, explícitamente o no, se encuentra en sus libros y que no es el más apropiado para lograr una mejor explicación de los conflictos de intereses a lo largo de la historia, incluida la explotación del trabajo humano, cuya persistencia tan generalizada angustiaba con razón a Hobsbawm. Es cierto que la utilización de ese concepto y de los con él relacionados –como *lucha de clases* o *conciencia de clase*– es en Hobsbawm superficial, y diría esto como reconocimiento de un mérito y no como una crítica.

Si hay algo que lo confirma -y que considero que prueba lo que acabo de explicar en la primera parte de mi último libro sobre el lenguaje de clases⁷, es su ensayo sobre “Los intelectuales y la lucha de clases” contenido en *Revolucionarios*, libro publicado en inglés en 1973 y en español en 2010. Este capítulo podemos considerarlo una prueba de cómo el lenguaje de clases es una inercia de conceptos usados irreflexivamente. Pese al título, las únicas veces en que aparece en este largo capítulo la expresión “lucha de clases” es en estos dos párrafos: “En Francia, durante el movimiento de mayo de 1968, el frente divisorio de la lucha de clases pasaba a través de las clases medias” y “Lo que vaya a ser el papel de los intelectuales en la lucha de clases depende en gran medida de las respuestas [a un previo interrogante]”⁸

7 Chiaramonte, José Carlos (2013); *Usos Políticos de la historia. Lenguaje de clases y revisionismo histórico*, Buenos Aires, Sudamericana.

8 Hobsbawm, Eric (2011); *Revolucionarios. Ensayos contemporáneos*, Barcelona, Crítica, pp. 366 y 376.

Si pensáramos que el hecho de que la expresión aparezca sólo dos veces no niega su validez para lo analizado en el artículo, hay que notar que justamente los protagonistas de los conflictos reseñados o aludidos en el texto no son clases sino grupos humanos diversos, como estudiantes, mujeres, jóvenes, negros, intelectuales, entre otros, estudiados desde el punto de vista de sus potencialidades revolucionarias. Esto se hace más visible hacia el final del texto, cuando escribe que es oportuno concluir su ensayo “con un breve examen de las relaciones entre los movimientos de intelectuales y los de obreros, campesinos y otras **capas** perjudicadas.” Aquí los obreros –los únicos a los que en el texto se une la palabra clase, en las referencias a la “clase obrera”- han dejado de ser los contendientes en la lucha de clases para pasar a ser una “capa” entre otras.

Es por todo esto que dije hace unos minutos que el no haberse atado a esos lugares comunes de la literatura política, tales como el de la lucha de clases, era un mérito, porque si algo puede decirse de este ensayo es la riqueza de análisis de un objeto que no resultó justamente el anunciado en el título sino el de la posible capacidad revolucionaria de grupos humanos diversos.

Hobsbawm no se enfrentó al problema entrañado por la concepción de Marx de la historia como lucha de clases y de la misión de una de esas clases de suprimirlas. Pero tampoco se encadenó a los clichés que suelen abundar en trabajos de similar tendencia. Esto se percibe también en otros detalles de su obra, como en el uso restringido del lenguaje de clases, sólo que las traducciones al español nos lo ocultan. Por ejemplo, su libro *The Age of Revolutions*, se publica la primera vez en español como *Las revoluciones burguesas*. Publica *Labouring men: studies in the history of labour*, pero se traduce como *Trabajadores. Estudios de historia de la clase obrera*. Publica *Worlds of Labour: further studies in the history of labour*, pero se publica en español como *El mundo del trabajo. Estudios históricos sobre la formación y evolución de la clase obrera...*

La historia del siglo XX

La *Historia del siglo XX, 1914-1991*, -El tiempo de los extremos [*The Age of Extremes*] en la versión original inglesa, o la historia del siglo XX “corto”, como

gustaba delimitar el autor- es, en su génesis y construc- ción, un libro distinto a sus anteriores⁹. Ya no estamos ante un texto que sólo ofrece al lector informa- ción y explicaciones sobre lo ocurrido en un período dado de la historia, con la sobresaliente maestría para organizar un relato histórico amplio que caracterizaba a Hobsbawm. En este libro que culmina la serie que dedicó al siglo XIX, nos explica en el Prefacio que su motivación y su metodología han sido muy distintas. No sólo porque la incomparable abundancia de fuentes relativas a la historia de esa centuria le parecían imposible de abarcar por una sola persona. Y tampoco por el hecho mismo de que, según aducía, no era especialista en la historia del siglo XX sino en la del siglo anterior. Lo que hace de ese libro una obra de distinta naturaleza es que se trata del producto de la reflexión de un sobresaliente historiador contemporáneo sobre hechos de los que fue testigo, acontecimientos en los que participó y movimientos políticos a los que adhirió.

De esta realidad, que confiesa de entrada para alertarnos sobre los condicionamientos de su tra- bajo, surge la posibilidad de una experiencia poco frecuente: que el lector pueda escuchar a un testigo de parte de lo que narra, evaluar el grado de compromiso de sus juicios y discrepar con lo que escribe, pero siempre descubrir perspectivas distintas, inteligentes y estimulantes. Claro está, que se requiere un lector que no pida a la historia lo que ella no puede dar, la profecía. Un lector, en suma, más atento a las advertencias del prólogo que ansioso por las inciertas inferencias sobre el futuro que podrían extraerse del epílogo.

Sorprendentemente –escribía yo antes del fin del siglo pasado-, la *Historia del siglo XX* iba camino de hacerse un lugar en la historia de la vida cultural del siglo XX “largo”, no sólo por su mérito intrínseco sino por el fenómeno de cultura masiva, a doble faz, que ha protagonizado. Por un lado, su enorme difusión internacional, respecto a lo cual, a los datos que aporta el mismo Hobsbawm en el prólogo de la edición belga de su libro pueden añadirse los de la crecida venta en Argentina.

Por otra parte, le confirió mayor notoriedad el ya señalado rechazo del mundo editorial francés, rechazo cuyas motivaciones son causa de justificada intriga. De esta actitud -que sólo ha podido ser compensada por la mencionada edición belga- lo menos que puede decirse es que es desconcertante. Cuál puede ser el

⁹ Hobsbawm, Eric (1997); *Historia del Siglo XX: 1914-1991*, Barcelona, Crítica.

motivo de tal anomalía, no es cuestión de fácil discernimiento. Previamente a las inquietantes hipótesis que se han formulado o insinuado, debemos recordar ante todo el sorprendente encierro de los principales países europeos en su propio mundo cultural; sorprendente sobre todo para el viajero latinoamericano que arriba al viejo continente con la ingenua visión de una Europa cosmopolita. Y, por otra parte, la sensibilidad empresaria de esos países por su posición en el mercado cultural exterior, en el que la producción francesa tiene un lugar preeminente. Tal como lo reflejaba *Le Nouvelle Observateur*, en la presentación de un reportaje al famoso historiador Georges Duby, publicado en 1982, al comentar con cierta dosis de humor que la escuela histórica de los *Annales*, junto al Renault 5 y al agua de Perrier, era uno de los mejores productos de exportación franceses de ese entonces¹⁰.

El sensible nacionalismo de una parte de la cultura francesa, con el añadido de la histórica rivalidad con Inglaterra, no parece sin embargo motivo suficiente para frenar los negocios editoriales. El hecho mismo de las exitosas ediciones francesas de obras anteriores de Hobsbawm no parecería poder convalidar esa hipótesis. Y las no convincentes explicaciones de un miembro conspicuo de ese mundo intelectual que describía el caso como producto de una evaluación de las características del mercado-, sólo logran fortalecer la hipótesis de algo que pareció asumir aspectos de censura.

La autobiografía de Hobsbawm. Una crisis de conciencia en la periferia de una ortodoxia

Retornemos ahora a los problemas aludidos al comienzo de mi exposición. La expresión “el legado de Hobsbawm” ¿refiere al legado del destacado intelectual o a sólo el del historiador? El interrogante es válido porque, recordémoslo, su actividad intelectual no se ejerció sólo en el campo historiográfico sino también en el político. Y en este terreno su mensaje es afectado por esa dramática inquietud que no logró aclarar de manera satisfactoria. Porque aquellas palabras que transcribimos al comienzo, las de no abandonar nunca el combate contra las injusticias sociales, parecía verse comprometido por su no abandonada pertenencia al partido comunista británico.

¹⁰ *Le Nouvelle Observateur* (1982); “Le Moyen Age retrouvé. Un entretien avec Georges Duby”, nro. 929, 23 août au 3 septembre.

A lo largo de la autobiografía de Hobsbawm, efectivamente, parece flotar una búsqueda recurrente de algo nunca logrado: cómo explicar convincentemente su permanencia en el partido comunista inglés luego de todo lo conocido de la historia soviética. Esas memorias suscitaron inquietud aún entre sus mismos admiradores. Como escribía uno de ellos, un profesor del King's College, en el Suplemento Literario del *Times*, la autobiografía de Hobsbawm no logra una explicación satisfactoria de sus motivaciones. “Cuanto más se acerca a ese problema más confuso resulta”¹¹.

En su autobiografía explicaba que quiso evitar verse en compañía de ex-comunistas devenidos en fanáticos anti-comunistas: “Yo no quise romper con la tradición que fue mi vida” respondía a una periodista del *New York Times* en una entrevista publicada en agosto del 2003 con el título de “Una vida comunista sin disculpas”. “Todavía pienso -agregaba- que fue una gran causa, la emancipación de la humanidad. Quizás la perseguimos por el camino errado [...] pero tienes que estar en esa carrera o la vida no merece la pena de vivirla.” Evidentemente, uno de los autores más consecuentes en el uso de la razón para el análisis de la historia, al intentar explicar la causa de sus decisiones políticas, nos da de ellas una justificación emotiva.

Lo mismo se percibe en diversos lugares de su autobiografía. Por ejemplo, escribe lo siguiente:

Los meses de mi estancia en Berlín hicieron de mí un comunista para toda la vida, o, como mínimo, un hombre cuya vida perdería su carácter y su significado sin el proyecto político al que se consagró siendo un estudiante, a pesar de que dicho proyecto ha fracasado de forma patente, y de que, como ahora sé, estaba condenado a fracasar. El sueño de la Revolución de Octubre permanece todavía en algún rincón de mi interior [...] Lo he abandonado, mejor dicho, lo he rechazado, pero no he conseguido borrarlo. Hoy en día me doy cuenta de que sigo tratando el recuerdo y la tradición de la **URSS con una indulgencia y una ternura** que no siento por la China comunista, pues pertenezco a una generación para la que la Revolución de Octubre representaba la esperanza del mundo, cosa que nunca significó China. La hoz y el martillo de la Unión Soviética eran su símbolo” [resaltado mío]¹².

11 Richard Vinen, según “A Communist Life With No Apology”, By Sarah Lyall; The New York Times, August 23, 2003.

12 Hobsbawm, Eric (2003); Años interesantes. Una vida en el siglo XX, Buenos Aires Crítica., p. 62.

Y en una entrevista anterior a la autobiografía, publicada como libro en el 2000, explicaba así sus motivaciones:

¿Por qué permanecí en el partido durante los años posteriores a la crisis de 1956? Creo que por lealtad a una gran causa y a todos aquellos que, por esa causa, habían sacrificado su vida. Cuando me hice comunista, en 1932, todos estábamos dispuestos a hacerlo. Recuerdo a los amigos y compañeros muertos por aquella causa, a los que sufrieron la cárcel y las torturas -tanto las de los regímenes comunistas como las de los capitalistas- y, no lo olvidaré nunca, a los hombres y mujeres que renunciaron a sus carreras y al éxito para llevar una vida de trabajo agotador y relativa pobreza como funcionarios del partido, con salarios tan bajos como los de cualquier obrero. Yo nunca tuve que hacer semejantes sacrificios. Lo menos que podía hacer era mostrar un mínimo de solidaridad, rechazando las ventajas materiales y profesionales que me habría reportado abandonar el partido.¹³

Creo que las respuestas de Hobsbawm, aunque pueden juzgarse como insatisfactorias, tienen el valor de ser una franca y valiente explicación de algo que él mismo percibe como una debilidad. Además, la debilidad de esas explicaciones no puede servir de argumento para juzgar del valor de su obra historiográfica, porque lo cierto es que no la supeditó a aquella “indulgencia” que se atrevía a confesar.

Hobsbawm y el marxismo

Respecto del uso del marxismo en su trabajo historiográfico, cabe también formularnos la pregunta de en qué medida favoreció o perjudicó sus trabajos de historia. Lo que me parece indudable es que usó lo mejor que podía extraer de la obra de Marx, pero sometido al control de los datos provenientes de los avances historiográficos de su tiempo. Fue justamente su condición de profundo estudioso de la historia, con un amplísimo conocimiento de la producción historiográfica contemporánea, lo que le hizo posible evitar limitaciones dogmáticas. Detrás de la imagen que quiso dar de sí mismo como un fervoroso militante de la causa del comunismo, así como un fiel seguidor del fundamento teórico de esa causa, la doctrina marxista, en su obra de

13 Hobsbawm, Eric (2000); Entrevista sobre el siglo XXI, Barcelona, Crítica, p. 215.

historiador Hobsbawm practicó una libertad de pensamiento que estaba lejos del dogmatismo usual proveniente de tal tipo de decisiones personales.

Agregaría que en este punto no debemos engañarnos por la lectura de algunos de sus textos teóricos –conferencias, ponencias a congresos, entrevistas- en los cuales se dedica a analizar la contribución del marxismo a la renovación de la historiografía desde fines del siglo XIX. Son textos de los que emana una postura que, en su apología de Marx, traslada al plano teórico la fe del militante comunista. Por ejemplo, es el caso del ensayo “La contribución de Karl Marx a la historiografía”, publicado por primera vez en español en 1977, en el que parte de distinguir lo que denomina marxismo vulgar de lo que juzga como el verdadero contenido de la doctrina de Marx, así como se ocupa luego de un tema muy vivo en esos años, el de las relaciones del marxismo y el estructuralismo. A diferencia de la aguda percepción crítica que muestra en el uso de los datos en sus obras de historia, en ese texto pasa por alto el significado de algunos de los más importantes que maneja. Así, por un lado, señala algo que frecuentemente se ha ignorado, que el mismo Marx, “...negó poseer –escribía Hobsbawm- la primacía de la introducción de los conceptos de clase y de lucha de clases en la historia”¹⁴. Lamentablemente, no ahonda en esto, algo que puede ayudar a comprender la naturaleza del denominado lenguaje de clases, sobre todo, si recordamos lo que Marx agregó a esa declaración hecha en carta a un amigo socialista alemán, cuyo texto completo es el siguiente:

Y ahora, en lo que a mí respecta no ostento el título de descubridor de la existencia de las clases en la sociedad moderna, y tampoco siquiera de la lucha entre ellas. Mucho antes que yo, los historiadores burgueses habían descrito el desarrollo histórico de esta lucha de clases, y los economistas burgueses la anatomía económica de las clases.

14 Hobsbawm, Eric (1983); *Marxismo e historia social*, Puebla, Instituto de Ciencias de la Universidad Autónoma de Puebla, p. 85.

Esto es lo que Hobsbawm citaba resumidamente, a lo que agregaba Marx de seguido:

Lo que yo hice de nuevo fue demostrar: 1) que la existencia de las clases está vinculada única- mente a fases particulares, históricas, del desarrollo de la producción; 2) que la lucha de clases conduce necesariamente a la dictadura del proletariado; 3) que esta misma dictadura sólo constituye la transición a la abolición de todas las clases y a una sociedad sin clases¹⁵.

En el momento en que Hobsbawm escribía ese texto hacía tiempo que estaba claro que el ensayo de llevar a la práctica la dictadura del proletariado en la Unión Soviética había dado como resultado una dictadura de otro sujeto histórico, un partido político y no de una clase social, que ella había fracasado, y que la afirmación de una lucha entre las clases sociales que conduciría a una dictadura de una de ellas, el proletariado, tampoco era algo que pudiese ser probado mediante la historia de los trabajadores de los principales países capitalistas.

Por eso, pienso que la mejor forma de explicar en qué consiste el valor de la obra historiográfica de Hobsbawm, es la de reconocer que frente a las limitaciones que su credo político podría haberle impuesto, simplemente prevaleció su talento, su talento como historiador, unido, es cierto, a su sobresaliente calidad de escritor. Diría, también, recurriendo a una expresión que he utilizado reciente- mente, que pese al fuerte compromiso político, la obra de Hobsbawm no cae bajo el concepto de “uso político de la Historia”. Más bien, podríamos agregar mediante un juego de palabras, que una de las características más destacables de esa obra sea la de haber hecho un inteligente **uso histórico de lo político**, es decir, un aprovechamiento de las experiencias vividas como participante en la política de su tiempo, para enriquecer su comprensión de la evolución de los acontecimientos históricos de los siglos XIX y XX.

Es por eso que más allá de las preguntas sin respuestas que surgen de la apasionante autobiografía que publicó en el 2002, Hobsbawm constituye, indudablemente, uno de los mayores historiadores contemporáneos. Tal como

15 Marx a Weydemeyer, Londres, 5 de marzo de 1852, en Marx, Carlos y Federico Engels (1947); Correspondencia, Buenos Aires, Problemas, p. 73.

reconocía una recensión de ese libro hecha en *The New York Times*, al destacar que pese a su credo político, Hobsbawm logró instalarse en lo más alto de la estima británica debido a su rigor intelectual, a lo insaciable de su curiosidad, a su asombrosa amplitud de intereses y, producto de todo eso, a la riqueza incuestionable de su labor historiográfica.

Referências

- CHIARAMONTE, J. C. Usos Políticos de la historia. Lenguaje de clases y revisionismo histórico. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.
- HOBSBAWM, E. *Años interesantes*. Una vida en el siglo XX. Buenos Aires: Crítica, 2003.
- _____. *Entrevista sobre el siglo XXI*. Barcelona: Crítica, 2000.
- _____. Ethnicity and Nationalism in Europe Today. In: *Anthropology Today*. Vol. 8, no. 1, febrero, p. 3, 1992.
- _____. *Historia del Siglo XX: 1914-1991*. Barcelona: Crítica, 1997.
- _____. *Marxismo e historia social*. Puebla: Instituto de Ciencias de la Universidad Autónoma de Puebla, 1983.
- _____. *Revolucionarios. Ensayos contemporâneos*. Barcelona: Crítica, 2011.
- _____. *The age of revolutions*. Europe 1789-1848. Londres, 1962.



**CAIO PRADO JÚNIOR:
UMA IDÉIA DE REVOLUÇÃO BRASILEIRA OU
A EVOLUÇÃO EM LUTA COM A DIALÉTICA**

Diorge Alceno Konrad

Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Professor de História do Brasil e Teoria e Metodologia da História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Trabalho, Movimentos Sociais e Políticos, Rio Grande do Sul e Brasil.

CAIO PRADO JÚNIOR: UMA IDÉIA DE REVOLUÇÃO BRASILEIRA OU A EVOLUÇÃO EM LUTA COM A DIALÉTICA

Diorge Alceno Konrad

*A transformação em oposição à conservação do status quo.
É de uma teoria dessas que necessita a revolução brasileira
(Caio Prado Júnior, em *A Revolução Brasileira*).*

Em 1966, com *A revolução brasileira*, Caio Prado Júnior coroou sua tese iniciada em 1933, em *Evolução política do Brasil*: o Brasil foi capitalista desde o princípio da conquista portuguesa do território¹.

Consolidou ao mesmo tempo sua posição diante das teses do PCB influenciadas pelo enquadramento da III Internacional Comunista sobre os países identificados como semicoloniais ou semifeudais: para ele, a formação social brasileira nunca comportou o feudalismo como modo de produção.

Caio Prado Júnior se posicionou de um lado frente a um legítimo debate, mas falso em suas premissas, tanto quanto aqueles que ele acertadamente criticava e que tinham nas elaborações de Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré as mais desenvolvidas elaborações. Tento demonstrar isso nesse ensaio. Um caminho possível com a análise interna de sua produção historiográfica e teórica, mas insuficiente se não contextualizado no tempo do próprio autor e em outras interpretações do que passou a ser chamado de realidade brasileira.

Somente assim, pode-se ter uma dimensão das contribuições do autor para a historiografia brasileira e os seus próprios limites. Portanto, o que se pretende aqui é uma interpretação historiográfica, mas também teórica e política desse fundador de uma idéia sobre a formação social brasileira.

¹ Essa formulação genérica não foi mudada substancialmente em maio 1977, quando Caio Prado Júnior escreveu a sua perspectiva sobre a revolução brasileira. Cf. *A revolução brasileira*. 5 ed. São Paulo, Brasiliense, 1977, p. 239-67, especialmente p. 239, quando afirma que o Brasil "é um país que no contexto do mundo moderno (...) não representa mais que um setor periférico e dependente do sistema econômico internacional sob cuja égide se instalou e originariamente organizou como colônia a serviço dos centros dominantes do sistema. E em função dessa situação se estruturou econômica e socialmente". Com o ensaio *A revolução brasileira*, Caio Prado Júnior recebeu o prêmio Juca Pato em 1966, sendo agraciado como o intelectual do ano no Brasil.

A Formação do Brasil Contemporâneo e A Revolução Brasileira: uma interpretação do Brasil

Na primeira edição de *Evolução política do Brasil*, justamente quando predominava o “obreirismo” no Partido Comunista do Brasil (PCB), Caio Prado Júnior afirmou que sua intenção não era fazer uma História do Brasil completa, mas realizar apenas um ensaio que fosse uma síntese da evolução política do país, resgatando uma história avessa aos heróis e aos grandes fatos das classes dirigentes, mas sem abandonar essas mesmas classes. Assim, como bem colocou Carlos Guilherme Mota, “as classes emergem pela primeira vez nos horizontes da explicação da realidade social brasileira – enquanto categoria analítica”². Por isso, e por outras questões, como indicaram Jayro Gonçalves Melo e José Carlos Barreiro, Caio Prado Júnior foi um dos “agentes de ruptura” no panorama da historiografia brasileira, através de “uma preocupação permanente com a recuperação da memória histórica das ‘camadas populares’”³.

Porém, afirmava ali que sua intenção, a partir de um método relativamente novo, o materialismo, era ir além da superfície dos acontecimentos, como faziam os historiadores de até então, os quais não viam que acontecimentos tais como as expedições sertanistas, as entradas e bandeiras, as substituições de governos e governantes e as invasões ou guerras eram apenas reflexos exteriores de algo mais profundo, expressão glorificada das classes dirigentes e da história oficial.

O autor, um dos primeiros a buscar interpretar a formação social brasileira a partir de pressupostos teóricos do materialismo histórico, incorporou, procurando negar e superar muitos dos historiadores tradicionais. Assim, a dificuldade sobre um material que ainda estava por constituir-se, problema apontado explicitamente no prefácio acima citado, expressava a necessidade do acesso a muitas fontes ainda inéditas, mas imprescindíveis para uma história mais ampla e crítica sobre o

2 Ver MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Coleção Ensaios, n 30. 4 ed. São Paulo, Ática, 1978, p. 28. Do mesmo autor, conferir também o artigo “A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: uma tentativa de crítica”, onde aborda a obra de Caio Prado Júnior de 1933, como um dos “redescobridores do Brasil”. In. *Debate e Crítica*. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais, n. 5. São Paulo, s/ed., 1975, p. 1-26.

3 Cf. “A questão da ruptura na historiografia brasileira”, escrito por Melo e “A memória do trabalho”, redigida por Barreiro. In. D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal*. Ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura/Brasiliense/Ed. da UNESP, 1989, p. 97 e 108, respectivamente.

Brasil⁴. Caio Prado Júnior estava consciente desses limites, mas ao mesmo tempo esta justamente aqui parte dos limites de sua interpretação.

Certamente aí está boa parte da razão da utilização de categorias teóricas tradicionais, como descoberta e colonização⁵, sem o necessário e apurado rigor crítico sobre elas, incorporadas de autores precedentes, mas que marcaram boa parte da obra de Caio Prado Júnior. Em *Evolução política do Brasil*, Caio Prado Júnior parece mais “aplicar” o pensamento marxista nas obras existentes sobre o processo histórico-político brasileiro do que estudá-lo concretamente. Porém, esse limite deve ser visto em sua época, haja vista a relativa recepção tardia que o materialismo histórico, em particular, e o marxismo, em geral, tiveram no Brasil. Mesmo assim, essa obra marcaria em originalidade, sobretudo por Prado Júnior na época em que escreveu já ser um teórico-militante.

Na obra de 1933, ao tratar do caráter geral da colonização brasileira⁶, o pensador, oriundo da tradição oposicionista do Partido Democrático de São

4 Cf. o prefácio em PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1953, p. 7-9. Na primeira e segunda edições, *Evolução* tinha como subtítulo “Ensaio de interpretação materialista da história brasileira”, como nos mostra Francisco Iglésias em “Um historiador revolucionário”, a introdução de *Caio Prado Júnior*. Cf. a Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 26. São Paulo, Ática, 1982, p. 7. 5 Caio Prado Júnior inicia o primeiro capítulo utilizando o termo colonização, o que marcará boa parte da primeira obra. Quanto à descoberta do Brasil, as frases “depara-se Portugal com um território imenso” e “abandonada não poderia a nova conquista permanecer livre das incursões de aventureiros estranhos” demonstram que o autor tinha uma dimensão crítica em relação a categorias explicativas usadas pelo seu novo referencial teórico. Contudo, no primeiro capítulo aparece o pressuposto de que Portugal colonizava por “direito de descoberta”, o que reproduz a legitimação histórica dos próprios conquistadores e versões de autores anteriores como Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Rocha Pombo, Antonil, Taunay e outros. Em outra obra, autor fala que os acontecimentos “que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimentos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu”. Cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. 19 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 22. Outro conceito utilizado de forma tradicional por Caio Prado Júnior foi o de povoamento, como mostrou Nicholas Davies, no qual não é designada a ocupação de um espaço físico por seres humanos, mas apenas a ocupação pela sociedade colonial expansionista. Ver “As camadas populares nos livros de História do Brasil”. In. PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. Coleção Repensando o Ensino. São Paulo, Contexto, 1988, p. 101. Não nos aprofundaremos aqui nas críticas sobre os deslizes cometidos por Prado Júnior no capítulo sobre as raças (em torno de conceitos como “pureza racial” ou “raça bastarda”) em *Formação do Brasil Contemporâneo*, inclusive apontadas por Francisco Iglésias na introdução de *Caio Prado Júnior*, p. 24 e por Jayro Gonçalves Melo, segundo o qual Caio Prado Júnior atribui à categoria uma essencialidade supra-histórica. In. D’INCAO, Maria Ângela (Org.), op. cit., 1989, p. 98-9.

6 Todas as referências ao primeiro capítulo se encontram em PRADO JÚNIOR, Caio, 1953, op. cit., p. 11-30. Sobre o caráter inicial e geral da formação econômica brasileira, ver também o capítulo 2 de *História Econômica do Brasil*, publicado originalmente em 1945. Cf. a 35 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 13-23. Esse capítulo não traz novidades de fundo em relação ao que Prado Júnior expôs em *Formação do Brasil Contemporâneo*, assim como o *post scriptum* do livro, escrito em janeiro de 1976, que apenas atualiza o debate sobre o imperialismo, mas mantendo a tese da origem colonial dos problemas econômicos do Brasil. Cf. idem, p. 345-56.

Paulo, com quem fez a ruptura de classe⁷, mas já integrado no PCB, cuja adesão aconteceu em 1931⁸, afirmou que a sedenta burguesia comercial portuguesa deparou-se com um território imenso (o futuro Brasil), tendo apenas um produto à disposição daquele povo comerciante (o pau-brasil), o que justificou o abandono inicial por trinta aos. Porém, logo percebeu que a “única forma de defesa” dessa conquista “de centenas de léguas de terra que lhe cabiam por direito de descobrimento” seria a colonização.

A “colonização” propriamente dita, iniciada por um “ensaio de feudalismo” via capitânicas hereditárias, pois os donatários não gozavam de nenhum direito direto sobre a terra, além de pagamento de vários tributos à Coroa, acabou não vingando e “decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço algum de relevo na formação histórica do Brasil”.

O passo seguinte, para Caio Prado Júnior, foi a distribuição de sesmarias em forma de propriedade alodial, através dos forais dos donatários, não comportando “qualquer relação de caráter feudal, vassalagem ou outra”, pois as terras eram “alienáveis por livre disposição dos proprietários e não criavam laço algum de dependência pessoal”. A partir disso se conclui que, diferentemente da Europa feudal saída da invasão dos bárbaros, no Brasil Colônia, a “simples propriedade da terra, independente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda, nada significa”, pois “a organização político-econômica não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo”. Assim, para o autor, faltou aqui o “caráter econômico fundamental do feudalismo europeu”.

Que caráter econômico predominou então na economia colonial? A justificativa é de que a formação e a existência do latifúndio brasileiro não poderiam ser medidas pela extensão dos mesmos. A questão a responder era se no latifúndio predominava a grande exploração agrícola ou o trabalho individual

7 Ver sobre isso a caracterização feita por Fernando Novais em “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In. MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 9-26.

8 Inicialmente militante comum, Caio Prado Júnior transformou-se em 1935 em vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em São Paulo, frente antifascista e antiimperialista organizada pelos comunistas, anarquistas, outras correntes de esquerda e por liberais radicais. Isso lhe valeu a prisão e um exílio na França, ainda antes do Estado Novo. Voltou ao país em 1939, tendo a partir dali uma atuação semiclandestina. Voltaria a ser preso algumas vezes após o Golpe de 1964.

de pequenos agricultores autônomos que lavravam terra própria ou arrendada. Caio Prado Júnior é enfático: não há dúvidas de que a economia agrária colonial sempre teve o caráter de grandes “indústrias agrícolas”, tanto nas lavouras de cana e engenhos de açúcar como nas voltadas para a atividade pecuária, pois “a pequena propriedade não encontrou terreno favorável para se desenvolver na economia da colônia. Assim, predominou a grande propriedade que produzia para o mercado externo, haja vista que o interno, assim como a economia urbana, era praticamente inexistente, ao menos no primeiro século e meio da “colonização”. Portanto, era no campo que se concentrava a vida da colônia e a economia agrária era “a sua única base material”.

É numa base essencialmente escravista, primeiro com mão-de-obra indígena, depois negra, que Prado Júnior vê assentar-se a economia colonial brasileira, gerando as duas classes sociais principais: os proprietários rurais e a massa dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Mas categorias fundamentais para o referencial do materialismo histórico para o estudo de uma formação social específica como relações de produção ou modo de produção não eram ali manejadas pelo autor.

Juntamente com a base econômica voltada para a exportação, Portugal implementou a exclusividade do comércio exterior colonial, fator de desenvolvimento inicial do território, mas entrave posterior, principalmente a partir de meados do século XVII, canalizando pra si toda a atividade comercial de exportação e importação, o que assumia o caráter de “parasitismo colonial”⁹.

Coerente com sua formulação inicial Caio Prado Júnior escreveria nove anos depois, em 1942, que o Brasil colonial e o início do século XIX eram a “chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior”. Era a chave para se entender a *Formação do Brasil Contemporâneo*, erigida sobre a base e o passado colonial, como já havia anunciado na obra anterior.

Assim, os atos preparatórios da emancipação política do Brasil visualizavam que “o *sistema colonial* na totalidade de seus caracteres econômicos e sociais” e a “obra colonizadora dos portugueses na base em que se assentava”, se apresentavam prenhes de “transformações profundas”.

⁹ Esta problemática é desenvolvida no segundo capítulo de PRADO JÚNIOR, op. cit., 1953, p. 31-41.

Para Prado Júnior, no século XX ainda persistia o caráter fundamental daquela economia colonial assentada na produção intensiva para o mercado exterior, de onde se estruturava “a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela”, não tendo sido completada a transição da economia colonial para a nacional.

Foram estas considerações de *Formação do Brasil Contemporâneo*, que levaram o próprio advogado, economista, filósofo e historiador a considerar que havia chegado “a uma interpretação do Brasil de hoje”, uma “síntese do Brasil” que já saiu “formado e constituído dos três séculos de evolução colonial”¹⁰.

No primeiro capítulo de *Formação* procurou demonstrar o sentido da colonização¹¹, constatando que Portugal havia se transformado em país marítimo, desligando-se assim do Continente e voltando-se para o Oceano, tornando-se uma grande potência colonial na nova ordem do mundo moderno. Dessa forma, a “colonização portuguesa na América” era apenas “a parte de um todo, incompleto sem a visão desse todo”, que significava o processo que integraria o Universo todo em uma nova ordem em que “a Europa, ou antes a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte”.

Caio Prado Júnior não fazia nesse instante uma simples constatação histórica, mas considerava, a partir do que entendia como seu método de análise, que “hábitos viciados de pensamento” que vêm a descoberta do território dos portugueses como um acontecimento fatal e necessário, impediam de perceber o caráter que Portugal dará à sua obra colonizadora, impedindo ao mesmo tempo de se ver como esta se gravará “profunda e indelevelmente na formação e evolução do país”¹².

Restava responder uma segunda questão: se a economia colonial era integrada à da metrópole, qual seria o caráter econômico dessa última para compreender também a primeira. Isto é, era necessário entender por onde se davam os mecanismos de ligação que marcavam as estruturas econômicas

10 Ver a introdução em PRADO JÚNIOR, Caio, op. cit., 1986, p. 9-13.

11 Como colocou Fernando Novais, o “sentido da colonização” é uma categoria analítica básica para Caio Prado Júnior e não apenas o título de um capítulo. Ela dá conexão de sentido entre as partes específicas da análise com o todo, entre o geral e o particular, entre uma região e o conjunto do mundo colonial. Cf. op. cit., 1986, p. 19-21. Daí o seu estilo reiterativo, termo utilizado por Rubem Murilo Leão Rêgo para caracterizar o método de exposição pradiana, “como um instrumento capaz de repor a explicitação dos nexos essenciais da experiência brasileira”. Cf. *O sentimento do Brasil*. Caio Prado Júnior – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000, p. 223.

12 Ver PRADO JÚNIOR, Caio, 1986, p. 21.

de ambas, colônia e a metrópole, possibilitando assim a compreensão da sua “evolução” futura. Ora, se a metrópole, ao proceder a “colonização” do Brasil estava ligada a um processo de transição do feudalismo para o capitalismo, então a colônia integrada àquela apresentava identidade semelhante, sendo essa relação essencialmente estabelecida pelo comércio. Numa fase de predomínio do “capitalismo mercantil”¹³, a colônia é vista como uma extensão metropolitana, pois o centro da análise é feito no processo de circulação de mercadorias.

O chamado circulacionismo produziu a tese de que o Brasil era capitalista desde os tempos coloniais. Implicitamente, isto estava dado desde as primeiras obras iniciais de Caio Prado Júnior, produzindo uma geração de historiadores e cientistas sociais, com razoável influência acadêmica.

A determinação externa na formação social brasileira, através desse método de abordagem, marcará a obra de Caio Prado Júnior¹⁴. E o privilégio do método de abordagem, sobre as questões práticas da política o diferenciará, mesmo no interior do PCB¹⁵, das teses da III Internacional Comunista, aceitas em seu conteúdo pelo Partido desde a década de 1920, quando este se filiou àquela organização¹⁶.

Como resultado prático, serão produzidas estratégias diferenciadas sobre o caráter da revolução brasileira, que oriundas do entendimento sobre a formação social e histórica do país, levando a um distanciamento entre as posições teóricas que defendiam o passado colonial do Brasil como feudal ou

13 Desde já saliente que não me filio às tradições teóricas que afirmam a existência de um modo de produção capitalista mercantil, quando esta fase de transição apenas caracterizava genericamente a fase de acumulação primitiva de capital (tanto externa como interna, no caso da Europa Ocidental), que possibilitaria apenas entre o final do século XVIII e o início do século XIX a consolidação de um modo de produção capitalista, assentado na produção industrial, como no exemplo clássico da Inglaterra.

14 Caio Prado Júnior afirma que se formos na essência da nossa formação, “veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes. Depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu”. Assim, é com tal objetivo “voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras”. Cf. op. cit., 1986, p. 31-2.

15 Caio Prado Júnior chegou a ser eleito deputado estadual de São Paulo pelo Partido Comunista do Brasil, tendo seu mandato cassado em 1947.

16 As teses que defendiam o conteúdo semicolonial ou semifeudal, estabeleceram a estratégia de revolução democrática burguesa, isto é, primeiro deveria ser feita uma revolução burguesa para consolidar o capitalismo para somente após iniciar a revolução socialista. Essa estratégia também foi chamada de revolução em duas etapas, oriunda da defesa revolucionária feita por V. I. Lênin para a Rússia de 1905. Sobre as estratégias de revolução para o Brasil, oriundas da III Internacional, ver PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, especialmente p. 63-84.

semifeudal e outras, como a de Caio Prado Júnior, que na visão integradora entre metrópole e colônia, considerou o Brasil como capitalista a partir da consolidação do processo de “colonização”. É dentro dessa última compreensão que se estrutura a obra inicial de Caio Prado Júnior.

Como já disse João Antônio de Paula, “é necessário reconhecer, como em qualquer caso, as limitações do livro *Formação do Brasil Contemporâneo*”, mas a obra tem “suas virtudes”:

(...) sobretudo uma que parece decisiva, que é o fato de Caio Prado Júnior ter buscado entender a colonização portuguesa, a presença e a empresa portuguesa na América, no contexto das grandes transformações que a Europa, que o mundo viviam, a partir do conjunto de processos que têm sido chamados de constituintes da modernidade, e de que a conquista e colonização do Novo Mundo é capítulo importante. (...) De resto, é possível mostrar, sem maior esforço, a compatibilidade entre o essencial da tese de Caio Prado Júnior, a colonização ibérica, como capítulo da acumulação primitiva do capital, com as contribuições, de resto significativas, que têm apontado de um lado para a existência de processos, que recomendam que se fale em “modo de produção colonial” e de outro lado para que se busque entender estas realidades à luz de interações mais amplas e complexas, seja no âmbito intra e intercolonial, seja no plano das relações intermetropolitanas¹⁷.

Em 1966, vinte e quatro anos depois de *Formação* e depois de dois anos do Golpe Civil-Militar, que havia derrotado a estratégia de revolução em etapas defendida pelo PCB, Caio Prado Júnior escreveu *A revolução brasileira*. Entendendo revolução como a transformação estrutural do regime político e econômico-social e não apenas como a derrubada de um governo e a tomada do poder, o historiador reafirmava a antiga crítica frente às concepções duais de revolução brasileira, ao mesmo tempo em que, com otimismo, dizia que o Brasil se encontrava num momento em que se impunha “de pronto reformas e transformações capazes de reestruturarem a vida do país de maneira consentânea com suas necessidades mais

17 Ver: PAULA, João Antônio de. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 17, número 1 (29), p. 1-19, 2006, especialmente p. 2.

gerais e profundas, e nas aspirações da grande massa da sua população”, momento em que se fazia necessário o “desajustamento de suas instituições básicas”¹⁸.

Esse “desajustamento das instituições básicas” era entendido por Caio Prado Júnior em torno da “revolução brasileira” e a sua “natureza” ou o seu “tipo”: “socialista”, “democrático-burguesa” ou outra qualquer¹⁹. Porém, novamente a questão que se apresentava para Prado Júnior dependia de um problema metodológico, pois para o autor, perguntar a “natureza” ou o “tipo” de uma revolução era colocar uma questão insolúvel na prática, pois partia de “convicções predeterminadas de ordem puramente doutrinária e apriorística”, lhe faltando uma “outra premissa mais objetiva e concreta”, porque “do simples conceito de revolução dessa ou daquela natureza” nada se poderia extrair “em matéria de norma política e de ação efetivamente praticável”. Por isso, era necessário primeiro determinar os fatos que a constituiriam, fixando as “reformas e transformações cabíveis” e que se verificariam “no curso da mesma revolução”²⁰.

Contra os esquemas teóricos pré-estabelecidos e a favor de análise da conjuntura econômica, social, política real e concreta em sua dinâmica própria dever-se-ia buscar as contradições, bem como as suas soluções, as quais não deveriam ser trazidas de fora do processo histórico em questão. Para Caio Prado apesar de mais cedo ou mais tarde saber que a humanidade desembocaria no socialismo, como previsão marxista, isso não implicava necessariamente incluí-la “em todos os lugares e a todos os momentos, na ordem do dia” da luta social e política. Por isso, esta previsão não excluiria a “concentração da luta em objetivos que imediatamente e de forma direta se relacionam com a revolução socialista”, podendo mesmo contrariá-la²¹. Tudo isso dependia do método de análise defendido por Prado Júnior como necessário para construir a teoria da revolução brasileira. Sobre isso, afirmou o autor:

18 PRADO JÚNIOR, Caio, op. cit., 1977, p. 11-2.

19 Marco Aurélio Garcia mostra que as dissidências da esquerda que mantinha a estratégia da revolução democrático-burguesa, muitas delas gestadas no interior do Partido Comunista, apesar de se orientar pela revolução socialista, utilizaram o ensaio *A revolução brasileira* “como uma arma contra os seus adversários na esquerda”. Cf. “Um ajuste de contas com a tradição”. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.), op. cit., p. 276-7.

20 Idem, ibidem, 1977, p. 14-5.

21 Idem, ibidem, 1977, p. 16-7.

(...) A teoria da revolução brasileira para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico que se resulta. Processo esse que, na sua projeção futura dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação* e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos²².

Caio Prado afirmava estar criticando aqui os esquemas defendidos pelos comunistas²³, oriundos de uma visão que procurava encaixar nos conceitos a realidade concreta, deformando grosseiramente as “circunstâncias verdadeiras da nossa economia e estrutura social e política”, o que teria concorrido para os erros cometidos na interpretação da realidade brasileira e que levaram ao “desastre do 1º de abril” de 1964. Diante disso, a “política revolucionária ficou exposta ao sabor das circunstâncias imediatas, oscilando continuamente entre os extremos do sectarismo e do oportunismo, e sem uma linha precisa capaz de orientar seguramente, em cada momento ou situação, a ação revolucionária”²⁴.

Aqui, a crítica de Caio Prado Júnior passa a ser efetivada contra os esquemas teóricos que afirmavam a necessidade da humanidade e do Brasil passar obrigatoriamente pelos estágios sucessivos de desenvolvimento anteriores ao socialismo como o feudalismo e o capitalismo, nessa ordem invariável e predeterminada. Para o autor, esse método que segue modelos é um método antidialético de ver o processo histórico, o qual nega o devenir histórico. Nele estariam as teses geradas no país na década de 1920 - principalmente a partir do VI Congresso da III Internacional, em 1928 -, em torno da “revolução agrária e antiimperialista” e consolidadas no Congresso do PCB em 1954, oriunda da análise de Lênin sobre a Rússia czarista e que buscava superar no Brasil a dominação das grandes potências capitalistas e também a etapa feudal, supondo a existência do feudalismo em nossa formação social. Como em *Formação do*

22 Idem, *ibidem* 1977, p. 19.

23 Sem ser explícito, evidentemente Caio Prado Júnior criticava duas orientações comunistas existente no Brasil da década de 1960, inspiradas nos modelos russo e chinês e patrocinadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

24 Grifos nossos. PRADO JÚNIOR, *op. cit.*, 1977, p. 29.

Brasil Contemporâneo, Prado Júnior mais uma vez nega, peremptoriamente, a existência de um sistema feudal, semifeudal ou aparentado ao feudalismo na história brasileira, pois para ele a grande propriedade rural se formou na base da exploração comercial em larga escala e realizada com o braço escravo introduzido *juntamente com essa exploração, e por ela e para ela*. Em decorrência, esse sentido inicial da colonização fazia com que na década de 1960, quando era escrito o livro, a luta dos trabalhadores do campo não fosse pela conquista da terra, mas sim pela “obtenção de melhores condições de trabalho e emprego”. Portanto, o problema central da questão agrária no Brasil seria outro²⁵, como afirma adiante o historiador:

(...) concluindo a nossa análise relativamente à natureza e direção em que se evolui o processo histórico-social atualmente em curso na economia agrária brasileira, o que nele se observa e se propõe, não é essencialmente a questão da terra. O que avulta naquele processo e constitui seu motor e dinamismo básico são as contradições nele presentes ligadas a relações e situações de emprego²⁶.

Isso porque, segundo Caio Prado Júnior, “a economia agrária brasileira não se constituiu a base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado, sobretudo o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus”. Essas mesmas condições da colonização brasileira teriam “sua origem na mesma civilização e cultura ocidentais que seriam berço do capitalismo e do imperialismo”, sendo oriundas de um processo histórico preexistente ao imperialismo, mas que o engendrou, “a saber, o

25 Essas idéias aqui sintetizadas estão desenvolvidas por Caio Prado Júnior no capítulo “A teoria da revolução brasileira”. Cf. *idem*, 1977, p. 29-75. Uma visão mais ampla de Caio Prado Júnior sobre o problema agrário no Brasil, e a crítica a uma idéia de reforma agrária contra os “restos feudais” ou “pré-capitalistas” pode ser visto na reunião de seus artigos publicados na *Revista Brasiliense* (cujo n. 52 teve sua composição destruída pela polícia política após o Golpe de 1964) nos anos precedentes a Ditadura Civil-Militar e editados conjuntamente em *A questão agrária*. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. Nesse livro, além da nota prévia escrita em novembro de 1978, há também um artigo crítico de Cláudio Tavares chamado “Caio Prado e a questão agrária no Brasil”, com réplica de Prado Júnior.

26 Ver o capítulo “Programa da revolução brasileira”, *idem*, 1977, p. 152.

capitalismo comercial". Assim, na análise pradiana o Brasil transitou de uma colônia com as características apontadas acima, para buscar uma "coletividade nacionalmente integrada, isto é, voltada para si mesma e estruturada social e economicamente em função de sua individualidade coletiva e para atender as aspirações e necessidades próprias" (processo este iniciado com a chegada da família real em 1808 e consolidado com a formação do Estado brasileiro após a Independência), voltadas para o mercado interno, mas sem formar uma burguesia nacional que fizesse frente ao imperialismo. Concluir esse processo quebrando a herança colonial e os seus efeitos principais ainda presentes, rumo a uma economia nacional: eis o centro nevrálgico da revolução brasileira para Prado Júnior, rompendo definitivamente com a origem colonial da economia brasileira e também com a ligação a um sistema internacional atualizado pelo "capitalismo imperialista"²⁷.

Contudo, se Caio Prado Júnior avançou teoricamente ao contrapor-se aos modelos copiados mecanicamente de realidades distintas da formação social brasileira, criando uma idéia de revolução não-consoante com a concretude histórica do Brasil, seu eixo de análise, ou ponto de partida, como muitos já apontaram, se mostrou amplamente problemática.

O método de análise centrada na circulação de mercadorias para definir uma formação social e não nas relações sociais de produção, como indicava Marx, contribuiu para uma vertente teórica, com grande respaldo acadêmico no Brasil, que também teve conseqüências práticas e políticas de outra orientação. Assim, pretendendo originária na "articulação da produção colonial com o mercado mundial" em busca do lucro, concluiu pelo "caráter capitalista da Colônia". Dessa forma deixou de priorizar uma interpretação que buscasse as particularidades e a dinâmica interna do país, através de uma visão "ahistórica do capitalismo, encarado não como um modo de produção, mas como um movimento para a aquisição de riquezas", como nos mostra José Carlos Ruy. O resultado dessa caracterização

²⁷ Grifos nossos. Ver os capítulos "A realidade econômica brasileira" e "Programa da revolução brasileira", idem, 1977, p. 77-101 e p. 133-170, respectivamente. Em 1978, na Nota Prévia de *A questão agrária*, Caio Prado Júnior, ao tratar de nosso passado e origem colonial, a partir de uma estrutura sócio-econômica constituída e organizada nos quadros do capitalismo internacional, utilizou o termo capital comercial para referir-se sobre os negócios sob a gerência e comando dos colonizadores. Entretanto, mantinha ainda a noção de que a formação social brasileira foi dominada pelo capitalismo no seu período colonial. Cf. op. cit., 1981, p. 12.

do passado colonial com o capitalismo foi a construção de uma estratégia de revolução que colocava como tarefa histórica mais urgente a modernização do capitalismo brasileiro e não a luta contra o latifúndio²⁸.

Portanto, ao considerar que não interessava a questão sobre se a revolução brasileira deveria ser “socialista”, “popular” ou “democrático-burguesa”, na verdade, Caio Prado Júnior se contrapunha às teses oriundas de modelos externos ao do Brasil, mas contraditoriamente em nome da dialética caía em outra espécie de reformismo, cuja “revolução brasileira” passava mais pela dinamização do modo de produção capitalista no Brasil e menos pela transição revolucionária para o socialismo, dando papel secundário ao proletariado urbano no processo revolucionário²⁹, fazendo a crítica correta ao menor papel revolucionário do “campesinato” e passando essa tarefa para assalariados rurais, mas na busca de emprego, centrando a dinâmica do processo em um Estado público e progressista, o que transparece na seguinte passagem:

(...) na atual conjuntura e etapa da evolução histórica, e as circunstâncias peculiares que nelas se oferecem, é isso e somente isso que há de ser considerado no estabelecimento do programa revolucionário. A saber, como direção geral e fundamental, a reorientação da nossa economia, e podemos mesmo dizer, no conjunto da vida nacional, no sentido da organização das atividades e da distribuição de recursos e dos proventos daquelas atividades de maneira a assegurar tanto quanto possível, e no menor prazo, uma elevação substancial nos padrões da população, e em particular, a integração dos grandes contingentes dessa população hoje marginalizados e vegetando

28 Cf. RUY, José Carlos. Feudalismo versus capitalismo. *Princípios*. Revista Teórica, Política e de Informação, n. 56. São Paulo, Anita Garibaldi, fev./abr. de 2000, p. 61-3. Em uma passagem de *A revolução brasileira*, Prado Júnior é explícito na reafirmação da tese que nega o papel da produção como ponto de partida para entender a formação histórica brasileira: “(...) o sentido do processo econômico do desenvolvimento capitalista originário, tal como ele se apresentou na Europa no século passado, foi essencialmente o da *produção*. No Brasil, ele deve ser essencialmente o da *distribuição*. (...)”. Grifos do autor. Cf. PRADO JÚNIOR, Caio, op. cit., 1977, p. 164.

29 No “Adendo à revolução brasileira”, publicada originalmente na *Revista Civilização Brasileira*, Caio Prado Júnior explica em resposta aos críticos de seu ensaio, especialmente Assis Tavares, que no capítulo VI, quando abordou “O problema Político da Revolução”, definiu o papel decisivo e dirigente da revolução ao proletariado urbano em união com os trabalhadores rurais. Porém, no conjunto de seu ensaio essa indicação absolutamente não marca o seu texto, dando a impressão de ser mais uma colocação *a priori* oriunda dos textos clássicos de Marx, Engels e outros marxistas, do que propriamente uma convicção a partir de seu ensaio. Ver PRADO JÚNIOR, Caio. “Adendo à revolução brasileira”. In. *Revista Civilização Brasileira*. Ano III, n. 14. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, jul./1967, p. 43-73, especialmente p. 66. Ver tb. o adendo publicado em *A revolução brasileira*, 1977, p. 205-38, especialmente 231.

em níveis e padrões muitas vezes incompatíveis com a própria condição humana. Não se trata apenas da elevação da “renda nacional” (...), mas sim e sobretudo da distribuição e repartição efetiva (e não apenas “estatística”) daquela renda. (...) Para a superação de tal situação em prazo e ritmo compatíveis com a premência das questões que nela se propõem, e que atendam à intensidade crescente das reivindicações populares, torna-se necessária a intervenção decisiva do poder público na condução dos fatos econômicos e na orientação deles para objetivos prefixados³⁰.

A dialética pradiana, tão bem desenvolvida em alguns de seus ensaios teóricos, em vez de partir da realidade concreta, ou seja, do estudo sobre as relações sociais de produção (forma ainda mais consistente de negar as teses de existência de um modo de produção feudal no Brasil), tanto aquelas pré-existentes ao 1500, como aquelas introduzidas pelos portugueses a partir da conquista efetiva do território, através da implementação do modo de produção escravista, partiu da aparência do fenômeno da dominação colonial, a qual condiciona o processo de produção ao processo de circulação de mercadorias. Originou-se assim, nessa perspectiva, uma leitura da dependência que fundamenta uma das teses sobre a “realidade brasileira”: a do subdesenvolvimento capitalista³¹. Por isso a questão agrária era fundamental nesse processo, mas direcionada para a modernização das relações sociais no campo, através da tese progressista e atual da melhoria das condições de vida do trabalhador rural. Essa interpretação se desdobra em muitos autores nas estratégias centradas no desenvolvimento industrial e tecnológico - mesmo que Caio Prado distinguisse claramente o problema da miséria do trabalhador rural como problema primário em relação ao problema secundário (mas principal para as políticas econômicas liberais) da melhoria tecnológica na agropecuária³² - para superar o “atraso” capitalista

30 Idem, 1977, p. 167.

31 Sobre a contribuição da obra de Caio Prado Júnior para o Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista e as divergências com as teses de André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini em relação ao rumo socialista das transformações político-administrativas, ver o capítulo 5 de Guido Mantega. Na análise do pensamento pradiano vale registrar que Mantega faz uma crítica consistente sobre as generalizações feitas por Prado Júnior sobre o trabalho assalariado, quase comparado ao trabalho escravo e idêntico à parceria e outras formas existentes na formação social brasileira, e a centralidade da transformação no campo. Cf. *A economia política brasileira*. 7 ed. Petrópolis, Vozes, 1992, p. 236-61.

32 Ver sobre essa questão o debate entre Caio Prado Júnior e Cláudio Tavares em PRADO JÚNIOR, Caio, op. cit., 1981, especialmente p. 185. O debate foi publicado originalmente na *Revista Brasiliense*, criada pelo

de países como o Brasil. Tais orientações, em última instância, no lugar da pretensa revolução acabam caindo na simples evolução – termo insistentemente utilizado por Caio Prado Júnior em suas obras - do processo histórico, pois deixa em segundo plano as mudanças realmente estruturais da sociedade brasileira e levando à conclusão sobre o capitalismo desde os tempos coloniais, o que repõe no autor sempre o mesmo ponto colonial ou o “sentido da colonização”. Assim, a dialética perde para a evolução.

As Preocupações Metodológicas de Caio Prado Júnior e a Síntese de Múltiplas Determinações

Foram raros os textos históricos, econômicos, políticos ou sociais de Caio Prado Júnior que não trouxessem problemas e ao mesmo tempo orientações metodológicas.

Em “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, Caio Prado escreveu que “ao se considerar um problema econômico ou social (...) é preciso definir inicialmente, e em seguida ter por presente, o objetivo prático que se procura atingir”, pois “qualquer análise social é sempre afetada, consciente ou inconscientemente, pela posição política do analista”. Por isso, propõe que o analista deve “fazer que o seja *conscientemente*, a fim de não embaralhar a matéria e divagar sem rumo preciso”³³.

Ora, sob o ponto de vista do materialismo histórico, que tem o método dialético como pressuposto, não há o que se acrescentar sobre essa assertiva. Está contida nela os avanços e os limites de qualquer analista, seja pelo seu tempo, seja pela sua condição social. Como Caio Prado Júnior acredito nisso. O problema está nas interpretações, mesmo pretensamente marxistas, que absolutizam o método, e a partir daí as conclusões pretendem-se como definitivas.

Sofia Manzano indica este “caminho metodológico” de Caio Prado Júnior, ao afirmar que:

Desde seus primeiros escritos, nos anos 1930, Prado Jr., primou por *aplicar* uma das principais contribuições de Marx à humanidade, seu método materialista e dialético. Superando, desde cedo, as influências po-

próprio Caio Prado Júnior, nos ns. 28 e 32, mar./abr e nov./dez. de 1960 respectivamente.

³³ Ver PRADO JÚNIOR, Caio, op. cit., 1981, p. 22.

sitivistas, dogmáticas (a “teoria consagrada” elaborada pelo VI Congresso da III Internacional, em 1928), e mesmo pragmáticas, que imperavam nas análises da esquerda brasileira – principalmente no principal partido até o final da década de 1970, o PCB, ao qual ele pertencia – Caio Prado Jr., lutou implacavelmente para que a teoria da revolução brasileira fosse compatível com nossa realidade³⁴.

Está posto, e Prado Júnior também acreditava nisso, que a visão de que a noção de que o método é a aplicação de pressupostos teóricos sobre a realidade, mesmo que dialéticos, tem mais a ver com o sistema de pensamento hegeliano e menos com o marxista. Se fosse apenas uma aplicação sobre a realidade, e não concebendo esta como um todo complexo e multideterminado, situação que coloca desde o princípio o analista muito longe da isenção sobre o objeto ou processo histórico e social analisado, o ponto de partida seria simplesmente o sistema de pensamento.

Em Caio Prado Júnior, crítico constante dos modelos abstratos *a priori*, vide *A revolução brasileira*, isto estava presente, mas foi também uma construção e um processo no próprio autor.

Já vimos como em *Evolução Política do Brasil*, por dificuldades explicitadas por ele, seu ponto de partida na maior parte das suas considerações foi à historiografia até então existente. Legítima escolha em si, inclusive demonstrando o rigor crítico que o acompanhou em toda a vida, ao mesmo tempo apresentava os limites impostos pela sua época e pela forma como o marxismo era compreendido em 1933.

No primeiro parágrafo do prefácio da primeira edição de *Evolução Política*, Caio Prado afirmou que seu ensaio tratava-se de uma síntese. Pressupunha, consciente ou inconscientemente que ela significava uma síntese de múltiplas determinações. Ao insistir que buscava fazer uma síntese e não uma história, uma “história completa” (afirmando que isso exigiria um material a constituir-se e um tempo considerável), criticava os historiadores preocupados apenas com “a superfície dos acontecimentos”³⁵. Mesmo que ainda não tivesse conhecimento da passagem em que Karl Marx afirmou que se a aparência dos fenômenos fosse a sua essência não se necessitava de ciência, o que é quase

34 Grifo meu. Cf. MANZANO, Sofia. Caio Prado Jr. e a construção da revolução brasileira. *Marxismo21*, Dossiê Caio Prado Júnior, 2012. Disponível em: <http://marxismo21.org/caio-prado-jr/>. Acesso em 7 abr. 2017.

35 Cf. PRADO JÚNIOR, op. cit., 1953, p. 7.

impossível saber, a concepção do pensador alemão estava implícita em seu método. Ainda que fosse apenas como um ponto de partida.

Também estava claro para Prado Júnior, o que ele inclusive busca em Marx, que os problemas sociais se apresentam “no próprio contexto do problema que se oferece, e na dinâmica do processo em que essa problemática se propõe”, pois o homem histórico é “ser agente e ser pensante” ao mesmo tempo³⁶. Em *A revolução brasileira*, portanto, já estava claro que o método dialético e materialista é um método de interpretação da realidade e não de simples aplicação de pressupostos teóricos sobre a realidade. Tudo isso nos leva a crer, a partir das próprias proposições pradianas, que ele sempre esteve entornado por suas concepções políticas e entremeado pelas suas condições sociais e históricas. Assim, procurou estar acima delas, mas nunca se separou das mesmas. *A revolução brasileira* é uma obra marcada pela pretensão de romper com esquematismos teóricos, e o faz em várias passagens, mas é um ensaio, sobretudo político. Não há como entendê-lo saltando seu conteúdo, mesmo que sejamos atraídos pela orientação metodológica. Nessa obra, é mais no conteúdo político, do que no método (também entremeado de subjetividades), que se pode procurar decifrar o autor, fazendo com que ele deixe de ser uma espécie de “esfinge”.

Mas foi sobre o método que a academia referendou o texto, ponto de partida para a conclusão de que a obra tratava de uma revolução e era em si mesmo uma obra revolucionária. Assim, o *método de interpretação* de Caio Prado Júnior, sobressaiu-se para muitos sobre o seu conteúdo político, o que lhe distinguiu como o intelectual do ano em 1966, já na conjuntura da Ditadura Civil-Militar que ele mesmo tanto combatia. Entretanto, não há como separar a obra do acerto de contas com a estratégia política derrotada com o Golpe de 1964. Idealizada, parece que se a estratégia das esquerdas criticadas por Caio Prado Júnior fosse aquela proposta por ele em seu ensaio, os desdobramentos de 1964 fossem outros. Nada pode garantir que os erros cometidos historicamente pela estratégia errônea e não-consoante com a “realidade brasileira” por parte da esquerda brasileira no pré-1964, e estes foram muitos, adotada uma estratégia diferente, levasse o país naquela conjuntura a uma revolução socialista e não

³⁶ Ver op. cit., 1977, p. 13-4.

para a reinserção dependente à divisão internacional do trabalho capitalista e imperialista, como fez o governo civil-militar. Esse tipo de análise exclui o processo concreto de luta de classes e a correlação de forças existentes entre as classes sociais em disputa, centrando-se apenas nas estratégias das lideranças políticas e sociais e nas propostas das agremiações políticas, mesmo que de vanguarda, todas insuficientes para qualquer transformação revolucionária no sentido da mudança estrutural do regime político e econômico-social como entendia o próprio Caio Prado Júnior.

Como nos mostrou Francisco Iglésias, Prado Júnior dividiu-se entre a obra de um cientista social e a militância política, tendo na interdisciplinaridade seus mais fecundos efeitos, mesmo que seus trabalhos historiográficos tenham sido os que mais se destacaram e mais qualidades possuíram. Mas mesmo que se afastasse dos estudos históricos, como bom marxista, a história sempre estava presente, como base mais ampla e totalizante da especificidade que analisava, mesmo que ainda apareça uma certa proposição de ordenação lógica e formal. Isto está muito presente na seguinte passagem de *Diretrizes para uma política econômica brasileira*:

Para o economista, reconhecer o terreno nessa complexidade [*da vida brasileira*] tremenda, destacar e isolar formas, classificá-las convenientemente, descobrir suas relações e entrosá-las num sistema geral em que se configurem os problemas reais e profundos da economia brasileira, fazer ciência em suma, tudo isso se torna extremamente difícil, e mesmo impraticável sem uma perspectiva de conjunto e que não é outra (...) senão a história. (...) ³⁷.

Ou também na seguinte passagem de *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento econômico*, sua tese de livre-docência de 1968, quando se inscreveu para o concurso para professor catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, mas não se efetivou devido aos acontecimentos pós AI-5:

(...) É na história, nos fatos concretos da formação e evolução da nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para

³⁷ Ver IGLÉSIAS, Francisco (Org.), op. cit. 1982, p. 182.

a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento. E não nas puras abstrações da análise econômica, onde aqueles fatos aparecem fatalmente distorcidos e desfigurados, uma vez que tais abstrações, mesmo quando são até certo ponto justificáveis em outras situações para as quais e na base das quais foram elaboradas, não se ajustam a situações tão distintas como as nossas (...) é sobretudo em nosso passado que se há de buscar a informação necessária para a proposição adequada e a solução acertada dos problemas atuais. (...)»³⁸.

Em *Introdução à lógica dialética (Notas introdutória)* Caio Prado Júnior procurou sistematizar as questões metodológicas mais amplas, contrapondo-se à lógica formal e responder as acusações de ser “hegeliano” e “idealista”, após escrever *Dialética do Conhecimento*. Não é o caso e nem há espaço de analisar o livro integralmente aqui. Apenas resta salientar que nessa obra, a preocupação de Prado Júnior é explicar ou solucionar o problema do conhecimento defendendo como ponto de partida a multiplicidade e fluxo dos “fatos” humanos contra as interpretações baseada nos fatos uniformes e permanentes da natureza, os quais, segundo o autor, ofuscam a real dialética da natureza, através da afirmação do *princípio da identidade*. Em segundo lugar, e diferentemente do sistema hegeliano, que não distingue o sistema lógico dos processos do pensamento da própria dialética da natureza, derivando assim os “fatos” da lógica, mesmo que dialética, Caio Prado aponta não para a solução do problema filosófico do conhecimento, mas resolver os problemas políticos da ação gerados pela transformação social, considerando dialeticamente os “fatos” ou o processo histórico real, caracterizando seu método e seus procedimentos, assim como fizeram Marx e Engels. O problema está nas passagens que Caio Prado Júnior, a partir da obra desses autores clássicos, entende o empreendimento ainda como “a aplicação dos seus métodos à análise e interpretação dos fatos” ou a “estrutura do pensamento dialético aplicado à consideração dos fatos em geral”³⁹,

38 Idem, 1982, p. 195-6. Uma sistematização maior sobre a relação entre a história, as ciências sociais e a economia poder ser vista em PRADO JÚNIOR, Caio. *Esboço dos fundamentos de uma teoria econômica*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1966, especialmente o capítulo 1, p. 13-28, onde explora a relação entre a esfera objetiva e a esfera subjetiva na construção do conhecimento.

39 Cf. o capítulo 1 “Lógica dialética e dialética da natureza” em PRADO JÚNIOR, Caio. *Introdução à lógica dialética (Notas introdutórias)*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1979, especialmente p. 35, 38 e 40.

numa espécie de relativa autonomização do método e da teoria. Assim, mesmo que Prado Júnior fugisse dos modelos de análise a partir de outras realidades históricas, seu método de análise em última instância tinha a ver com a noção de aplicação. Sabemos que a totalidade não é uma categoria de aplicação sobre o concreto ou sobre os “fatos”, pois a “totalidade” como disse Marx em *O método da economia política*, só tem sentido se vista como concreto pensado, portanto como síntese de múltiplas determinações, produtos históricos e transitórios. Assim, o método é expressão concreta do real pensado e não uma simples forma de interpretação estática dessa ou daquela realidade, cujo ponto de partida ainda é essencialmente a subjetividade, pois como afirma Marx:

(...) O todo, tal como ele na cabeça aparece, - um todo de pensamento, - é produto de uma cabeça pensante que se apropria do mundo, do único modo que lhe é possível e que difere dos modos de apropriação do mundo que são o artístico, o religioso ou o do espírito prático. Enquanto a cabeça procede de modo somente especulativo, isto é, teoricamente, o sujeito real, tanto antes como depois, subsiste fora dela, em sua independência. Assim, também, no método teórico, é preciso que o sujeito, a Sociedade, esteja sempre presente como um pressuposto⁴⁰.

Aqui, finalmente chegamos a uma dimensão mais ampla das contribuições do autor para a historiografia brasileira e os seus próprios limites, como afirmamos no início desse ensaio. A interpretação historiográfica, teórica e política de Caio Prado Júnior revolucionou a produção teórica marxista sobre o Brasil, mas contraditoriamente é produto dos próprios limites do marxismo brasileiro. O autor não conseguiu ir às últimas conseqüências no que se propôs, ficando no meio do caminho entre modelos dados aprioristicamente (que criticou de forma vigorosa) e uma análise realmente “concreta” da formação social brasileira⁴¹.

40 MARX, Karl. *O método da economia política*. Terceira parte. Edição bilingüe, Tradução de Fausto Castilho. Coleção Primeira Versão, n. 71. Campinas, IFCH/UNICAMP, ago./1997, p. 9-11.

41 André Keyser argumenta que “(...) quando se analisa a relação entre uma contribuição teórica e seus resultados políticos, é sempre útil lembrar que não há um vínculo direto e mecânico entre teoria e prática política. Isso fica bem ilustrado com a incapacidade de Caio Prado de propor, a partir de sua crítica historiográfica, uma estratégia política alternativa à do PCB”. Cf. Os dilemas do marxismo latino-americano nas obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, São Paulo, jun. 2012.

Mesmo que esta relação não seja mecânica, talvez aí resida a essência do limite da obra pradiana em relação à re-

Não é por nada que priorizou o âmbito da circulação de mercadorias e não das relações sociais de produção na análise do Brasil colonial; não é por nada também que a sua dialética era uma aplicação sistemática e metódica através da observação, análise e interpretação dos “fatos sociais”, e não um pressuposto desses mesmos “fatos”, com dimensões objetivas e subjetivas simultaneamente⁴².

Tudo isso não invalida a conclusão de que para entender boa parte do “Brasil Contemporâneo”, é imprescindível conhecer a produção historiográfica, política e teórica de Caio Prado Júnior, principalmente na busca para “exorcizar o dualismo, perspectiva tradicional das explicações sobre a formação nacional”, como bem indicou Elide Rugai Bastos⁴³. Abrir-se para ele e ver concomitantemente a sua produção de forma aberta, como ele mesmo queria, é a melhor forma de percebê-lo como um dos grandes intérpretes de nossa formação histórica. Abrir-se para ele é se aproximar da utopia que lhe sustenta, pois como disse José Carlos Reis, “a utopia que sustenta a sua análise do Brasil é a da solidariedade socialista, a do desenvolvimento de todos os povos em sua singularidade, com a sua soberania, desenvolvendo-se e ajudando-se mutuamente sem se explorarem reciprocamente. Desenvolvimento, modernização e progresso com emancipação e autonomia nacional - eis a sua utopia”⁴⁴.

Referências

- D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal*. Ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura/Brasiliense/Ed. da UNESP, 1989, p. 97-100.
- DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. Coleção

volução brasileira, sem querer defender aqui que ela estava necessariamente correta no PCB pré-Golpe de 1964. 42 A conceituação pradiana de “fatos sociais” é centrada na compreensão de que eles “são os que se situam, ou devem ser situados no centro do objeto ‘real’ do Conhecimento do Homem”, tendo isto como singularidade “em confronto com outros fatos – físicos, biológicos...-, que neles o homem é simultaneamente agente e paciente, determinante e determinado”. Ver PRADO JÚNIOR, Caio. *O que é filosofia*. 13 ed. Coleção Primeiros Passos, n. 37. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 82. Não entende Prado Júnior que os “fatos sociais” ou mesmo “fatores sociais”, assim como “fatores econômicos”, “fatores culturais” já são abstrações do processo histórico real, partes desse processo que, vistos a partir de si são apenas aparências falseadas, uma “representação caótica do todo”, como afirmou Karl Marx. Cf. op. cit., ago./1997, p. 7.

43 Ver o prefácio da autora para o livro de Rubem Murilo Leão Rego, op. cit., 2000, p. 18.

44 Cf. REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução brasileira”. *Revistas Brasileira de História*. v. 19, n. 37, São Paulo, ANPUH, Set. 1999.

- Repensando o Ensino. São Paulo, Contexto, 1988, p. 93-104.
- IGLÉSIAS, Francisco Introdução - Um historiador revolucionário. In. IGLÉSIAS, Francisco (Org.). *Caio Prado Júnior*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 26. São Paulo, Ática, 1982, p. 7-44.
- KEYSEL, André. Os dilemas do marxismo latino-americano nas obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, São Paulo, jun. 2012.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 7 ed. Petrópolis, Vozes, 1992.
- MANZANO, Sofia. Caio Prado Jr. e a construção da revolução brasileira. *Marxismo21*, Dossiê Caio Prado Júnior, 2012. Disponível em: <http://marxismo21.org/caio-prado-jr/>. Acesso em 7 abr. 2017.
- MARX, Karl. *O método da economia política*. Terceira parte. Edição bilíngüe, Tradução de Fausto Castilho. Coleção Primeira Versão, n. 71. Campinas, IFCH/UNICAMP, ago./1997.
- MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: uma tentativa de crítica. *Debate e Crítica*. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais, n. 5. São Paulo, s/ed., 1975, p. 1-26.
- _____. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Coleção Ensaios, n. 30. 4 ed. São Paulo, Ática, 1978.
- NOVAIS, Fernando. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In. MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 9-26.
- PAULA, João Antônio de. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 17, número 1 (29), p. 1-19, 2006.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. A revolução mundial e o Brasil 1922-1935. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1953.
- _____. *Esboço dos fundamentos de uma teoria econômica*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- _____. Adendo à revolução brasileira. *Revista Civilização Brasileira*. Ano III, n. 14. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, jul./1967, p. 43-73.
- _____. *A revolução brasileira*. 5 ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- _____. *Introdução à lógica dialética (Notas introdutórias)*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1979,

- _____. *A questão agrária*. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. 19 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____. *O que é filosofia*. 13 ed. Coleção Primeiros Passos, n. 37. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____. *História Econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. *O sentimento do Brasil*. Caio Prado Júnior – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.
- REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução brasileira”. *Revistas Brasileira de História*. v. 19, n. 37, São Paulo, ANPUH, Set. 1999.
- RUY, José Carlos. Feudalismo versus capitalismo. *Princípios*. Revista Teórica, Política e de Informação. Nº 56. São Paulo, Anita Garibaldi, fev./abr. de 2000, p. 60-7.



**CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAN-AMERICANISMO
E DO ESTADO NOVO NO BRASIL (1937-1945)**

Bruna Lima

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, com bolsa CAPES. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (2014). Graduada em História - Licenciatura Plena e Bacharelado também pela Universidade Federal de Santa Maria (2012). Integrante do Grupo de Pesquisa História Platina: Sociedade, Poder e Instituições (UFSM).

Renata Baldin Maciel

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, com bolsa CAPES. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (2015). Graduada em História - Licenciatura Plena e Bacharelado também pela Universidade Federal de Santa Maria (2013). Integrante do Grupo de Pesquisa História Platina: Sociedade, Poder e Instituições (UFSM) e História Intelectual nos Séculos 19 e 20: Filosofia, Cultura, Política (UFSM).

Maria Medianeira Padoin

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1985), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1992) e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). É professora da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, sendo atualmente coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História. Possui pesquisas e publicações nacionais e internacionais na área de História, com ênfase em História Latino-Americana, trabalhando principalmente com os temas: espaço fronteiriço platino, história política e federalismo e a construção dos estados nacionais, e imigração e patrimônio. Também realiza atividades na área da gestão e avaliação em educação superior. Coordena o Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: sociedade, poder e instituições; é co-coordenadora do Comitê História, Região e Fronteira da Associação das Universidades do Grupo Montevideu-AUGM. Possui experiência acadêmico-administrativa na gestão do ensino superior, como na Coordenação da Educação a Distância na UFSM de 2004 a 2005 e atuando em 2006, junto ao Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, na coordenação do projeto de implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB. Participa, entre outros, das seguintes associações da área: ANPUH, AHILA, AUGM/Comitê História, Region y Fronteras.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAN-AMERICANISMO E DO ESTADO NOVO NO BRASIL (1937-1945)

Bruna Lima
Renata Baldin Maciel
Maria Medianeira Padoin

Este texto apresenta primeiramente algumas considerações sobre como os intelectuais incluíram o Brasil na ideia de “América Latina”. Tratadas essas questões iniciais, intenta-se compreender o Pan-americanismo e suas implicações na América Latina e, em especial, no Brasil. Elucidar esses termos torna-se essencial para esclarecer a existência, das “ideias fora do lugar”, no âmbito do Estado Novo brasileiro. Esse conceito criado por Roberto Schwarz ([1973]; 2014) e ampliado por Elías Paltí (2007) expressa a coexistência de conjuntos ideológicos incoerentes entre si em uma mesma sociedade e, conseqüentemente, a heterogeneidade da cultura local. Nesse sentido, objetiva-se mostrar como alguns pressupostos atrelados ao Estado Novo e ideias pan-americanistas, estiveram presentes de maneira concomitante e conflitiva no cenário brasileiro entre 1937 a 1945.

A política pan-americanista iniciada no final do século XIX tinha como um dos seus principais objetivos incentivar a integração dos países americanos sob a liderança dos Estados Unidos. No entanto, cabe destacar que esta ideia de pan-americanismo não era homogênea, tanto que, o próprio discurso em torno do latino-americanismo foi elaborado em oposição a tais ideias defendidas e difundidas pelos Estados Unidos (SILVA, 2012)¹.

Dessa forma, para uma melhor compreensão da proposta pan-americanista apresentada neste trabalho, é preciso entendermos como o Brasil passou a fazer parte de uma concepção de América Latina. Conforme destacou Bethell (2009), o termo América Latina é de origem francesa e foi empregado por esses intelectuais para justificar o imperialismo francês no México sob o domínio de Napoleão III. Segundo o autor, “os franceses argumentavam que existia uma

¹ As questões apresentadas neste início do texto podem ser aprofundadas em: DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. 2008. 134 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

afinidade cultural e linguística, uma unidade entre os povos “latinos”, e que a França seria sua inspiração e líder natural” (BETHELL, 2009, p.289-290).

Mesmo diante da fragmentação da América espanhola no pós-independência, muitos intelectuais e escritores dos anos de 1850-1860, defendiam a ideia anteriormente propagada por Simón Bolívar e Andrés Bello, de que existia uma consciência e identidade hispano-americana/latino-americana comum que poderia superar as divergências internas entre as regiões. Na concepção desses autores, essa América Latina era diferente da América dos Estados Unidos, o qual era tido por muitos como um inimigo. Bethell (2009) afirmou, inclusive, que nos anos de 1860, a França e a Espanha se aliaram aos Estados Unidos como inimigas da “América Latina” devido a uma série de intervenções, anexações e guerras que eles promoveram nesse território. Com esse panorama, pode-se entender o fato de que muitos preferiram nesse período se considerar muito mais parte da América Espanhola, da Hispano-América, ou da América do Sul, do que da “América Latina” em si. Segundo Bethell (2009, p. 292) “para eles, “latinidad” representava o conservadorismo, antiliberalismo, antirrepublicanismo, catolicismo e, não menos importante, ligações com a Europa Latina, que inclui a França e a Espanha”.

Bethell (2009) destacou que na configuração dessa identidade hispano-americana ou latino-americana comum, como exceção tem-se à Argentina de meados do século XIX. Muitos dos autores da chamada “Geração de 37”², entendiam a Argentina como a manifestação da civilização europeia no bárbaro ambiente hispano-americano e devido à influência dos franceses, ingleses e norte-americanos, acreditavam que sua nação poderia ter na América do Sul a mesma grandiosidade que os Estados Unidos tinham no Norte. Em suma, nota-se que esses intelectuais hispano-americanos, escritores franceses e ingleses, que foram pioneiros em utilizar o termo “América Latina” não fizeram menção ao Brasil nesse universo. Nesse período, América Latina era um simples sinônimo para América Espanhola.

2 Entre os principais membros da “Geração de 37”, Leslie Bethell destacou Esteban Echeverría (1805-51), Juan Bautista Alberdi (1810-84) e Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888).

No início do século XIX o presidente norte-americano Thomas Jefferson elaborou a ideia de “Hemisfério Ocidental” republicano e independente contra a Europa, que somada à criação da Doutrina Monroe (1823), pretendia impedir qualquer intervenção europeia na América, o que suscitou inúmeros debates sobre uma confederação nas “Américas”. Essa proposta de união também foi tema do Congresso do Panamá (1826), realizado pelos representantes das nações hispano-americanas.

Os hispano-americanos olhavam o Brasil com desconfiança devido às diferenças políticas, econômicas e culturais. Da mesma forma, “os governos brasileiros do Segundo Reinado (1840-89) não se identificavam com a *América Española, Hispanoamérica* ou “América Latina”, e nem com os inúmeros projetos dos países vizinhos de união interamericana” (BETHELL, 2009, p. 295).

O Brasil se identificava muito mais em termos culturais com a França e em aspectos políticos e econômicos mais com a Grã-Bretanha do que com Portugal, por isso para o Brasil os Estados Unidos, a França e a Espanha não significavam uma ameaça, contrariando o que a maioria dos países hispano-americanos pensava. Tendo em vista a abolição da escravidão no Brasil (1888) e a mudança do regime monarquista para o republicano (1889), alguns intelectuais hispano-americanos, tentaram aproximar seus países com o Brasil no que tange a cultura, a política, a religião e a miscigenação.

No Brasil, com o Manifesto Republicado de 1870 e com o advento da República em 1889, os intelectuais começaram a encarar de maneira negativa o isolamento do Brasil em relação às nações hispano-americanas. No final do século XIX e início do século XX, os Estados Unidos começaram a emergir como potência naval e militar e a consolidar sua hegemonia no México, América Central, Caribe e posteriormente na América do Sul. Além das medidas hostis de intervenção, o Pan-americanismo foi a alternativa pacífica criada pelos Estados Unidos para implementar sua hegemonia sobre o Hemisfério Ocidental. Mas essa medida foi vista com muita desconfiança pelos hispano-americanos que temiam que o Pan-americanismo fosse utilizado para garantir a exploração e o reforço da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos em suas nações. Bethell (2009) destacou como os autores reforçaram a separação entre as duas Américas:

Os intelectuais hispano-americanos, dos anos 1880 até a Segunda Guerra Mundial, eram bastante hostis aos Estados Unidos, ao imperialismo norte-americano, à cultura norte-americana – e ao pan-americanismo. Os catalisadores foram, sem dúvida, Cuba e a Guerra Hispano-Americana de 1898. O conceito das duas Américas – de um lado, os Estados Unidos, e do outro, a América Espanhola, Hispanoamérica, América Latina, na época mais frequentemente chamada “Nuestra América”, que era distinta e superior à América Anglo-Saxã (o humanismo e o idealismo latinos eram exaltados em detrimento do utilitarismo e do materialismo anglo-saxão) – já havia sido desenvolvido por escritores hispano-caribenhos como Eugenio María de Hostos (Porto Rico, 1839-) e, principalmente, José Martí (Cuba, 1853-1895), (...). Porém, é mais evidente nos escritos do uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917) (...). (BETHELL, 2009, p. 299).

Quanto aos intelectuais brasileiros da Primeira República, seus pontos de vista eram divergentes em relação ao Pan-americanismo e aos Estados Unidos. Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, por exemplo, viam os Estados Unidos como um modelo civilizacional, enquanto outros, como Manoel Bomfim, criticaram a postura imperialista dessa nação por trazer prejuízo à autonomia das demais nações latino-americanas. Em termos gerais, verifica-se que após a Primeira Guerra Mundial, esses intelectuais passaram a demonstrar um crescente interesse pela cultura hispano-americana e pelo intercâmbio cultural, porém no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, tanto os intelectuais brasileiros como os hispano-americanos dedicaram-se mais para a formação da sua própria identidade nacional. A partir dessas tentativas de aproximação o termo Iberoamérica passou a ser utilizado como uma referência às Américas espanhola e portuguesa. Excluindo-se os casos de exceção, como o do argentino Manuel Baldomero Ugarte, considerado por Bethell como o primeiro intelectual a defender a inclusão do Brasil na “América Latina”, assim como seus colegas de 1850-1860, poucos intelectuais dessa época demonstravam real interesse pelo Brasil. Em suma, essa posição por parte dos políticos e intelectuais hispano-americanos teve poucas mudanças entre as décadas de 1920 e 1930, salvo, por exemplo, as concepções do mexicano José Vasconcelos.

Os Estados Unidos e a Europa, bem como grande parte dos próprios intelectuais brasileiros passaram a considerar o Brasil como parte integrante da região denominada *Latin America*. Esse entendimento dos Estados Unidos em relação à América Latina influenciou diversos países e instituições, sendo que, a partir da Segunda Guerra Mundial a importância da América Latina cresceu proporcionalmente aos interesses econômicos e geopolíticos que os Estados Unidos mantiveram relação a essa região.

Tal como destacado por Loguercio (2007) e Ré (2010), o termo Pan-americanismo foi utilizado pela primeira vez em 1882 nas páginas do jornal norte-americano *The New York Evening Post* durante a campanha do Secretário de Estado James Blaine com o intuito de convidar os países americanos para participarem de uma conferência internacional em Washington. Esse termo reunia as ideologias difundidas desde meados do século XIX que defendiam um projeto de unificação das nações frente ao crescente poderio das potências capitalistas europeias. Nesse contexto tem-se o surgimento de inúmeros movimentos “pans”, tais como o pan-eslavismo, pan-helenismo, pan-islamismo, pangermanismo, entre outros. O conceito de pan-americanismo assumiu maiores proporções na América a partir da Primeira Conferência Internacional de Estados Americanos, realizada em Washington, em 1889. A partir de então, essas conferências passaram a ser chamadas de Conferências Pan-Americanas³ e expressavam as políticas dos Estados Unidos enquanto ascendente potência imperialista no mundo ocidental.

As concepções atreladas ao viés ianque do Pan-americanismo geraram inúmeras reflexões entre os intelectuais brasileiros. O intelectual e embaixador brasileiro Oliveira Lima, por exemplo, apesar de ser um entusiasta em relação aos Estados Unidos, defendeu que o Pan-americanismo enquanto comunhão internacional das nações só poderia ocorrer em um contexto em que a Doutrina Monroe se transformasse em domínio comum, retirando-lhe a face ameaçadora da possibilidade de domínio das demais nações americanas:

³ Entre 1889-1928 foram realizadas seis Conferências Internacionais de Estados Americanos, também chamadas de Conferências Pan-Americanas: a primeira foi realizada em Washington DC. (1889-1890), a segunda na Cidade do México (1901-1902), a terceira no Rio de Janeiro (1906), a quarta em Buenos Aires (1910); a quinta em Santiago do Chile (1923), e a sexta em Havana (1928). Após esse período ocorreu mais quatro Conferências realizadas em Montevidéu (1933), em Lima (1938), em Bogotá (1948) e em Caracas (1954).

Para o Sr. Arthur Orlando significa o pan-americanismo “a articulação das três Américas em uma vasta federação ou comunhão internacional de interesses políticos, econômicos e morais, com o fim de garantir à civilização futura seu pleno desenvolvimento; levar a expansão simultânea da economia e da justiça ao coração do mundo inteiro”. Bela e levantada concepção esta, mas que só poderá aspirar a ser uma expressão dotada de realidade e vir a perder toda a acepção ameaçadora e perigosa, que atualmente ainda conserva, quando deixar de ter uma base egoísta; quando a famosa doutrina de Monroe passar, como é de direito, de apanágio de uma só nação para o domínio comum do continente que diz proteger; quando, portanto; pertencer o monroísmo ao patrimônio de todas as nações americanas e não mais for, na sua edição corrente, uma arma única de ascendência dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que uma fortaleza erigida contra a intervenção europeia que, sob color de manter o equilíbrio de poderes no Novo Mundo, poderia querer limitar a marcha voante da grande República cujo prestígio se estende sobre todo ele (LIMA, 1907, p.155-156).

A América Latina, tida como uma zona de interesse e pensada muitas vezes e/ou de forma homogênea durante a Segunda Guerra Mundial, “foi alvo de acirrada disputa entre os EUA e a Alemanha” (CORSI, 2000, p. 51). Nesse sentido, o Pan-americanismo tanto em seu ideário como em sua prática, se adaptava às circunstâncias criadas com a guerra, às mudanças de paradigma da política exterior (CERVO, 2008) e, de certa maneira, apesar da relativa autonomia decisória, influenciava a maioria dos países latino-americanos a declarar apoio aos Estados Unidos, muito em função de uma ideia de cooperação e proteção que se firmava entre os países do continente.

Além disso, neste período também era intensa a tentativa dos Estados Unidos em manter a América Latina como sua grande área de influência, devido ao fato da mesma ser a principal fornecedora de produtos primários e consumidora de seus produtos. Com isso, o Presidente Roosevelt procurou incrementar ainda mais a política de “Boa Vizinhança”⁴, visando não somente

4 Mais detalhes a respeito da política de “Boa Vizinhança” podem ser obtidos em: TOTA, Antonio Pedro. (2000). *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da II Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras.

garantir, mas também “intensificar o relacionamento político, militar e econômico tendo em vista assegurar a influência e liderança junto aos países latino-americanos” (CORSI, 2000, p. 53).

Destaca-se ainda que a “necessidade de apoio do Brasil em relação à política pan-americana também era reforçada pela instabilidade mundial”, tendo em vista a existência de “um grande confronto no horizonte, que tornava as matérias-primas estratégicas brasileiras fundamentais para os Estados Unidos, o que serviria para alavancar as exportações do Brasil, melhorando as condições econômicas do governo” (MINELLA, 2013, p. 172). Oliveira Lima antes disso, já demonstrava que apesar das tentativas do Brasil em apresentar-se de forma neutra no cenário internacional, havia uma visível simpatia do país pelos Estados Unidos e um apoio não declarado às suas práticas:

Do crescente entusiasmo revelado no Brasil pelos Estados Unidos; o sincero apoio prestado na conferência pan-americana pela nossa delegação à delegação norte-americana; a co-participação no tratado geral de arbitramento; a boa vontade internacional expressa na confecção de um convênio de reciprocidade; finalmente o auxílio moral prestado aos intentos americanos nas diferentes fases da questão cubana e, malgrado a neutralidade declarada e oficial, a simpatia demonstrada durante o conflito, da qual o *Herald* dava a súmula no seu cabeçalho – *Brazil neutral but a firm friend*. A Inglaterra e o Brasil foram com efeito os únicos países que não puseram em injuriosa dúvida as alegações americanas de generosidade e espírito de humanidade (LIMA, 2009, p.350).

A postura de neutralidade adotada pelo governo brasileiro gerava uma posição supostamente favorável ao país. Assim era possível extrair benefícios de ambos os lados, seja através de negociações, da crescente importância que o Brasil assumia ou da ameaça que uma potência exercia sobre a outra. Esta ideia foi explicitada nos trabalhos de diversos autores, entre eles, destacamos a elaboração de Cervo (2011, p. 243-244):

O governo Vargas permanecia aberto ao jogo das pressões externas, porquanto abrigava lideranças militares favoráveis à manutenção de

relações normais com o Eixo, como Góis Monteiro e Gaspar Dutra, preocupados em evitar uma decisão que colocasse em risco a precária segurança do país, e lideranças políticas, como a de Osvaldo Aranha, partidário da vinculação exclusiva com os Estados Unidos. Vargas julgava a neutralidade conveniente aos interesses que perseguia no exterior, o comércio, o aparelhamento das forças armadas e a colaboração para a implantação da indústria pesada. Manobrou politicamente enquanto foi necessário para atingir resultados e depois cedeu às ideias de Aranha, quando os Estados Unidos garantiram a satisfação daquelas necessidades do país.

Como mencionado anteriormente, apesar das tentativas movidas pelo Brasil em se manter neutro, essa estratégia não pode ser protelada por mais tempo. Assim como a maioria dos outros países latino-americanos, o Brasil declarou-se oficialmente favorável aos Estados Unidos em 1942, durante a III Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Brasil. Esse episódio marcou o rompimento definitivo das relações com os países do Eixo.

Quando foi declarado oficialmente o apoio brasileiro aos Estados Unidos, “o envolvimento do Brasil na guerra aparece, no discurso, como um evento substancialmente ligado ao continente americano”, sendo que, “não há referência alguma ao esforço dos *Aliados*, e sim à situação *continental*, aos Estados Unidos e ao continente dos “homens livres”, que por sua vez é compreendido como sendo parte do “discurso pan-americanista do período da Segunda Guerra Mundial” (MINELLA, 2013, p. 18).

Além disso, para este mesmo autor, o caráter do discurso pan-americanista estava diretamente relacionado a um “projeto de poder”, durante o Estado Novo no Brasil, “intimamente ligado a uma prática de política internacional que visava projetar o Brasil como potência militar e econômica sul-americana associada aos Estados Unidos”, mas nem sempre ele assumiu este caráter, podendo inclusive, em alguns períodos ser compreendido como um projeto de nação (MINELLA, 2013, p. 24).

Minella também apontou outros dois elementos, anteriores ao pan-americanismo, que tiveram direta influência nesse movimento: a Doutrina Monroe, que em linhas gerais, conforme já foi destacado anteriormente, propunha

um distanciamento das potências europeias, que supostamente pretendiam retomar o processo de colonização, intervindo na condição de liberdade adquirida pelos americanos; e o Destino Manifesto, muito relacionado a uma “superioridade moral e o conseqüente direito de tutela sobre os vizinhos e, eventualmente, a todo o continente”, sendo que, “a autoimagem da superioridade moral, enquanto uma civilização avançada e livre, justificaria ao longo dos anos a ação dos Estados Unidos no continente americano, e sua pretensão de excluir as potências europeias do jogo político e comercial continental” (MINELLA, 2013, p. 57).

As discussões sobre as propostas pan-americanas foram intensas desde as primeiras décadas da República brasileira e envolveram boa parte da intelectualidade do período, que discutia sobre as possibilidades de aproximação entre os países do continente Americano, como também sobre as vantagens e desvantagens, da adesão ao projeto americanista liderado pelos Estados Unidos; ou, por outro lado, sobre a possibilidade de aproximação com os países hispano-americanos⁵.

O debate que permeou as ideias desenvolvimentistas no Brasil foi latente desde o início da década de 1930 e ganhou contornos mais definidos a partir de 1937, com o golpe que culminou com o Estado Novo, sendo inclusive neste período, “que a política externa passou a pautar-se em um projeto de desenvolvimento” (CORSI, 2000, p. 16). Não podemos deixar de fazer uma ressalva e destacarmos que a existência de um projeto desenvolvimentista, com raiz no Estado Novo não é consenso na historiografia, isso porque, para alguns autores uma política de fato desenvolvimentista teria sido estabelecida de fato apenas a partir da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948. Porém, acredita-se que dentro do contexto, das possibilidades e limitações existentes no período, Vargas conduziu durante o Estado Novo uma política de caráter desenvolvimentista, mesmo que não muito sistematizada⁶.

5 Informações mais aprofundadas referentes ao posicionamento de intelectuais a diplomatas podem ser consultadas em SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

6 Tal opinião encontra respaldo no trabalho de Corsi (2000, p. 16): “Foi com o Estado Novo que a política externa passou a pautar-se por um projeto de desenvolvimento. Esse enfoque remete a discussão da controversa existência e natureza de um projeto nacional. O projeto de desenvolvimento de Vargas não pode ser concebido como um plano acabado, com metas, mecanismos de financiamento e órgãos de controle e coordenação de programas formalmente definidos, pois não existia à época algo nesses moldes. O projeto de Vargas, que compreendia uma série de programas formulados à medida que os problemas se iam colocando, consiste em um processo redefinido constantemente pela injeção de fatores políticos, sociais e econômicos internos e

Apesar de divergências e controvérsias na historiografia sobre esse tema, acredita-se que o desenvolvimentismo estava presente de forma contínua no discurso do governo durante o Estado Novo e, que, ao mesmo tempo, servia tanto para legitimá-lo, quanto para justificar ações repressivas. A ideia de desenvolvimento também podia ser verificada nas discussões que relacionadas à III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que ocorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942. Destaca-se que esta reunião foi a terceira de um conjunto de reuniões que foram pensadas, em 1938, durante a Oitava Conferência Pan-Americana, realizada em Lima/Peru, na qual, “acordou-se que em caso de guerra, para discutir a posição do continente, seria posto em marcha um mecanismo de consulta mútua, com a convocação de reuniões dos Chanceleres americanos, capaz de imprimir mais celeridade nas tomadas de decisões frente ao conflito” (SILVA, 2012, p. 6). A finalidade destas reuniões era reafirmar a solidariedade continental e combater uma possível penetração do Eixo na América Latina (SEITENFUS, 2003). Cabe destacar e lembrar ainda que desde 1933 foi anunciada pelo presidente Roosevelt, dos Estados Unidos a Política da Boa Vizinhança, na qual a imprensa, o rádio, o cinema e a música disseminaram o *American way of life* pela América Latina e vice-versa, como forma de conquistar a opinião pública de cada país, aproximando-as econômica e politicamente. De acordo com Paulo Visentini (2009), “o intercâmbio cultural brasileiro-norte-americano visava estreitar os vínculos ideológicos entre os dois países para contrabalancear a influência nazista” (VISENTINI, 2009: 31).

Com a III Reunião de consulta dos ministros das Relações exteriores das Repúblicas Americanas, as questões relacionadas ao desenvolvimento passaram a ser compreendidas sob a égide de uma suposta “solidariedade entre as economias americanas”, que por sua vez, “colocava o desenvolvimento econômico nacional, dentro de certos moldes, em função da soberania continental e coordenado pelo continente” (MINELLA, 2013, p. 38). Ou seja, as questões

externos; projeto que, no entanto, não chegou a adquirir feições definitivas mesmo ao final do Estado Novo. Ainda assim, pode-se denominá-lo “projeto” tendo em vista que os programas que o compunham apontavam na direção de um desenvolvimento baseado no mercado interno e na indústria, expressando assim uma estratégia política norteadora da ação governamental”.

relacionadas ao desenvolvimento ganharam contornos mais amplos e, no caso brasileiro, um objetivo ainda maior de ser atingido.

A ideia de desenvolvimento elaborada pelo governo carregava frequentemente consigo um apelo ao nacionalismo⁷. Estes dois elementos podem ser considerados ferramentas importantes na constituição dos discursos ao mesmo tempo em que representam as questões mais marcantes deste período. Esta constatação se apresenta com clareza no seguinte fragmento:

Construir uma nação desenvolvida tornou-se o ponto principal da retórica governista, capaz de aglutinar em torno de si a expressiva maioria da nação. Iniciava-se a crença de que, com o desenvolvimento econômico, os grandes problemas do país desapareceriam: a miséria, as desigualdades regionais, a incipiência do mercado interno, a exclusão e demais questões da nacionalidade encontrariam finalmente sua solução. A construção da nova nação exigia trabalho e esforço de todos: dos empresários – aos quais Vargas apelava à imaginação e à iniciativa, à realização dos novos investimentos e à modernização dos processos produtivos - e os trabalhadores, dos quais se esperava trabalho e disciplina. Os primeiros teriam, em contrapartida imediata, o aumento dos lucros e do patrimônio individual; os segundos, a legislação trabalhista, de momento, e a promessa futura de uma sociedade mais justa e igualitária. Desenvolvimento econômico deixava de ser, portanto, apenas um ponto pragmático para tornar-se uma ideologia, presente praticamente em todos os discursos presidenciais depois do Estado Novo, inclusive dos governos militares após 1964. O desenvolvimento apresentou-se não só como ideia norteadora da ação governamental, mas principalmente como sua fonte de legitimidade (FONSECA, 1999: 257).

7 Neste trabalho, o termo “nacionalismo” não terá a devida atenção que merece, em função da complexidade de análise que o mesmo exige. Optou-se, portanto, neste momento, em debruçar uma análise um pouco mais apurada em torno do “desenvolvimento”, por compreendermos, inclusive, que este último é parte integrante e constituinte de sua definição, principalmente dentro deste contexto que está sendo estudado, tendo em vista inclusive, a vinculação do desenvolvimento econômico à superação da miséria e à consolidação da unidade nacional, pois ambas só estariam asseguradas com a expansão da economia (CORSI, 2000). Expansão, que através desta perspectiva só seria possível com um governo centralizado, tanto na política, como na economia. Esse termo, portanto, merecerá devida atenção em trabalhos futuros, apesar de já sinalizarmos algumas considerações no decorrer do texto.

Esta ideia que envolveu tanto desenvolvimento, como o nacionalismo como elementos bases para a formação e construção de um “novo” Estado no Brasil também foi acentuada por Ricardo Seitenfus (2003) ao explicitar a forma como Getúlio Vargas utilizava-se de um discurso nacionalista. Esta reflexão aparece descrita no seguinte fragmento:

Jovem Estado, o sentimento nacionalista esteve quase sempre no coração da vida política, passando por ele a busca de uma nova identidade nacional. Na ausência de uma longa tradição, o sentimento nacionalista serve de catalisador, em particular nos momentos de crise, em que favorece obtenção da unanimidade. Nas tempestades, portanto, ele se reforça, unindo os divergentes em face de ameaças exógenas. Fazendo um contraponto à corrente dominante da historiografia brasileira, procura-se situar melhor essa força nacionalista no lugar central que lhe cabe. Todavia, resta definir de que nacionalismo se trata (SEITENFUS, 2003, p.26).

O Brasil durante este período vivenciava um momento histórico de centralização política e econômica, que foi fundamental para dar sustentação às ideias de Getúlio Vargas em formar um Estado Novo. Além disso, a consolidação de uma ideia de nação envolvida pela terminologia “Estado Novo”, justificava “a existência do regime ditatorial e a necessidade de uma política econômica capaz de desenvolver o país de forma harmônica”. (CORSI, 2000, p. 76).

Em resumo, o período de 1937 a 1945 foi denominado de Estado Novo, pois foi exatamente durante neste contexto em que se pensou em deixar efetivamente para traz a tradição colonialista de um Brasil apenas exportador de matérias-primas, para um Brasil mais independente. Esta ideia já havia sido pensada na década de 1930, principalmente a partir da Crise de 1929, que fez com que o Brasil buscasse alternativas para se recuperar diante da falta de mercados para o café, de modo que a partir de 1930 teria iniciado no Brasil um “novo tipo de desenvolvimento capitalista”, tendo por objetivo a superação do “capitalismo agrário e comercial assentado nas atividades exportadoras de produtos primários, rumando para outro, cuja dinâmica iria gradualmente depender da indústria e do mercado interno” (FONSECA, 1999, p.182). Esta

perspectiva também foi defendida pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1997), a partir da ideia de que após 1930 passou a ocorrer uma “reordenação do sistema produtivo” no Brasil (PESAVENTO, 1997, p. 104), através de um processo de transição de um modelo econômico agrário-exportador para um urbano-industrial, mesmo que ainda dependente⁸.

No tocante a estas questões, é importante mencionar ainda que, a partir de 1930 ocorreu também, segundo Cervo (2008), uma “mudança do modelo de inserção internacional”, pautado principalmente por quatro elementos principais, entre eles: “a inconveniência de prolongar o modelo anterior da agroexportação”; “a consciência de que a crise do capitalismo despertou de se estar vivenciando uma fase de transição que permitia que o desenvolvimento fosse convertido em objetivo-síntese da política exterior”; a “convicção de se poder utilizar a diplomacia para alcançar resultados” e, por fim, as “condições de eficiência de uma diplomacia voltada para o desenvolvimento”, sendo que este último elemento incluía a “autonomia decisória, ação cooperativa, comércio exterior flexível sem amarras doutrinárias, subordinação da segurança aos fins econômicos e a concomitância de boas relações com os grandes vizinhos” (CERVO, 2008, p. 44-45).

Estas ideias, que ajudavam sustentar o Estado Novo, não estavam totalmente coerentes com a proposta pan-americanista, essencialmente pautada por ideias “democráticas”. Pelo contrário: práticas autoritárias, como o fechamento do Congresso Nacional e a criação de leis de censura eram exercidas pelo governo. Além disso, as ideias liberais em circulação no Brasil tornaram-se alvos de críticas por Getúlio Vargas, sendo que o “novo” do Estado, configurava-se como uma tentativa de ruptura com as práticas liberais, supostamente causadoras dos principais problemas da nação, para enfim, consolidar a adoção de práticas intervencionistas. Observa-se nesse sentido, a pretensão de substituir o caráter agroexportador do país pelo “novo”, ou seja, pelo modelo de caráter desenvolvimentista. No entanto verifica-se a coexistência de ambas as concepções no país, ou seja, das práticas liberais no contexto de um Estado intervencionista que se propunha a implementar elementos de ruptura com a tradição anterior.

⁸ Sobre este processo de transição ocorrido não só no Brasil, mas em toda a América Latina, consultar: PUYANA, Alicia. (2008). La industrialización de América Latina y el Caribe. En: PALACIOS, Marco; WEINBERG, Gregorio. Historia General de América Latina: América Latina desde 1930 – Vol. VIII. Paris: UNESCO.

Levando esses elementos em consideração, poderíamos afirmar que no Estado Novo brasileiro, o Pan-americanismo difundido pelos Estados Unidos enquanto modelo, seria uma espécie de “ideia fora do lugar”⁹?

Neste sentido, Elías Paltí (2007) afirmou que o principal objetivo de Schwarz, ao laçar o conceito de “ideia fora do lugar” foi refutar a crença nacionalista de que bastaria aos latino-americanos desprender-se de suas roupagens estrangeiras para encontrar a verdadeira essência interior. Para Schwarz, por exemplo, não seria possível falar de uma cultura nacional brasileira pré-existente a cultura ocidental, pois a cultura nacional brasileira seria um resultado da expansão e também parte integral da cultura ocidental. Assim, o autor realizou uma complexa dinâmica entre o “estrangeiro” e o “genuíno” no âmbito cultura e no político-social. A adoção de conceitos estrangeiros¹⁰ pode gerar consideráveis distorções, porém, em relação ao contexto estudado, estas distorções não poderiam ser evitadas. Isso porque, nas distorções realizadas nas denominações acerca da realidade local com nomes sempre impróprios, encontra-se a especificidade latino-americana em geral e a brasileira em especial.

No intuito de aprofundar esta discussão, Paltí trouxe à tona a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco em relação ao conceito de “ideias fora de lugar”¹¹ de Schwarz. Essa autora teria rechaçado as ideias de Schwarz no que diz

9 O conceito de “ideias fora do lugar” foi construído por Schwarz a partir da sua análise da disparidade entre a sociedade brasileira escravista e as ideias do liberalismo europeu. O autor afirmou que o Brasil caracterizava-se por ser independente, agrário, dividido por latifúndios, com sua produção dependente do trabalho escravo e do mercado externo. Ao mesmo tempo, tem-se no país a incorporação do raciocínio econômico burguês, visto que este dominava o comércio internacional, ao qual o Brasil voltava-se. Vale lembrar que a recente independência do Brasil nesse período havia sido fundamentada nas ideias liberais francesas, americanas e inglesas, constituindo nossa identidade nacional. Schwarz ressalta que esse conjunto ideológico implantado entrou em choque com a escravidão e seus defensores. Nesse sentido, a presença da escravidão indicava a incoerência e a impossibilidade da implementação das ideias liberais no Brasil.

10 Entende-se como conceito estrangeiro, neste caso, o pan-americanismo.

11 Em *Respostas ao Movimento* (1976) Schwarz realiza uma reformulação do seu conceito de “ideias fora do lugar” ao qual Paltí chamou de versão “débil” do conceito. Em sua nova configuração Schwarz afirma que nem todas as ideias estariam “fora do lugar” na América Latina, como afirmava anteriormente em sua crítica a Romero. Essas ideias poderiam rearticular-se de um modo que possam se tornar assimiláveis pela realidade local. Todavia, essas concepções contradizem tudo o que Schwarz havia afirmado até então. No entendimento de Paltí, essa colocação de Schwarz não se concilia com seu próprio conceito e desmonta toda sua argumentação anterior. Paltí valoriza o conceito original de Schwarz e aponta para algumas falhas provenientes de uma teoria linguística demasiado crua, que reduz a linguagem a sua função meramente referencial. Porém, Paltí defende que o núcleo da teoria de Schwarz ainda hoje permanece vigente. A problemática original da teoria de Schwarz remete a questão de como abordar questão referente a natureza periférica da cultura local, a tematizar sobre a dinâmica que essas condições impõem as ideias nas regiões, sem recair em dualismos e em

respeito à hipótese de que o escravismo teria sido contraditório no processo de expansão do capitalismo e de que as ideias liberais estavam “desajustadas” no Brasil do século XIX. Segundo Paltí, para Franco, as ideias jamais estariam fora do lugar, ou seja, se elas [as ideias] conseguem circular de maneira pública em um determinado meio, é por que servem a algum propósito no mesmo e por que nele já existem condições adequadas para sua recepção. Todavia, para Schwarz, não se tratava de discutir quais ideias estavam desajustadas e quais não, até por que todas elas estavam e todas eram igualmente importadas.

Paltí ressaltou que uma leitura simplista da obra de Schwarz poderia indicar a dissolução entre o “falso” e o “verdadeiro” e entre o local e o importado. Para Schwarz, o “verdadeiro” não seria menos “importado” que o “falso” e vice versa. Como consequência desse argumento, tanto no centro como na periferia, haveria uma constelação de elementos contraditórios, nos quais suas lógicas de agrupamento não seriam atribuídas diretamente a dados contextos. Essa condição destruiria todos os traços que supostamente particularizam a cultura latino-americana e que, conseqüentemente a caracterizaria como “periférica”.

Schwarz criticou a rejeição dos nacionalistas à imitação dos modelos faraônicos quando destacou que a imitação deveria ser explicada a partir da própria realidade brasileira que oferecia as condições para adoção de conceitos estranhos (sempre de maneira imprópria) para descrever a realidade local. Para Schwarz o ato de imitar estaria presente na própria natureza inerente da cultura brasileira e revelava, como destacou Franco, que nunca as ideias estão realmente fora do lugar, ou seja, que nunca os intercâmbios comunicativos supõem meras recepções passivas de elementos estranhos. Para serem incorporados, eles devem ser legíveis pela cultura que os vai incorporar, caso contrário, seriam irrelevantes, invisíveis para a mesma. Paltí lançou a seguinte pergunta tendo em vista as concepções de Schwarz:

¿Cómo pueden las ideas ser asimilables como propias y extraña al mismo tiempo? La única forma de salvar la noción de los “desajustes locales” sería volver atrás en sus argumentos y postular la existencia de un certo substrato más auténtico de nacionalidade a la que su propia cultura

essencialismos característicos das correntes nacionalistas.

“superficial” fallaría en expresar o representar, que es precisamente lo que sostiene el discurso nacionalista. Reencontramos aquí, pues, aquella alternativa en apariencia ineludible: o bien dissolver la problemática relativa a la condición periférica de la cultura local, o bien volver a los marcos dualistas propios del nacionalismo. Existe, sin embargo, una terceira opción, que Schwarz sin alcanzar aún a desarrollar de modo consistente (PALTÍ, 2007, p.298-299).

Como alternativa Paltí propôs uma reformulação do o conceito de “ideias fora do lugar” concebido como “ideias sempre parcialmente desajustadas”, oferecendo uma ferramenta mais sofisticada de análise do que o proposto pelo esquema de “modelo” e “desvios” dentro do qual o próprio Schwarz desenvolveu sua proposta teórica (e o levou a analisar as ideias em termos de significados e proposições atribuindo funções que lhes são próprias de seu uso). A adoção a modelos linguísticos mais complexos permitiria resgatar o núcleo forte da proposta original de Schwarz (que é muito mais interessante do que a sua versão debilitada mais difundida).

Considerando que para Paltí o conceitos de “ideias fora do lugar” envolve “la supuesta “extrañeza” de las ideas y la cultura brasileña sino, más bien, a cómo es que éstas vienen eventualmente a ser percebidas como tales por determinados sectores de la población local (PALTÍ, 2007, p.299), ele propôs uma revisão da proposta teórica de Schwarz em três aspectos. Primeiramente, não seria possível falar de centros e periferias como entidades homogêneas e fixas, visto que ambos se contradizem historicamente, inclusive em um mesmo momento, são sempre relativos (o que é considerado centro sob uma perspectiva pode ser considerado periferia sobre outra), em segundo lugar, não se trata de discutir quais ideias representam inadequadamente a realidade, mas de tratar das ideias por si mesmas. Isso determina que por mais que as ideias nunca estejam “fora do lugar” (visto que seu significado não preexiste a sua própria condição de inteligibilidade), essas ideias estão ao mesmo tempo “fora do lugar” (visto que todo sistema abriga protocolos contraditórios de leitura), ou melhor, elas se encontram sempre “parcialmente desajustadas”. Isso ocorre não por que as ideias e instituições estranhas não podem eventualmente adequar-se a realidade

local, mas devido ao fato desse processo de assimilação ser sempre conflitivo devido a presença, no interior de cada cultura, de pluralidade de agentes e modos antagônicos de apropriação.

Nesse sentido, tal como destacado por Paltí, as “ideias fora do lugar” não devem ser vistas como categorias desajustadas da realidade local, resultando em representações distorcidas da mesma. Esses podem ser entendidos como uma expressão do fato de que toda assimilação é contraditória. Em terceiro lugar, não seria apropriado procurar definições sobre o que “está fora do lugar” e do está “em seu lugar apropriado”, mas sim de compreender o que é o que se encontra “fora do lugar” em cada contexto discursivo particular.

A partir do que foi exposto neste trabalho procurou-se evidenciar o papel assumido pela ideologia do pan-americanismo na América Latina e de forma mais específica durante o Estado Novo no Brasil (1937-1945). Procurou-se evidenciar como o Brasil passou a fazer parte da chamada América Latina e também a importância que as Conferências Pan-americanistas e a III Reunião de consulta dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas assumiram neste contexto. Estas ideias foram associadas a uma pretensão desenvolvimentista assumida pelo governo de Getúlio Vargas, que somada a outras ideias sustentavam e procuravam dar legitimidade ao Estado Novo.

É importante destacar que estas ideias, apesar de especificidades, eram próprias de um contexto e seguiam parâmetros regidos pela ideologia pan-americanista, que tinha a democracia como um princípio; mas na prática uma política autoritária e intervencionista. Para esclarecermos esta questão, apontamos o conceito de “ideias fora do lugar”, como uma alternativa explicativa, no sentido de percebermos como concepções essencialmente contraditórias ou incompatíveis conseguem permear um mesmo lugar, e um mesmo momento, neste caso específico, a conduta e as posições assumidas pelo governo Vargas, durante o Estado Novo.

Referências:

- BETHELL, L. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009.
- CERVO, Amado Luiz. Os ventos da guerra. In: CERVO, Amado Luiz. *As Relações entre o Brasil e a Itália*. Formação da italianidade brasileira. Brasília: Editora da UnB, 2011, p.223-250.
- _____. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.
- DULCI, T. M. S. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____. O pan-americanismo em Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. In: *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2006. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/vii-encontro>>; acesso em 29 de março de 2017.
- FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- LIMA, O. *Pan-Americanismo: Monroe – Bolívar - Roosevelt*. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1907.
- _____. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.
- LOGUEIRO, E. A. *Pan-americanismo versus latino-americanismo*. Origens de um debate na virada dos séculos XIX e XX. 2007. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade São Paulo. Programa de Integração da América Latina, SP, 2007.
- MACIEL, R. B. *Arquétipos rodonianos: o lugar da América Latina na História Ocidental*. 2014. 150p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014.
- MINELLA, J. L. S. *Pan-Americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo*. 241p. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-

- Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- PALTÍ, E. J. Lugares y no lugares de las ideas en América Latina. In: *El tempo de la política*. El siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, Argentina, 2007, p.259-308.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PUYANA, A. La industrialización de América Latina y el Caribe. In: PALACIOS, M; WEINBERG, G. *Historia General de América Latina: América Latina desde 1930 – V. VIII*. Paris: UNESCO, 2008.
- REÉ, F. M. *A distância entre as Américas: uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912)*. 2010. 237p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, SP, 2010.
- SEITENFUS, R. *O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003.
- SILVA, M. A. da. As relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos a partir das Conferências Pan-Americanas (1929-1945). In: *Anais Eletrônicos do X Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2012. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/x-encontro>>; acesso em 29 de março de 2017.
- SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p.47-64.
- _____. Nacional por subtração. In: *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, p.81-102.
- RAHMEIER, A. H. P. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. 2009. 390p. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.
- SVARTMAN, E. M. *Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- TOTA, A. P. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da II Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VISENTINI, P. F. *Relações exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente*. Petrópolis: Vozes, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor

Paulo Afonso Burmann

Vice-reitor

Paulo Bayard Dias Gonçalves

Diretor do CCSH

Mauri Leodir Löbler

Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação

Viviane Borelli

Diretora da Editora FACOS

Ada Cristina Machado da Silveira

Capa

Diâne Borin

Projeto gráfico e diagramação

Estevan Garcia Poll

Revisão

Bruna Lima

Renata Baldin Maciel

Maria Medianeira Padoin

FACOS-UFSM

Comissão Editorial

Ada Cristina Machado da Silveira (UFSM)

Aline Roes Dalmolin (UFSM)

Eduardo Andrés Vizer (UBA)

Eugênia Maria Mariano da Rocha Barichello (UFSM)

Flavi Ferreira Lisbôa Filho (UFSM)

Gisela Cramer (UNAL)

Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM)

Marina Poggi (UNQ)

Monica Maronna (UDELAR)

Paulo César Castro (UFRJ)

Veneza Mayora Ronsini (UFSM)

